



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

MENSAGEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2017

**MODERNIZAR
O ESTADO**

**PROMOVER
O CRESCIMENTO**

**SERVIR
ÀS PESSOAS**

Governador do Estado do
Rio Grande do Sul
José Ivo Sartori



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Mensagem à Assembleia Legislativa

José Ivo Sartori
Governador

2017

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

José Ivo Sartori

CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR

João Carlos Mocellin

PRIMEIRA-DAMA DO ESTADO

Maria Helena Sartori

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

José Paulo Cairolí

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL

Márcio Biolchi

SECRETARIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Carlos Antônio Búrigo

CHEFE DA CASA MILITAR

Cel. Everton Santos Oltramari

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Euzébio Fernando Ruschel

SECRETARIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Cezar Schirmer

SECRETARIO DE ESTADO DA FAZENDA

Giovani Feltes

SECRETARIO DE ESTADO DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Gerson Burmann

SECRETARIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

Ernani Polo

SECRETARIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA

Fábio de Oliveira Branco

SECRETARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Luís Antonio Alcoba de Freitas

SECRETARIO DE ESTADO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
E DOS RECURSOS HUMANOS
Raffaele Marsiaj Quinto Di Camelli

SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE
João Gabbardo dos Reis

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA E DOS
DIREITOS HUMANOS
Maria Helena Sartori

SECRETARIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES
Pedro Bandarra Westphalen

SECRETARIO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA
Artur Lemos Junior

SECRETARIO DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER
Victor Hugo Alves da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ana Maria Pellini

SECRETARIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA
E COOPERATIVISMO
Tarcísio José Minetto

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO
Cleber Benvegnu

APRESENTAÇÃO

A presente Mensagem à Assembleia Legislativa obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual. Encaminhada à consideração dos membros do Poder Legislativo por ocasião da abertura da sessão anual, ela contém informações relevantes sobre a presente situação econômica do Estado e sobre as iniciativas do Poder Executivo durante o ano de 2017, centradas em três grandes objetivos: modernizar o Estado, promover o crescimento e servir às pessoas. Recebem destaque, portanto, como meio, a modernização da gestão pública e, como fim, a melhoria dos serviços nas áreas prioritárias de segurança, saúde, educação e desenvolvimento social.

O Rio Grande do Sul atravessa uma das mais graves crises de sua história. Em sua gênese, essa realidade possui causas conjunturais e, principalmente, estruturais.

Conjunturalmente, o País passa por uma grande instabilidade política e econômica, cujos impactos se fazem sentir fortemente em nosso Estado. O Rio Grande do Sul, que possui um parque industrial centrado na indústria de transformação, foi atingido por essa retração. O bom desempenho da agropecuária, auxiliado pelas condições climáticas, amenizou parcialmente essa situação – sem, no entanto, conseguir impedir as graves perdas em nossa produção.

O cenário internacional, que passa por lenta recuperação, também influencia essa situação. A retração do crescimento chinês, as alterações no quadro político da União Europeia e a transição nos Estados Unidos mexem diretamente na balança comercial do país e, por consequência, do Estado. Além disso, as incertezas do MERCOSUL ainda não tornaram o bloco uma fonte sólida de negociações comerciais.

Esse contexto é agravado por uma série de problemas estruturais, que não tiveram o adequado enfrentamento em nossa história recente. O quadro das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é gravíssimo. As receitas arrecadadas não são suficientes para fazer frente às despesas consideradas rígidas, faltando recursos financeiros para honrar fornecedores, convênios e para pagar em dia os salários do funcionalismo.

A dívida do Estado com a União – cujas bases mudaram desde 1998, sem a correspondente e justa atualização contratual – tornou-se impagável, e seu saldo tem crescido de forma exponencial. A mudança no perfil demográfico da população, com o

aumento da expectativa de vida, gerou repercussões significativas no sistema de saúde e de previdência.

Esse agravamento tornou nítidos também problemas estruturais da economia gaúcha, bem como os limites que as dificuldades financeiras impõem à prestação de serviços públicos essenciais indispensáveis ao bem-estar da população.

A construção de um novo modelo de Estado, a partir de novas bases políticas e conceituais, que já se revelara indispensável em 2015, adquiriu em 2016 uma urgência ainda maior. O planejamento foi construído garantindo integração entre a estratégia, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária anual e sua execução, dentro da expectativa da sociedade e da capacidade financeira do Estado. Foi motivado por essas condições reais que o Governo do Estado solidificou ainda mais, no último ano, o Modelo de Governança e Gestão, que tem como principal ferramenta o Acordo de Resultados. Um instrumento de gestão, baseado em diagnóstico e mensuração das entregas estruturais e sociais, implantando em todos os órgãos do Estado.

O governo também deu continuidade ao Ajuste Fiscal Gaúcho, iniciado no ano anterior, programa por meio do qual o Estado passou a perseguir o equilíbrio e a atacar o déficit previdenciário estadual. A Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, pioneira no País, o Regime de Previdência Complementar, a implantação de um modelo de governança e gestão, a intensificação da cobrança da dívida ativa e o combate à sonegação foram os primeiros passos trilhados. As medidas iniciais significaram austeridade e controle de gastos, sempre com o cuidado de preservar as áreas essenciais.

A estruturação e o compromisso com o serviço público se materializaram na contratação de mais de quatro mil funcionários para as áreas essenciais, especialmente para a segurança pública – como parte do Plano Estadual de Segurança. Na mesma dinâmica, foram mantidos e integralizados todos os reajustes concedidos ao funcionalismo durante a gestão anterior. Ações pontuais de reposição do quadro funcional também demonstraram responsabilidade e valorização do serviço público, mesmo diante da grave crise que se impôs.

Ao mesmo tempo, em 2016, o Governo lançou o Plano de Modernização do Estado, o mais profundo projeto de mudança da Administração Pública da história recente do Rio Grande do Sul. Algumas das medidas, com o apoio decisivo da Assembleia Legislativa, já estão em processo de aplicação.

As modificações recentemente introduzidas em alguns órgãos públicos, como a utilização do Governo Digital, trazem mais agilidade e confiabilidade aos processos internos administrativos. Essas mudanças também fazem parte do processo de

modernização do Estado e, embora muitas vezes prevejam até mesmo a extinção de alguns órgãos, não suprimirão funções essenciais para o desempenho resolutivo das atividades de governo. Tais atividades devem ser e serão preservadas, mas, a partir de agora, submetidas a processos de gestão renovados.

Assim como é inconsequente expandir desordenadamente as áreas de atuação do Estado, gerando ineficiências de escala, igualmente inconsequente é suprimir funções indispensáveis ao bom exercício das tarefas próprias do setor público. Especial atenção será dada à integração das atividades e recursos dos diferentes órgãos de governo entre si e às tarefas de reorganização e dinamização econômica e social do Estado. Sem essas medidas, o Estado não recomporá em bases firmes sua capacidade de planejamento e execução e permanecerá sem instrumentos adequados para contribuir com o futuro do Rio Grande do Sul.

Mesmo com essas dificuldades, o Governo do Estado atua no sentido de estimular o processo de desenvolvimento. Do ponto de vista das relações internacionais, tem buscado restabelecer a articulação com os países vizinhos, especialmente do MERCOSUL, como uma estratégia para a prospecção de novas alternativas para o mercado. O mesmo ocorreu em relação a outros centros comerciais mundiais. Todos os mecanismos e ferramentas disponíveis na estrutura do Poder Executivo foram voltados para o objetivo de tornar o Estado um espaço cada vez mais propício para o investimento, com geração de emprego e renda.

No que tange à economia, o governo estimula segmentos tradicionais do Estado por meio de programas de fomento aos arranjos produtivos e à inovação tecnológica. Esses segmentos, já consolidados, possuem grande potencial de incremento da sua representatividade nacional e mundial, o que poderá ser alcançado pela alavancagem tecnológica, ampliação da produtividade, superação de gargalos ao longo das cadeias de valor, bem como por meio de outros fatores determinantes da competitividade. Busca-se também estimular segmentos que compreendem a chamada "nova economia", que estão em processo de desenvolvimento no Estado.

Além disso, o Governo tem atuado para propor estratégias e alternativas para a reestruturação produtiva, centrada no desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, o Projeto Futuro RS procura direcionar as ações para os temas estratégicos ao desenvolvimento do Estado, com vistas a novas alternativas e estímulo às potencialidades regionais.

Como se percebe, esse conjunto de transformações não se reduz, de modo algum, a uma simples operação contábil de redução de despesas e aumento de receitas, por mais importantes que essas medidas sejam. Inclui, isto sim, uma série de outras medidas integradas, entre elas a renegociação da dívida com a União, o aumento da qualidade e da eficiência do gasto público, a introdução de critérios e

prioridades de seleção das ações de governo, o controle do desperdício de recursos públicos, iniciativas para garantir a saúde das finanças públicas no futuro e a ênfase na melhor utilização dos recursos humanos e administrativos disponíveis no setor público.

Todos esses objetivos continuarão a ser perseguidos em 2017. Alcançá-los é indispensável para construir um novo Estado, com capacidade de investir e de prestar serviços públicos com mais qualidade.

Além do viés orçamentário, o Estado precisa mobilizar outros recursos importantes à disposição da sociedade, os quais são indispensáveis para qualquer projeto de desenvolvimento sustentável. Trata-se, por exemplo, do apreciável capital humano disponível no Rio Grande do Sul, composto pelos conhecimentos avançados e múltiplas capacidades de seus cidadãos, dos laços de confiança e cooperação existentes nas comunidades e das múltiplas e inovadoras iniciativas de diversos setores sociais. A mobilização desses recursos, ainda pouco articulados e explorados, é tarefa indispensável para a construção de um projeto de futuro sustentado para o Rio Grande do Sul.

O Governo do Estado baseia-se na ideia de que a retomada do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul somente terá sucesso se levar em conta o conjunto da sociedade. O Estado que queremos é o Estado forte, focado nas necessidades essenciais da sociedade. Um Estado que enfrenta os desafios do presente com os olhos voltados para o futuro. Esse é o Rio Grande de todos nós.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1. SITUAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL.....	9
1.1. SITUAÇÃO ECONÔMICA	9
1.2. SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	28
2. SITUAÇÃO DAS FINANÇAS ESTADUAIS.....	39
3. MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 2015-2018... 55	
4. REALIZAÇÕES DE GOVERNO EM 2016 E AÇÕES PROGRAMADAS PARA 2017.....	63
4.1. EIXO ECONÔMICO	63
4.2. EIXO SOCIAL.....	74
4.3. EIXO INFRAESTRUTURA E AMBIENTE.....	115
4.4. EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO.....	131

1. SITUAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

1.1. SITUAÇÃO ECONÔMICA

CENÁRIO INTERNACIONAL

A economia mundial manteve, em 2016, o ritmo de crescimento relativamente lento verificado em 2015, pautado pelas incertezas econômicas e políticas, sobretudo concernentes à política monetária americana, aos riscos de deflação nas economias desenvolvidas, à questão dos refugiados, ao terrorismo e à saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*). De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o mundo deve ter crescido 3,1% em 2016, frente a um avanço médio de 3,9% apresentado nos últimos 16 anos.

Tabela 1: Taxa de crescimento % de países e regiões selecionadas, 2014 – 2017

Especificação	2014	2015	2016*	2017*
Mundo	3,4	3,2	3,1	3,4
Economias Avançadas	1,9	2,1	1,6	1,8
Estados Unidos	2,4	2,6	1,6	2,2
Zona do Euro	1,1	2,0	1,7	1,5
Alemanha	1,6	1,5	1,7	1,4
França	0,6	1,3	1,3	1,3
Itália	-0,3	0,8	0,8	0,9
Espanha	1,4	3,2	3,1	2,2
Japão	0,0	0,5	0,5	0,6
Reino Unido	3,1	2,2	1,8	1,1
Canadá	2,5	1,1	1,2	1,9
Outras economias avançadas	2,8	2,0	2,0	2,3
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,6	4,0	4,2	4,6
Rússia	0,7	-3,7	-0,8	1,1
África do Sul	1,6	1,3	0,1	0,8
Ásia emergente e em desenvolvimento	6,8	6,6	6,5	6,3
China	7,3	6,9	6,6	6,2
Índia	7,2	7,6	7,6	7,6
América Latina e Caribe	1,0	0,0	-0,6	1,6
Brasil	0,1	-3,8	-3,3	0,5
México	2,2	2,5	2,1	2,3
Argentina	-2,5	2,5	-1,8	2,7
Colômbia	4,4	3,1	2,2	2,7
Chile	1,8	2,3	1,7	2,0

Fonte: *World Economic Outlook*/FMI. Outubro de 2016. * Projeções.

Em 2016, os países desenvolvidos apresentaram, segundo estimativas do FMI, ligeira desaceleração em relação ao resultado de 2015, uma vez que o crescimento esperado é de 1,6%, menor que o avanço de 2,1% registrado no ano anterior. Por outro lado, no mundo emergente, a estimativa é de que a consecução de quedas na taxa de crescimento tenha sido interrompida. O grupo de países deve apresentar crescimento de 4,2% frente à expansão de 4,0% ocorrida em 2015. A redução dos fluxos de capital para essas economias e as dificuldades encontradas pela China em retomar o crescimento visto nos últimos anos continuam, contudo, conferindo incertezas para o grupo de países e para o avanço da economia global.

Nos Estados Unidos, os avanços nos investimentos privados e na demanda interna perderam fôlego em 2016, culminando em uma taxa de crescimento da economia de 1,6%, de acordo com as estimativas do FMI. Em 2015, o país havia crescido 2,6%. Apesar da desaceleração do crescimento, os dados do mercado de trabalho seguem mostrando redução na taxa de desemprego, que chegou a 4,7% em dezembro de 2016, patamar historicamente baixo. A geração de empregos, contudo, se mostrou aquém do esperado, e as incertezas referentes à economia mundial, principalmente em relação à possível redução da demanda externa decorrente da saída do Reino Unido da União Europeia, fizeram o banco central americano adotar postura mais cautelosa no que tange ao aumento da taxa de juros básica do país. A elevação esperada da taxa de juros básica da economia somente ocorreu em dezembro, cuja meta, que estava entre 0,25% a.a. e 0,5% a.a., passou para a banda entre 0,5% a.a. e 0,75% a.a.

A postura mais austera da política monetária ocorreu após a eleição inesperada de Donald Trump para a presidência do país, cujo discurso eleitoral sinalizava para a intenção de medidas fiscais expansionistas. A redução da confiança dos agentes tanto em função da normalização mais gradual da política monetária ao longo do ano, quanto em relação às incertezas acerca das novas medidas econômicas, impactou as expectativas sobre o crescimento da economia em 2017, estimado em 2,2%, inferior ao que se projetava em julho de 2016 (2,5%).

Na Zona do Euro, os dados parciais de 2016 mostram uma economia mais forte do que se imaginava, com demanda interna sólida e, em alguma medida, com a recuperação dos investimentos. Esses fatores, combinados com uma postura de expansão monetária do Banco Central Europeu (BCE) – com ampliação do programa de *Quantitative Easing* (QE) e redução dos juros –, fizeram a região crescer 1,7% no ano, de acordo com o FMI. Para 2017, a expectativa é de que o BCE faça novo programa de expansão quantitativa, reduzindo na região possibilidades de desequilíbrios financeiros substanciais – contração do crédito e elevação dos riscos soberanos – após a saída do Reino Unido. Mesmo ainda existindo incertezas sobre os desdobramentos econômicos dessa saída, especialmente porque ela ocorre em meio a uma discussão importante

sobre o sistema bancário europeu, a região deve apresentar crescimento de 1,5% em 2017.

Entre os países desenvolvidos, o cenário mais delicado fica por conta do Reino Unido que, após a definição de sua saída da União Europeia, experimentou um ambiente de incertezas que fez a libra esterlina alcançar o menor patamar dos últimos 30 anos. Para incentivar a economia e reduzir os riscos de recessão, o Banco Central da Inglaterra reduziu a taxa básica de juros de 0,5% a.a. para 0,25% a.a. e promoveu uma ampliação do programa de expansão monetária. Ainda assim, as incertezas econômicas e políticas persistiram até o fechamento do ano. A indefinição sobre novas barreiras e acordos comerciais auxiliou para que o crescimento da região fosse, segundo estimativas do FMI, de 1,8% em 2016, retornando para a média de crescimento vivido entre 2010 e 2014, quando as economias europeias tentavam se recuperar da crise de 2008. Para 2017, a expectativa é de que os efeitos do *Brexit* sejam intensificados e a economia do Reino Unido cresça 1,1%.

A instabilidade global gerada pelo *Brexit* tende a aumentar a demanda por ativos seguros, impondo a apreciação de moedas fortes como o dólar americano e o iene japonês. Esse movimento, nesse último caso, coloca ainda mais apreensão sobre os riscos de deflação no país, pressionando pela redução dos lucros corporativos e decisões de investimento e, portanto, dificultando a recuperação da economia, que desde 2011 cresce a uma taxa média de 0,6% a.a..

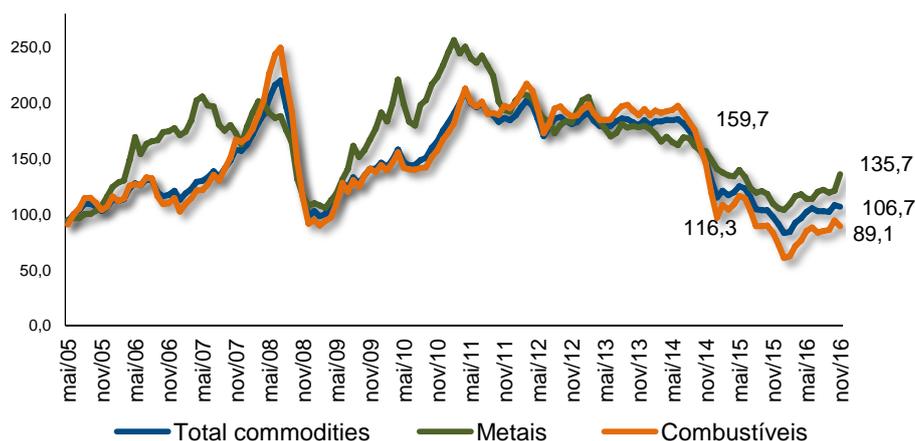
Quanto à economia chinesa, os dados conjunturais continuam a mostrar o processo de desaceleração nos últimos anos. De acordo com o FMI, a China deve crescer 6,6% em 2016, frente a um avanço de 6,9% em 2015. As dificuldades de manutenção das taxas de crescimento são internas, devido aos investimentos mais fracos depois de um período de forte crescimento. O aumento das dívidas municipais, aliado aos riscos de bolha no mercado de capitais e no mercado imobiliário, além da fuga de capitais, ajuda a explicar as dificuldades pelas quais passa o país. Em 2016, a desaceleração só não foi mais acentuada em função da resiliência apresentada pela demanda doméstica. As taxas de crescimento mais robustas do setor de serviços têm contrabalançado, em alguma medida, as dificuldades do setor manufatureiro. Para 2017, espera-se que a tendência gradual de desaceleração seja continuada e que a taxa de crescimento se aproxime de 6,2%.

O ritmo mais lento da economia mundial e, principalmente, a desaceleração da China geraram, nos últimos anos, efeitos negativos sobre os preços das *commodities*. Essa tendência foi invertida em 2016, quando os preços dos principais produtos apresentaram crescimento, como mostra o Gráfico 1. A elevação da demanda chinesa por metais contribuiu para que seus preços se tornassem 29,2% maiores em novembro de 2016 na comparação com dezembro de 2015. Além disso, os preços de petróleo e gás natural avançaram no acumulado do ano até novembro, como resultado da queda

de produção dos países que não pertencem à Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e da expansão do consumo por gás natural, elevando os preços dos combustíveis (energia) em 22,6% no período.

Apesar de os preços terem apresentado inversão na tendência de queda vista desde meados de 2014, estes ainda se encontram em patamares baixos quando comparados aos registrados em 2010, o que acaba impondo maiores restrições de renda para os exportadores desses produtos. Para 2017, espera-se uma elevação modesta dos preços de petróleo, em meio às incertezas que cercam o ambiente geopolítico e as perspectivas ainda indefinidas em relação à determinação de preços por parte dos produtores americanos de xisto. Os preços dos metais devem permanecer sem grandes mudanças refletindo a oferta ampla e a continuidade da demanda em patamar baixo.

Gráfico 1: Índice de preços de *commodities*



Fonte: IMF (*World Economic Database*).

Nota: Número índice – Base 2005 = 100.

Diante desses cenários, a expectativa de crescimento da economia mundial em 2017 está na ordem de 3,4%. Vale ressaltar que as incertezas tendem a reduzir gradualmente na medida em que os arranjos entre Reino Unido e União Europeia vão sendo acertados de modo a não elevar em demasia as barreiras econômicas. Além disso, atribui-se possibilidade remota de grandes desequilíbrios do sistema financeiro, com expectativa de que um comportamento expansionista dos bancos centrais mundiais amenize os efeitos financeiros decorrentes da decisão dos britânicos, tornando os efeitos da saída pouco notáveis na maioria dos países externos à Europa.

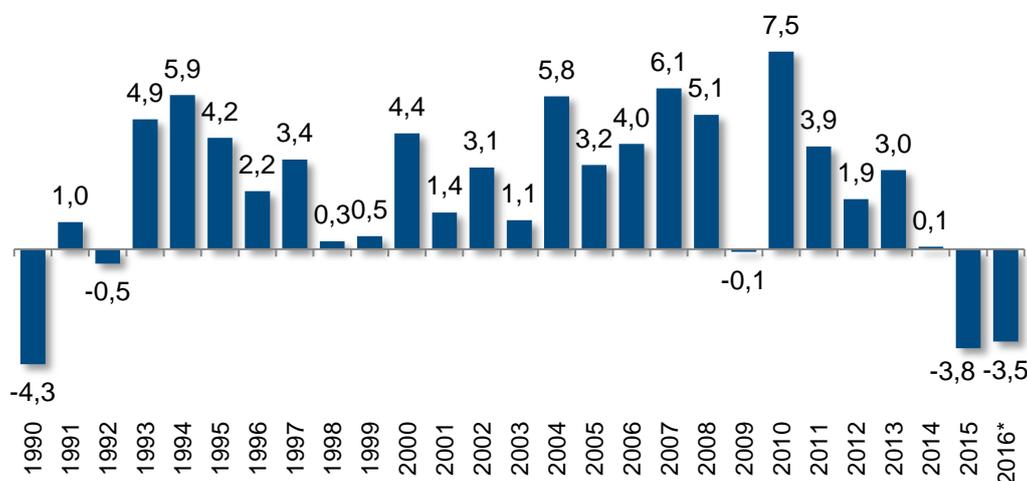
Para os países desenvolvidos, se espera uma continuidade do ritmo de crescimento registrado em 2016. Em relação aos emergentes, uma recuperação mais robusta é esperada para 2017, quando Brasil e Rússia devem voltar a apresentar

variação positiva de seus produtos, assim como se espera que ocorra com a economia argentina. Na América Latina, o crescimento ainda modesto, combinado com um câmbio mais favorável em relação ao ano anterior, reduz a pressão sobre a inflação, permitindo postura menos contracionista dos bancos centrais no próximo ano.

Com relação aos fluxos comerciais globais, a recente saída dos Estados Unidos da Parceria Transpacífica (TPP) – que envolve 12 países, 800 milhões de pessoas e cerca de 40% do PIB mundial – e a perspectiva de abandono do NAFTA (acordo de livre comércio entre os EUA, Canadá e México) reafirmam uma postura mais isolacionista do presidente eleito Donald Trump, projetando reflexos em todo o mundo. No Brasil, onde o governo vinha sinalizando o desejo de incrementar relações comerciais, principalmente com os Estados Unidos e a União Europeia, o cenário internacional mostra-se desfavorável a essas pretensões. Para o Rio Grande do Sul, o cenário protecionista nos Estados Unidos pode comprometer as exportações de manufaturados e semimanufaturados. Da mesma forma, a desaceleração chinesa, que afeta o agronegócio, e a crise econômica na Argentina, segundo principal parceiro comercial do RS, devem causar maiores dificuldades para os exportadores gaúchos.

CONJUNTURA NACIONAL

A economia brasileira passa pela pior recessão da sua história recente. Como mostra o Gráfico 2, de acordo com as estimativas de mercado, 2016 será o segundo ano de taxa negativa de crescimento e o terceiro em que a economia não cresce, uma vez que em 2014 ela amargou um crescimento próximo de zero. Conforme o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos, do IBRE/FGV, o ciclo recessivo da economia brasileira teve início no segundo trimestre de 2014, completando, portanto, 10 trimestres de taxas de crescimento negativas.

Gráfico 2: Taxa de variação do PIB – Brasil (1990–2016)

Fonte: Sistema de contas nacionais trimestrais (SCNT/IBGE).

Nota: *Projeção do Relatório Focus do BCB (06/01/2017).

A queda na atividade econômica em 2016 (até o terceiro trimestre) foi sentida em todos os grandes setores da economia: Agropecuária, Indústria e Serviços (Tabela 2). Quando se observa a composição pela ótica do produto, nota-se que a indústria é aquela que mais tem sentido os efeitos da crise nos últimos dois anos, pautada pelo desempenho da indústria de transformação que, em termos anuais, amarga quedas de produto há dez trimestres consecutivos. As dificuldades encontradas pelo setor para ampliar sua produção datam da crise de 2009, a partir de quando não conseguiu mais competir com os produtos importados, em função, entre outras coisas, dos altos custos de produção. Depois da recuperação registrada em 2010, influenciada pela injeção de diversos incentivos governamentais de curto prazo na economia, o nível de produção industrial permaneceu estagnado até 2014, quando a crise de confiança e os desequilíbrios de diversos segmentos da economia – como energia elétrica e gasolina, entre outros – passaram a impor elevações aos custos de produção (já bastante altos) e desencadearam um ciclo de queda da atividade produtiva industrial.

No terceiro trimestre de 2016, a indústria de transformação registrou queda de 8,0% em termos anuais, influenciada pelo recuo, sobretudo, da produção de bens de capital (máquinas e equipamentos, veículos, ônibus, carrocerias e reboques) e de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos e móveis), afetados pela falta de confiança dos empresários e dos consumidores. Assim também respondeu a indústria da construção civil ao momento de grandes incertezas, juros elevados, escassez de crédito, além do envolvimento de muitas das grandes empresas do setor nos escândalos de corrupção. Entre outubro de 2015 e setembro de 2016, o setor retraiu

4,6% em relação aos 12 meses anteriores. Em 2016, nem mesmo a contribuição positiva que vinha sendo apresentada pela indústria extrativa se verificou. A atividade apresentou retração de 4,8% na mesma base de comparação, influenciada pela retração na produção de minerais ferrosos, petróleo e gás.

Em linha com a indústria extrativa, a agropecuária, que também vinha apresentando taxas positivas de crescimento desde 2014, apresentou forte recuo na variação acumulada em doze meses até o terceiro trimestre de 2016 (-5,6%), como resultado da redução da produção de importantes culturas como cana de açúcar (-2,7%), soja (-1,8%), milho (-30,7%) e arroz (-14%), de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária (LSPA/IBGE).

O setor de serviços aprofundou o processo de desaceleração que havia sido iniciado em 2015 e retraiu 3,2% no acumulado em 12 meses até o terceiro trimestre de 2016. Isso é reflexo, principalmente, da retração do volume de vendas do comércio (-8,5%), que responde não apenas a uma menor renda disponível dos brasileiros, como também às dificuldades de acesso ao crédito e à propensão do consumo dos agentes, mais pessimistas diante da crise. Vale ressaltar que, desde 2015, os efeitos da crise econômica já se traduzem em um substancial aumento do desemprego, que atingiu 11,8% nos últimos três meses até setembro de 2016, com impactos diretos sobre o setor de serviços.

Tabela 2: Taxa de crescimento do PIB brasileiro pelas óticas da produção e da demanda, acumulado em 12 meses – 2014 - 2016 (%)

Especificação		2014				2015				2016		
		I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III
PIB TOTAL		3,2	2,1	1,2	0,5	-0,8	-1,4	-2,4	-3,8	-4,7	-4,8	-4,4
Ótica do produto	Agropecuária	4,7	2,1	3,0	2,8	2,9	4,2	4,0	3,6	-1,2	-4,1	-5,6
	Indústria	3,5	1,5	-0,2	-1,5	-3,6	-4,1	-4,8	-6,3	-6,9	-6,3	-5,4
	Extrativa	0,4	3,2	6,1	9,1	10,5	10,4	8,7	4,8	-0,4	-3,5	-4,8
	Transformação	3,3	-0,1	-2,4	-4,7	-6,7	-7,0	-8,8	-10,4	-11,1	-10,2	-8,0
	Construção Civil	6,1	3,2	-0,6	-2,1	-6,0	-7,3	-6,1	-6,5	-5,7	-4,3	-4,6
	Serviços	2,8	2,1	1,5	1,0	0,0	-0,6	-1,6	-2,7	-3,3	-3,4	-3,2
	Comércio	3,7	2,4	1,5	0,6	-1,9	-3,3	-5,7	-8,7	-10,0	-9,9	-8,5
Ótica da demanda	Consumo das famílias	3,5	2,8	2,3	2,3	1,0	-0,1	-1,5	-3,9	-5,1	-5,5	-5,2
	Consumo do governo	2,0	2,0	1,6	0,8	0,3	-0,2	-0,8	-1,1	-1,3	-1,1	-0,9
	FBCF	6,1	2,3	-1,5	-4,2	-7,5	-9,0	-10,9	-13,9	-15,8	-15,0	-13,5
	Exportações	4,2	2,5	2,8	-1,1	-1,0	1,1	0,4	6,3	8,3	7,2	6,8
	Importações	5,6	2,8	0,2	-1,9	-3,3	-5,0	-10,4	-14,1	-17,9	-18,0	-14,8

Fonte: Sistema de contas nacionais trimestrais (SCNT/IBGE).

Em suma, entre as causas da crise econômica destaca-se a queda na confiança por parte de empresários e consumidores ao longo dos últimos anos, com registros de mínimas históricas em ambas as séries. A queda está relacionada a dois vértices: macro e microeconômico. Do primeiro ponto de vista, aponta-se o progressivo abandono do tripé de estabilidade macroeconômica: superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante. O enfraquecimento dos pilares foi um efeito colateral de políticas de estímulo econômico utilizadas pelo governo brasileiro nos anos 2011-14. Na questão fiscal, a expansão de gastos públicos muito além do crescimento da receita, adoção de políticas de desoneração fiscal sem contrapartida de redução de despesas e vultosos aportes do tesouro nacional no BNDES¹, somados aos desequilíbrios orçamentários sistêmicos como a questão previdenciária, comprometeram decisivamente o superávit primário, conforme pode ser visto no Gráfico 3. Para ilustrar o descontrole fiscal, o Gráfico 4 mostra que entre 2010 e 2015 o gasto do governo central cresceu 3,8% do PIB, o equivalente a 70% do total arrecadado do IR em 2015.

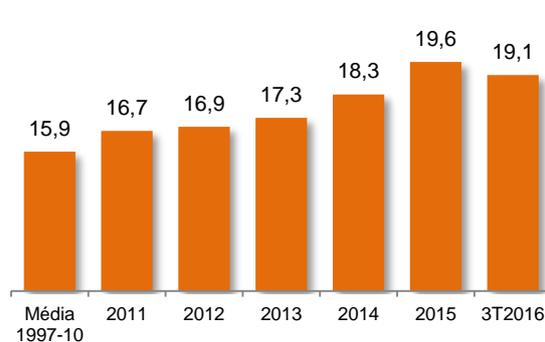
¹ De acordo com o Banco Central do Brasil, o crédito do Tesouro Nacional junto ao BNDES passou de 0,4% do PIB em dezembro de 2006 para 8,4% do PIB em novembro de 2016.

Gráfico 3: Resultado primário do Setor Público (% do PIB)



FONTE: BCB.

Gráfico 4: Despesas do Governo Central (% do PIB)



FONTE: BCB.

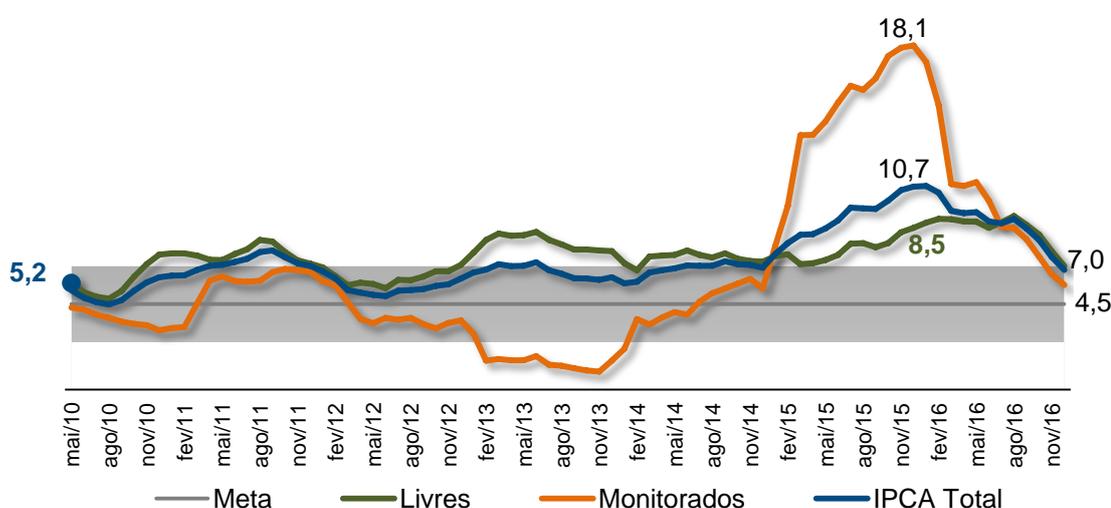
Nota: Os valores correspondem aos resultados acumulados no ano.

O superávit primário presente por quase a totalidade da primeira década dos anos 2000 foi reduzido e, a partir de 2014, o Brasil apresentou déficits primários sucessivos. Em 2016, o déficit primário acumulado entre janeiro e novembro foi de R\$ 96,2 bilhões, montante que foi financiado com dívida pública, que saltou de 51,7% em relação ao PIB em meados de 2014 para 70,5% em novembro de 2016. Essa razão dívida/PIB é um indicador importante a respeito do grau de solvência da economia de um país e, portanto, é um norteador importante do nível de confiança dos agentes econômicos. A insegurança em relação à capacidade do país de honrar suas dívidas foi o motivo pelo qual as principais agências de risco rebaixaram a nota do Brasil em 2015, tornando-o novamente um país de caráter especulativo para investimentos e colocando mais pressão sobre os juros domésticos.

Na questão monetária, a política de crédito barato, seja via redução na SELIC (anos 2012), aumento de crédito direcionado via bancos públicos, somados ao desequilíbrio fiscal, geraram um desancoramento das expectativas dos agentes em relação à capacidade e compromisso do Banco Central de colocar a inflação na meta de 4,5% a.a.. O Gráfico 5 mostra que, de 2011 até 2014, a inflação acumulada em 12 meses medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) esteve sempre próxima à banda superior de tolerância da meta (6,5% a.a.). Em 2015, os fatores de alta inflação foram somados ao reajuste dos preços monitorados pelo governo (gás, combustíveis e energia). O resultado foi um total descolamento do índice de inflação de sua meta. Os resultados de 2016 mostram que a postura da nova equipe que assumiu a autoridade monetária teve êxito no combate à inflação, que encerrou o ano em 6,3%, portanto dentro da banda de flutuação da meta.

Na questão cambial, diversas operações de *swap cambial* foram utilizadas entre 2013 e 2015 para controlar a inflação, comprometendo um terço das reservas internacionais do país com essas operações. O resultado do controle do câmbio pode ser visto na deterioração nas transações correntes, que chegou a um déficit de 4,5% do PIB no primeiro trimestre de 2015. A partir de então, quando essa política passou a ser revertida, com redução pela metade do saldo líquido das operações de *swap cambial*², o câmbio sofreu desvalorização e o déficit em transações correntes foi reduzido para 1,1% do PIB em novembro de 2016.

Gráfico 5: Taxa de inflação acumulada em 12 meses, 2010 - 2016 (%)



Fonte: IBGE. BCB.

Os desequilíbrios associados aos pilares macroeconômicos passaram a ser revertidos ao passo que o novo governo, empossado em agosto de 2016, foi adotando medidas com o intuito de retomar o tripé macroeconômico e, com isso, reverter as expectativas pessimistas dos agentes econômicos. Em primeiro lugar, foi adotada uma política menos intervencionista no mercado de câmbio, ainda que tenha sido aproveitada a valorização do real para reduzir o volume de *swaps* cambiais. Em segundo lugar, foi aprovada a criação de um limite constitucional para o aumento de gastos (atrelado ao crescimento da inflação) e existem expectativas positivas sobre a reforma da previdência. Em terceiro lugar, como visto, a nova postura do Banco Central, comprometido com o retorno da inflação para a meta de 4,5% a.a., fez o IPCA encerrar o ano em 6,3%, dentro da banda de variação (6,5%), com perspectiva de alcançar 4,8% em 2017.

² De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o saldo líquido das operações de *swap cambial* passou de US\$ 115 bilhões em março de 2015 para US\$ 27 bilhões em novembro de 2016.

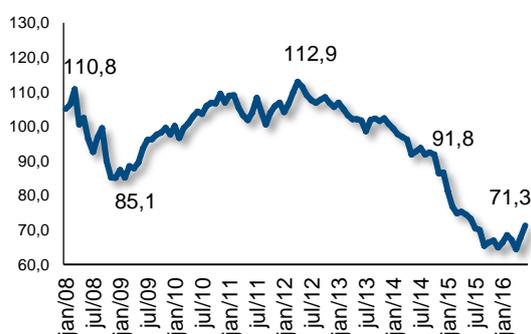
Essa nova postura surtiu efeito sobre a confiança dos agentes econômicos. Conforme os Gráficos 6 e 7 mostram, em ambos os casos, foi invertida a tendência de queda que apresentavam até o final de 2015. Na economia real, os dados de produção industrial sinalizam uma inversão de tendência registrada em maio de 2016, quando se olha para a série acumulada em 12 meses. Entretanto, persistem algumas incertezas, especialmente no vértice político quanto à capacidade do novo governo continuar o ciclo de ajuste fiscal, sobretudo no que se refere à aprovação da reforma da previdência, para que a trajetória da razão dívida/PIB volte novamente a ser sustentável.

Gráfico 6: Índice de Confiança do Empresário Industrial – Brasil (Índice – 2005=100)



FONTE: CNI.

Gráfico 7: Índice de Confiança do Consumidor – Brasil (Índice – set/05 = 100)



FONTE: FGV.

Mesmo com as reformas fiscais, aliadas à retomada da política de metas de inflação e adoção de uma política cambial menos intervencionista, é consenso entre os economistas e agentes econômicos que a recuperação da economia brasileira será lenta. A rapidez da recuperação e a possibilidade de crescimento sustentado nos próximos anos passa pelo segundo vértice, o microeconômico, que visa o aumento da produtividade da economia. Assim, para 2017, as expectativas de mercado do Banco Central apontam para um crescimento da economia brasileira próximo a 0,5%³.

A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

A economia do Rio Grande do Sul não passou intacta pela crise econômica vivida no País. Após apresentar um crescimento expressivo de 8,2% em 2013, como resultado da normalização natural da economia depois de um período de estiagem que fez o PIB do Estado retrair 2,1% em 2012, a economia gaúcha acompanhou o processo de desaceleração vivenciado pelo Brasil, chegando a uma queda de 3,4% em 2015.

³ De acordo com as estimativas do Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 14/01/2017.

Em 2016, o cenário não foi diferente. Os dados do terceiro trimestre apontam uma queda de 4,0% em relação aos quatro trimestres anteriores. No ano, a indústria gaúcha continua apresentando retrações mais expressivas do que a indústria nacional, com queda de 6,8% frente ao recuo de 5,4% do Brasil. Isso é reflexo de dois fatores principais. Em primeiro lugar, a ausência de atividade econômica significativa na indústria extrativa – ela representa apenas 0,7% da produção industrial do RS⁴ enquanto no Brasil ela responde por 13,4% – impediu que o resultado mais ameno do setor contrabalançasse as dificuldades vividas pela indústria de transformação, assim como ocorreu em outros estados, especialmente aqueles que extraem minérios ferrosos e petróleo.

Tabela 3: Taxa de crescimento do PIB do Rio Grande do Sul, acumulado em 12 meses – 2014 – 2016 (%)

Especificação	2014	2015				2016		
	IV	I	II	III	IV	I	II	III
PIB	-0,3	-1,7	-1,3	-2,5	-3,4	-3,9	-4,8	-4,0
Impostos	0,6	-1,9	-2,0	-5,4	-7,8	-7,5	-8,2	-6,6
VAB	-0,4	-1,7	-1,2	-2,1	-2,7	-3,4	-4,3	-3,6
Agropecuária	-3,8	-3,3	8,0	7,9	12,0	7,1	-3,1	-3,6
Indústria	-4,0	-7,1	-8,3	-9,4	-11,0	-10,2	-8,5	-6,8
Extrativa	1,7	-0,4	-1,9	-3,4	-5,1	-6,8	-8,1	-8,5
Transformação	-5,2	-8,3	-9,0	-11,2	-13,4	-12,4	-11,0	-8,7
SIUP	0,7	0,9	-4,6	-3,2	-3,7	-6,0	-1,9	-2,9
Construção Civil	-1,5	-5,6	-6,9	-5,3	-5,3	-4,0	-1,9	-1,8
Serviços	1,4	0,6	0,1	-0,9	-1,8	-2,5	-2,7	-2,4
Comércio	2,4	-1,1	-3,3	-7,2	-10,4	-10,6	-10,3	-7,8

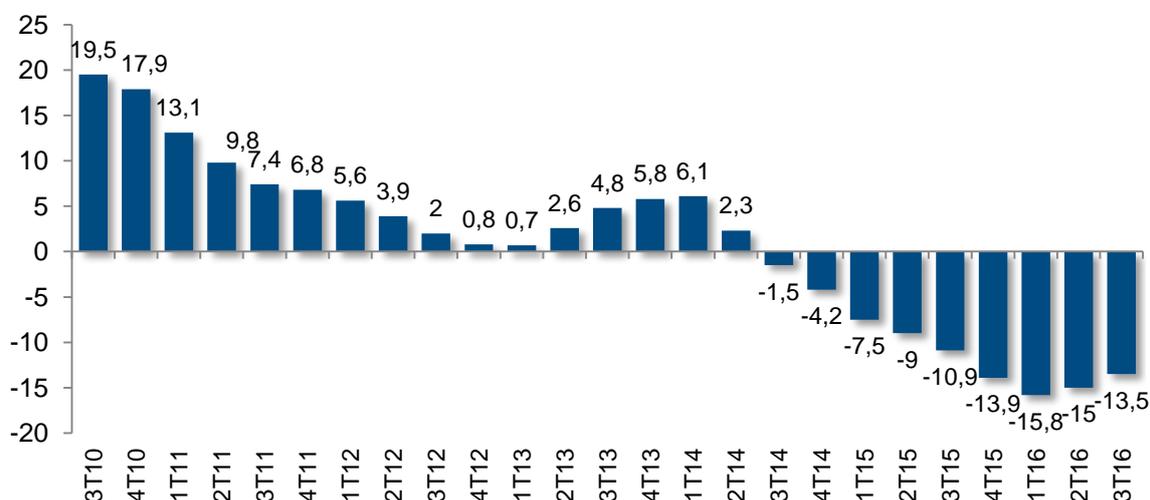
FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.

Em segundo lugar, a estrutura produtiva da indústria de transformação gaúcha é concentrada na produção de bens de capital, amplamente afetada pelas oscilações nas taxas de investimento do país. A formação bruta de capital fixo brasileira registrou queda de 13,5% no terceiro trimestre de 2016 e vem sofrendo retração desde o terceiro trimestre de 2014 na análise comparativa com os quatro períodos anteriores (Gráfico 8). Contribuíram para isso a deterioração da confiança dos agentes econômicos, pautada nos desequilíbrios macro e microeconômicos, e o aumento das taxas de juros, sobretudo daquelas que estavam sendo subsidiadas através de programas como o Programa de Sustentação do Investimento (PSI⁵) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

⁴ Historicamente a Indústria Extrativa não tem participação relevante na economia gaúcha. De acordo com a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE de 2014, a indústria extrativa representa 0,7% do valor da transformação industrial (VTI), sendo a indústria de transformação responsável pelos outros 99,3%.

⁵ O PSI é um programa que foi criado em 2009 com o objetivo de incentivar investimentos na economia a fim de combater os efeitos da crise de 2008, através de juros mais baixos subsidiados pelo BNDES, muitas vezes inferiores à taxa de inflação vigente. Mesmo depois de a economia ter se recuperado da crise, o programa teve continuação, tendo como um de seus principais focos os investimentos em bens

Gráfico 8: Taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo do Brasil, acumulada em 12 meses – (%)



FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

No Rio Grande do Sul, os dados da produção física industrial revelam que, além dos setores que compõem o segmento de bens de capital (máquinas e equipamentos, veículos, carrocerias, ônibus e reboques), que registraram retrações bastante expressivas, outros setores também continuam sofrendo os efeitos da recessão, revelando um quadro disseminado de contração (Tabela 4). Até novembro de 2016, apenas alguns setores apresentaram variação positiva: i) o segmento de alimentos – que registrou crescimento de 1,0%, beneficiando-se das condições mais favoráveis para exportação de carnes e leites, principalmente; ii) a produção de papel e celulose – que cresceu 38,2%, variação que reflete o impacto da expansão da produção da Celulose Riograndense ocorrida em maio de 2015, quando elevou sua capacidade instalada de 450.000 toneladas/ano para 1,75 milhão de toneladas/ano; iii) o setor de couro e calçados – que vem se beneficiando das condições favoráveis do câmbio; e (iv) o setor de metalurgia, que inverteu a tendência de queda em setembro de 2016.

de capital como ônibus, caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas, máquinas e equipamentos com alta eficiência energética, entre outros. Em 2015, contudo, a tentativa de ajuste fiscal reduziu os subsídios do programa, afetando o setor de bens de capital, entre outros.

Tabela 4: Taxas de crescimento da produção física da indústria de transformação e suas principais atividades, Brasil e RS – 2015-2016 – (% em relação ao mesmo período do ano anterior)

Atividades industriais	2015		2016*	
	RS	BR	RS	BR
Indústria de Transformação	-11,5	-9,9	-4,4	-6,5
Alimentos	-0,4	-1,9	1,0	0,9
Bebidas	-3,2	-4,8	-11,4	-2,7
Fumo	-14,1	-9,3	-33,8	-25,5
Couro e calçados	-5,7	-7,7	2,4	-2,4
Papel e celulose	37,9	-0,6	36,9	2,7
Derivados de petróleo e biocombustíveis	-4,4	-6	-10,2	-8,4
Produtos químicos	2,6	-6,2	-0,2	-1,1
Borracha e plástico	-10,6	-9,3	-8,4	-7,8
Minerais não-metálicos	-11,7	-7,7	-9,9	-11,3
Metalurgia	-19,7	-8,4	2,7	-7,0
Produtos de metal	-7,0	-11,3	-5,9	-10,4
Máquinas e equipamentos	-26,3	-14,6	-4,3	-12,9
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-33,3	-25,9	-10,1	-13,2
Móveis	-9,7	-13,6	-12,8	-11,8

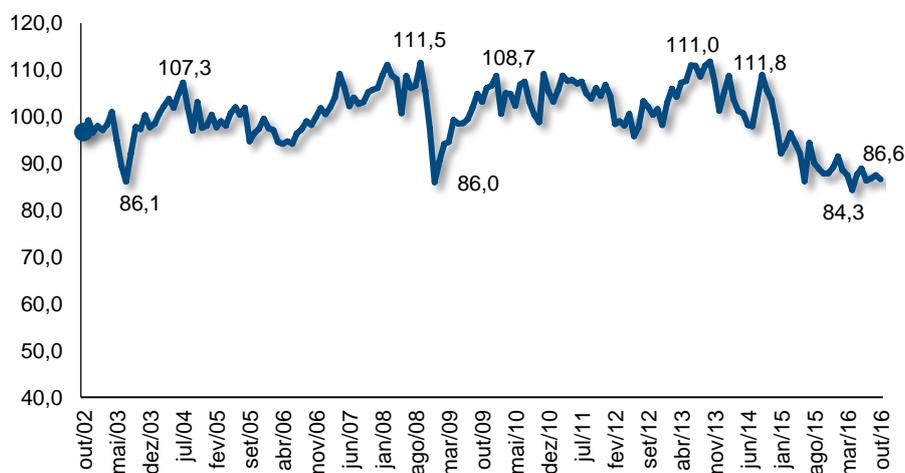
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Industrial mensal - Produção Física (PIM-PF/IBGE).

NOTA: *Acumulado até novembro.

Vale ressaltar que em 2016 a indústria gaúcha voltou para níveis de produção historicamente baixos. Nem mesmo em outros momentos de estresse econômico como em 2003 e 2009 a indústria local alcançou níveis de produção tão baixos quanto aquele registrado em abril de 2016. Os dados subsequentes, contudo, sinalizam, ainda que de maneira tímida, uma possível reversão da trajetória de queda do índice. Os dados de capacidade ociosa mostram que há espaço para aumento da produção sinalizando uma recuperação cíclica de curto prazo, sobretudo porque a confiança do empresário industrial gaúcho inverteu a tendência de queda após registrar taxa mínima histórica em novembro de 2015 e sair, em julho de 2016, do campo pessimista, conforme aponta o Índice de Confiança do Empresário Industrial do Rio Grande do Sul (ICEI-RS)⁶.

⁶ O ICEI-RS é calculado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e pode ser acessado em: <http://www.fiergs.org.br/pt-br/economia/indicador-economico/icei>.

Gráfico 9: Produção Física Industrial – RS – 2002-2016
(Índice de base média 2012 = 100)



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Industrial mensal - Produção Física (PIM-PF/IBGE).

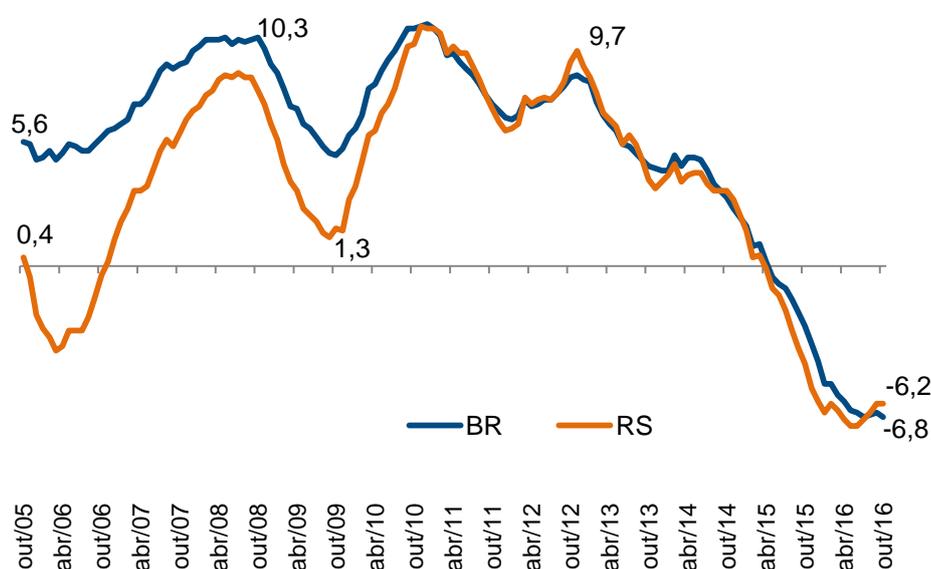
Outra característica importante da indústria gaúcha é sua relação mais próxima com o setor externo do que a média nacional. Quando se avalia a importância das receitas de exportação no total de receitas líquidas das empresas de transformação industrial, de acordo com os dados de 2014 da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, podemos observar que no RS essa relação é de 16,8% frente a uma média brasileira de 13,9% e acima da fração observada nos principais estados industrializados do país, como São Paulo (12,9%), Rio de Janeiro (10,8%), Minas Gerais (11,2%) e Paraná (15,2%). Nesse sentido, um câmbio desvalorizado tende a beneficiar mais a indústria gaúcha. Contudo, como essa depende de insumos básicos cujo preço sofreu forte elevação, como milho, por exemplo, e como parte deles é importado, esse efeito se mostra ambíguo.

A despeito da fragilidade enfrentada pela indústria local nos últimos anos, o setor de serviços demorou a sentir os efeitos dos desequilíbrios macro e microeconômicos percebidos na economia brasileira, em função, sobretudo, da resiliência que o mercado de trabalho apresentou até 2014, quando a taxa de desemprego permanecia baixa (4,5%). Em 2015, porém, refletindo a redução do consumo das famílias, o setor passou a registrar variações negativas no volume de comercialização, com contração acumulada no ano de 2,1%. A redução na concessão de crédito no Brasil em 2015 (-11,2%), combinada com elevação da taxa de juros – a Selic aumentou de 11,75% para 14,25% –, redução da renda real dos trabalhadores

gaúchos (-2,9%) e elevação da taxa de desemprego no Estado (de 4,5% para 6,5%) afetaram, sobretudo, o comércio gaúcho, que retraiu 10,4% no ano⁷.

Os dados de 2016 sinalizam uma continuidade da tendência de queda tanto do comércio como de todo o setor de serviços. O Gráfico 10 mostra a variação do volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul. O movimento cíclico é bastante semelhante entre as duas variáveis, sobretudo após 2010, o que reforça a previsão de que o setor terciário gaúcho deverá acompanhar de perto a tendência que será apresentada pelo segmento no nível nacional, cujas expectativas de mercado⁸ apontam para estagnação em 2017.

Gráfico 10: Taxa de variação do volume de vendas do comércio varejista, acumulado em 12 meses, Rio Grande do Sul e Brasil (%)



FORNE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE).

Outro importante diferencial da economia gaúcha em relação à nacional diz respeito a sua relação com a agropecuária. O setor primário representa 10,1% do valor adicionado bruto da economia gaúcha, ao passo que esse percentual é de 5,3% no nível nacional⁹. Os efeitos da atividade agropecuária são ainda maiores na atividade econômica do RS em função da relação que tem junto a outros setores da economia que formam o agronegócio, como os segmentos a montante – que fornecem insumos para a produção primária, como fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos

⁷ Os dados de concessão de crédito e taxa de juros são do Banco Central do Brasil, os dados de renda real e taxa de desemprego são da PNAD Contínua/IBGE.

⁸ De acordo com o Relatório FOCUS do BCB de 14/01/2017, o PIB dos serviços deve apresentar crescimento nulo em 2017.

⁹ Estrutura do valor adicionado bruto (VAB) de 2013, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE) para o Rio Grande do Sul e IBGE para o Brasil.

agrícolas, entre outros –, e os segmentos a jusante – que são responsáveis pela industrialização, transporte, distribuição e comercialização dos produtos do setor.

Em períodos em que a safra de grãos apresenta variação bastante expressiva, a economia tende a crescer mais do que a brasileira. Por outro lado, em períodos em que há quebras de safra, o RS apresenta variação do PIB menor do que a média nacional, muitas vezes chegando à contração da economia, em função da importância do agronegócio.

Em 2015, o clima favorável e o aumento tanto na produção quanto na produtividade de importantes produtos da lavoura temporária do RS, como soja (20,4%), milho (5,3%) e arroz (4,5%), impulsionou a economia das regiões noroeste e sudoeste do Estado e fez o Valor Agregado Bruto (VAB) do setor agropecuário crescer 13,6%, frente a um avanço bastante inferior no caso do Brasil, de 1,8%. Isso amenizou os efeitos recessivos sobre a economia do RS, fazendo-a apresentar uma queda levemente inferior à brasileira (3,4% frente aos 3,8% do Brasil). Para 2016, contudo, as estimativas apontam para variações menos expressivas da atividade agropecuária, uma vez que se espera um crescimento mais tímido da produção da principal cultura do Estado, a soja (3,2%), e retração da produção de arroz (-13,7%) e de milho (-15,0%).

Tabela 5: Quantidade produzida, em toneladas, dos principais produtos da agricultura do Rio Grande do Sul, em 2015 e 2016

Produtos	Produção				Produtividade			
	2015		2016		2015		2016	
	Mil ton.	Var. %	Mil ton.	Var. %	Mil ton./ha	Var. %	Mil ton./ha	Var. %
Soja	15.700	20,4	16.206	3,2	3,0	14,1	3,0	-0,1
Arroz	8.679	5,3	7.493	-13,7	7,7	4,5	7,1	-8,9
Milho	5.634	4,5	4.730	-15,0	6,5	11,9	6,4	-1,6
Trigo	1.392	-16,7	2.540	82,5	1,6	54,3	3,3	105,2
Mandioca	1.150	-2,6	1.108	-4,1	17,5	1,8	17,7	0,4
Cana-de-açúcar	835	-20,0	761	-8,8	42,8	8,4	42,7	-0,2
Uva	876	7,8	414	-52,8	17,6	0,8	8,4	-52,3
Maçã	599	-13,3	485	-18,9	36,6	-7,7	31,1	-14,8
Fumo	415	0,6	325	-21,6	2,1	3,1	1,8	-15,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE).

NOTA: *Projeções

Em suma, a economia do Rio Grande do Sul tende a acompanhar as oscilações do PIB do Brasil. Potenciais diferenças na sua trajetória de crescimento em relação à nacional dizem respeito a choques na produção agrícola (sejam eles negativos ou positivos), afetados, em grande medida, por efeitos como *El niño* e *La niña*. O primeiro

tende a beneficiar as culturas de verão como a soja e o milho – responsáveis por mais da metade da produção gaúcha de grãos – e o segundo tende a prejudicá-las, devido à escassez de chuva. A ocorrência do fenômeno *La niña* esperado para 2017 de acordo com estimativas do *National Oceanic and Atmospheric Administration* não se confirmou e, portanto, as condições climáticas se mostram favoráveis para o próximo ano. A expectativa é de aumento da produtividade na de arroz, fumo e milho, importantes culturas para o Estado, o que pode fazer o setor da agropecuária apresentar uma contrapartida positiva para o PIB do RS em 2017.

Os cenários analisados demonstram que o Rio Grande do Sul atravessa um momento de dificuldades estruturais em suas finanças, que são agravadas pelo atual momento da conjuntura internacional e nacional. A economia do Estado, embora diversificada, está profundamente articulada com os diferentes segmentos da indústria nacional. Sua trajetória acompanha, e tem sofrido com a desaceleração da atividade produtiva no País, especialmente no que tange à indústria de transformação.

Entretanto, mesmo com essas dificuldades e perspectivas, o Governo do Estado vem atuando no sentido de estimular o processo de desenvolvimento. Do ponto de vista da articulação internacional, a com os países vizinhos, especialmente do MERCOSUL, tem sido adotada como uma estratégia para a prospecção de novas alternativas de mercado.

No que tange à economia, vem estimulando segmentos tradicionais por meio de programas de estímulos aos arranjos produtivos e à inovação. Esses segmentos já consolidados possuem grande potencial de incremento da sua representatividade na economia nacional e mundial, o que poderá ser alcançado pela sua alavancagem tecnológica, ampliação da produtividade, superação de gargalos ao longo das cadeias de valor, bem como por meio de outros fatores determinantes da competitividade. As diversas áreas da agroindústria gaúcha são um dos exemplos dessa capacidade e possibilidade.

Busca-se também estimular segmentos que compreendem a chamada "nova economia", que estão em processo de desenvolvimento no Estado. Esses possuem grande potencial de crescimento por articularem-se a novas oportunidades e em decorrência de investimentos já em andamento no Estado. São novas tendências de mercado para a economia local e global, como os ligados à sustentabilidade, à indústria avançada em tecnologia e à criatividade.

Além disso, preocupado com a construção de uma agenda propositiva para o Rio Grande do Sul, o Governo do Estado lançou, em 2016, o **Projeto Futuro RS**, tratando de construir soluções para temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado. Estão sendo discutidos em aprofundadas oficinas:

- O envelhecimento da população gaúcha e as consequências e desafios para as políticas públicas na área da saúde e da educação.

- Alternativas para o desenvolvimento do Estado a partir da dinamização da indústria de transformação.
- Alternativas para o aumento da produtividade da agropecuária.
- Desafios e alternativas para a superação dos gargalos de infraestrutura no Estado.
- Alternativas para o desenvolvimento regional e equilíbrio territorial.
- O futuro das cidades e a sustentabilidade.
- Limites e possibilidades da inteligência e do uso de tecnologias, para qualificação da segurança do Estado.
- Alternativas para as finanças públicas do Estado.

Essas oficinas reúnem especialistas, instituições e entidades dispostas a colaborar com cada uma das temáticas. O objetivo é encontrar soluções e elaborar propostas, para que possamos ter uma direção certa para o futuro. Os resultados, depois de consolidados, serão publicados nos **Cadernos para o Futuro**, contendo propostas para o desenvolvimento do Estado em cada uma das temáticas.

A essas propostas agrega-se uma detalhada análise dos pontos de atenção e alternativas que estão sendo delineadas, em conjunto com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), nos **Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional**. Os planos resultarão em carteiras de projetos, organizados de acordo com as estratégias de desenvolvimento de cada região, e deverão se constituir em um importante subsídio para o planejamento governamental e o desenvolvimento do Estado.

1.2. SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

A promoção do desenvolvimento, buscando maior equilíbrio entre as regiões do Rio Grande do Sul, constitui um dos 19 objetivos estratégicos do Governo Estadual. A realização desse objetivo vem sendo perseguida desde o início do Governo, tendo sido objeto central do processo de participação da sociedade e da regionalização do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

O Estado tem atuado para aprofundar os estudos existentes sobre a realidade gaúcha, visando qualificar as análises regionais. Essa ação é orientada pelas avaliações esboçadas nos estudos prospectivos já realizados, e pelo **Projeto Futuro RS**, que visa direcionar as ações nos temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado.

Essas análises complementam os diagnósticos realizados pelo estudo prospectivo **RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial**, que apontou as principais dinâmicas macrorregionais do Estado, como o esvaziamento populacional da Faixa de Fronteira, a expansão territorial do eixo de concentração econômica Porto Alegre-Caxias do Sul em direção a Passo Fundo, e novas concentrações econômicas em áreas de investimento recente, como o Polo Naval de Rio Grande.

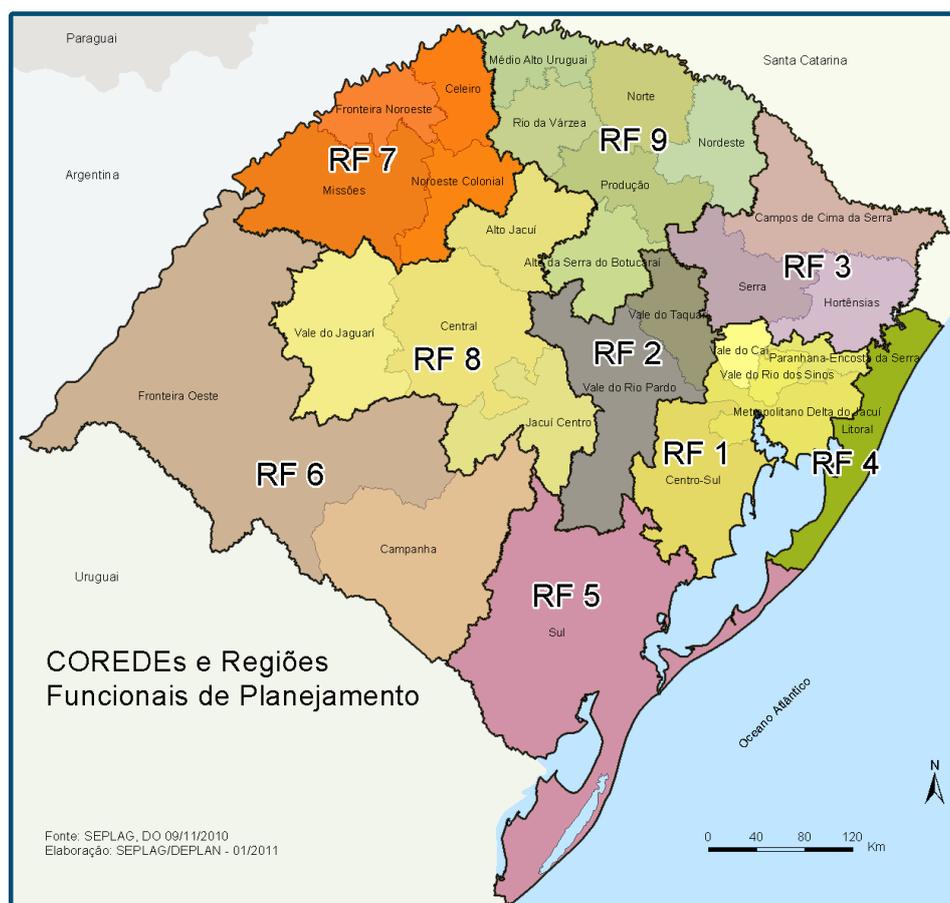
Para uma análise mais detalhada foram realizados os **Perfis Socioeconômicos** dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), que consolidam as análises para os 28 COREDEs¹⁰. Adicionalmente, o estudo **Evolução Populacional dos COREDEs e suas Migrações**¹¹, apresentou um perfil demográfico dos COREDEs, demonstrando a dinâmica populacional das regiões do Estado a partir de dados como saldos migratórios, abrangendo as regiões que recebem e perdem população de cada um dos COREDEs, e suas taxas líquidas migratórias, incluindo faixas de idade e escolaridade da população que migra.

Com base nesses estudos, pode-se construir um quadro de especialização e potencialidades para as diferentes regiões. Para fins de problematização, esse retrato é apresentado neste documento por Região Funcional de Planejamento (RF), apresentadas na Figura 2.

¹⁰ Foram elaborados, pela Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão, 28 Perfis Socioeconômicos, publicados na edição nº 26 do Boletim Geográfico do RS, em 2016. Os dados relativos à população total e ao Produto Interno Bruto (PIB) dos Perfis Socioeconômicos dos COREDEs, que serviram de base para este documento, são respectivamente do Censo Demográfico do IBGE de 2010 e da Fundação de Economia e Estatística, no ano de 2012.

¹¹ Elaborado, em 2016, pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

Figura 2: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e Regiões Funcionais de Planejamento



A **Região Funcional 1**, formada pelos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Paranhana Encosta da Serra, Centro Sul, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos, concentra 70 municípios, dos quais 31 pertencem à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Responde por 41% da população estadual e por 45% do Produto Interno Bruto.

Essa região, embora tenha sido, historicamente, a principal receptora de população do Estado, vem apresentando saldos negativos no que se refere às migrações estaduais. Como exemplo, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí deteve, no período 2005-2010, saldo migratório de -20.068 pessoas, perdendo população principalmente para outras unidades federativas e para os COREDEs Litoral e Vale do Rio dos Sinos. É importante afirmar que, segundo o estudo da FEE¹², as perdas do Metropolitano Delta do Jacuí ocorrem predominantemente entre populações de baixa e média escolaridade, com a Região ainda atraindo pessoas com alta escolaridade.

¹² Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/noticias/fee-divulga-estudo-da-evolucao-populacional-dos-coredes-e-suas-migracoes/>. Acesso em: 09.12.2016.

Esse quadro de perdas populacionais através de migração ocorreu também nos COREDEs Vale do Rio dos Sinos (-8.119 pessoas) e Centro Sul (-919 pessoas). Este último perdeu contingentes populacionais importantes com nível de escolaridade médio e superior. Os COREDEs Vale do Caí e Paranhana Encosta da Serra, com menor concentração populacional, detiveram, no período 2005-2010, ganhos de, respectivamente, 4.403 e 1.558 pessoas.

Na Região, estão a capital do Estado, Porto Alegre, e os polos industriais e de serviços mais dinâmicos. Os COREDEs constituintes apresentam diferenças importantes, especialmente o Centro-Sul, que ainda possui muitos municípios vinculados à atividade agrícola. Seus municípios também possuem fortes interações, características metropolitanas, tendências à ampliação de conurbações e mantêm fortes correlações entre si com referência a empregos, rede urbana, infraestruturas de comunicações, frequência a universidades e centros de pesquisas, além de serviços de saúde. A concentração de atividades econômicas e população faz com que convirja para essa Região a infraestrutura rodoviária do Estado, e o intenso fluxo gera problemas crescentes de mobilidade ao transporte de cargas e passageiros.

O fortalecimento dessa Região como polo de inovação tecnológica é uma das suas principais potencialidades, pois apresenta importantes empresas na área de fronteira da inovação tecnológica. Essa base é formada por importantes ativos em Instituições de Ensino Superior, escolas técnicas e centros tecnológicos, incubadoras, parques tecnológicos e estruturas com interface nas universidades. Outra importante possibilidade é a ampliação da competitividade dos setores consolidados, em segmentos industriais como o petroquímico, o metal-mecânico e o de produtos de origem animal; além da manutenção das atividades rurais, presentes principalmente nos COREDEs Centro-Sul e no Vale do Caí.

Entre os pontos que merecem atenção para a RF 1 estão os efeitos do adensamento populacional, devido ao grande impacto ambiental como falta de saneamento, habitação, mobilidade urbana e demanda por atendimento a serviços mais especializados. O planejamento e gerenciamento metropolitano são fundamentais para o desenvolvimento dessa Região, que necessita de iniciativas para o ordenamento territorial.

A **Região Funcional 2** compreende os COREDEs Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari e responde por 7% da população gaúcha, sendo que 3,9% desse total estão localizados no Vale do Rio Pardo, e 3,1%, no Vale do Taquari. O PIB da Região corresponde a 7,2% do estadual – 3,8% no Vale do Rio Pardo e 3,4% no Vale do Taquari.

No período 2005-2010, o COREDE Vale do Taquari apresentou saldo migratório positivo de 6.241 pessoas, o que reflete o dinamismo da Região. Essa população é oriunda, principalmente, dos COREDEs Vale do Rio dos Sinos, Fronteira Oeste e Alto da

Serra do Botucaraí, possuindo baixa e média escolaridade. Por sua vez, o COREDE Vale do Rio Pardo teve saldo negativo, no mesmo período, de 3.798, com destaque para pessoas com média e alta escolaridade. Dessa forma, esses dados podem indicar uma dificuldade da RF 2 de manter uma mão de obra com maior qualificação na Região.

O setor produtivo se destaca pelas atividades de base agrícola, fundadas em quatro produtos dominantes – fumo, milho, arroz e soja; além da agroindústria diversificada, com destaque para aves e suínos. A localização da Região próxima à RMPA, grande mercado consumidor, representa um potencial para a dinamização de sua base econômica industrial e agroindustrial.

Uma das iniciativas promissoras para a RF 2 é o potencial para os atendimentos da demanda agroindustrial da RMPA que, somado à boa infraestrutura econômica e social local, proporciona boas chances às agroindústrias instaladas na Região, principalmente dos produtos de origem animal (aves, suínos e laticínios); e demais produtos alimentícios, como óleos comestíveis e produtos hortifrutíferos. A proximidade da RMPA também favorece a diversificação da produção industrial, com potencial para absorver segmentos como material de transportes, eletroeletrônicos, alimentos, químicos, metalúrgicos, fertilizantes, calçados e couros, originários da Região Metropolitana.

Outra alternativa promissora advém do fortalecimento da identidade regional vinculada à agricultura familiar, com base cultural étnica diversificada, patrimônio arquitetônico, gastronômico e cultural. Essas características, associadas aos recursos naturais, permitem o desenvolvimento de atividades regionais voltadas a nichos de mercado em turismo regional, alimentos diferenciados e pedras preciosas, articulados com a base agropecuária.

Entre os pontos que merecem atenção para o futuro do Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari estão a dependência econômica das atividades ligadas à cultura do fumo e os despejos domésticos e agroindustriais, respectivamente. O primeiro devido ao provável esgotamento da atividade, já cerceada pela legislação, e o segundo, com graves consequências ambientais.

A **Região Funcional 3** concentra 10% da população gaúcha, pouco mais de um milhão de habitantes. Responde ainda por 12,6% do PIB estadual – 11% na Serra, que também apresenta o maior PIB *per capita* do Estado.

Devido ao seu dinamismo, o COREDE Serra deteve, no período 2005-2010, saldo migratório positivo de 25.128 pessoas. A maior parte desse contingente populacional é originária dos COREDEs Fronteira Oeste, Missões e Sul, possuindo baixa e média escolaridade. O COREDE Hortênsias também deteve saldo positivo de 1.391 pessoas, o que pode estar ligado às atividades turísticas na Região. Por outro lado, o COREDE Campos de Cima da Serra apresentou saldo de -993 pessoas, a maior parte com média e alta escolaridade.

A Região possui diversos arranjos produtivos consolidados, alguns deles apontados como potenciais, como o metal-mecânico/automotivo, de móveis e madeira, fruticultura (uva/vinho/maçã) e aves e suínos. Entre as diversas atividades primárias promissoras da RF 3 podem ser destacadas a de frutas de clima temperado, hortigranjeiros, silvicultura, aves e suínos, carnes especiais, vinhos finos e sucos e alimentos processados.

O turismo é um segmento consolidado na Região, principalmente em municípios como Bento Gonçalves, Canela, Gramado e Nova Petrópolis. Entretanto, ainda apresenta grandes possibilidades de expansão especialmente nas regiões dos Campos de Cima da Serra e Hortênsias. Entre os segmentos promissores estão o turismo de lazer, o ecoturismo, turismo de aventura, turismo de negócios/eventos/compras e o turismo cultural e histórico. Essas atividades, se integradas às já consolidadas, podem viabilizar um maior tempo de permanência de turistas na RF 3.

Como resultado da ocupação e considerando as características ambientais e geomorfológicas, merecem atenção os efeitos das atividades no frágil ambiente da Região, os problemas de saneamento e a crescente demanda por habitação. Também merece destaque a preocupação com a excessiva atração de migrantes, que buscam oportunidades nessa que é uma das regiões mais dinâmicas do Estado. O acompanhamento desse processo é fundamental para que as pessoas sejam efetivamente integradas à Região.

A **Região Funcional 4** corresponde ao COREDE Litoral. Com uma população de 254 mil habitantes – 2,8% da população estadual, concentra 1,7% do PIB, ou seja, R\$ 4,7 bilhões. Sua economia apresenta grande participação dos serviços e da construção civil, em grande medida estimulados pelo turismo de verão.

A Região tem atraído significativos contingentes populacionais, apresentando as mais elevadas taxas de crescimento populacional do Estado. Parte desse contingente tende a buscar a RF 4 como residência – como os aposentados. Entretanto, grande parte dessa população vai em busca de oferta de trabalho, que é temporário e de baixa remuneração, sendo visível a proliferação de habitações irregulares na Região. Como exemplo, no período 2005-2010, a RF 4 apresentou saldo migratório positivo de 18.329 pessoas, oriundas, principalmente, dos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra. Embora esse contingente se distribua em todos os níveis de escolaridade, destaca-se a participação de pessoas com baixa escolaridade, direcionando-se a essa oferta de trabalho.

A tradicional atividade de turismo de verão junto aos balneários ainda se constitui em um dos segmentos mais promissores da RF 4. O desafio é expandir de forma sustentável a atividade, buscando a integração do litoral com a região lagunar e a encosta da Mata Atlântica. No que tange às atividades agropecuárias e

agroindustriais, um dos pontos mais significativos é como dar sustentabilidade às atividades tradicionais como o arroz e a fruticultura, e às promissoras como a indústria moveleira e a têxtil. Outra possibilidade está na promoção e estruturação de segmentos com maior conteúdo de tecnologia limpa, visando dar uma maior densidade para a estrutura econômica da Região, aos moldes dos parques eólicos. Um fator favorável é a existência, na RF 4, de diversos *campi* universitários e de escolas tecnológicas.

A **Região Funcional 5** é formada pelo COREDE Sul e apresenta uma população de 843.206 habitantes, que corresponde a 7,8% da população estadual. Participa com 7% do PIB estadual, sendo 67,7% no setor de serviços, 22,4% na indústria e 9,9% na agropecuária. Os municípios de Pelotas e Rio Grande concentram mais de 75% da produção regional. Na Indústria de Transformação do COREDE, a Fabricação de Produtos Alimentícios apresenta 35,3%, com liderança da Fabricação de Óleos e Gorduras Vegetais e Animais. A Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores, que abrange a construção de embarcações, possui 33,3%. A Fabricação de Produtos Químicos, principalmente os inorgânicos, detém outros 23,2%.

No período 2005-2010, a RF 5 apresentou saldo migratório negativo de 6.854, apesar dos contingentes populacionais direcionados à Região a partir da implantação do polo naval de Rio Grande. Essas perdas se deram em todos os níveis de formação, com maior participação da população com alta escolaridade, que se dirigiu aos COREDEs Serra e Metropolitano Delta do Jacuí, além de outras unidades da federação.

A Região é ponto de convergência de todas as regiões do Estado, em função da presença do Porto do Rio Grande, por onde escoam a maior parte das cargas destinadas à exportação e ao mercado interno brasileiro. Por isso, todas as rodovias convergem para a Capital Regional de Pelotas e para o Porto do Rio Grande.

Entre os principais ativos da Região está a presença do Porto do Rio Grande, que atende os maiores volumes de cargas do sul do Brasil, para onde converge todo sistema logístico do Estado. A consolidação do Polo Naval, recentemente constituído, e a ampliação dos seus efeitos positivos, são elementos promissores para o desenvolvimento da RF 5. Embora o segmento tenha sido fortemente abalado pela crise econômica e política nacional, a instalação da indústria naval trouxe uma nova perspectiva de desenvolvimento para a Região. Também pode ser destacada a possibilidade de expansão do núcleo de atividades ligadas do Setor Terciário Superior, altamente tecnificado, como as atividades ligadas ao segmento da eletroeletrônica e da tecnologia da informação.

Merecem atenção na Região o grande uso da água para irrigação, principalmente devido à produção de arroz, e os reflexos da instalação da indústria naval. Pelotas, como centro regional, atrai há algum tempo grande volume de

população devido aos serviços e empregos. Recentemente, Rio Grande tornou-se um núcleo de atração de população, gerando forte impacto na demanda por moradia, com significativas implicações para o saneamento e meio ambiente. Entre 2005 e 2010, conforme dados do Censo Demográfico de 2010, Rio Grande apresentou um acréscimo de 2.646 habitantes, com cinco anos ou mais de idade.

A **Região Funcional 6** concentra 6,9% da população gaúcha, 746.419 habitantes, e responde por 5,2% do PIB regional. Apresenta forte participação do setor agropecuário, que atinge 21,9% da produção local. A produção de grãos, principalmente o arroz, responde por 50% do total desse setor, e a atividade criatória e a produção de leite, por outros 40%. A estrutura fundiária diferencia-se pela presença de médias e grandes propriedades, e a rede urbana é esparsa. Possui indicadores preocupantes no que se refere à geração de renda, saúde e educação e tem registrado constantemente perda de população na grande maioria de seus municípios.

A Região, abrangida pelos COREDEs Fronteira Oeste e Campanha, apresenta um dos movimentos migratórios intraestaduais mais perceptíveis, o de populações originárias do COREDE Fronteira Oeste, majoritariamente com média escolaridade, que se dirigem ao COREDE Serra em busca de oportunidades emprego. A RF 6 teve saldo migratório negativo, entre 2005 e 2010, de 26.700 pessoas, que também se dirigiram a outras unidades da federação, além do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí.

Entre as atividades emergentes e potenciais na RF 6 estão segmentos como a vitivinicultura, fruticultura e bioenergia, devido às boas condições climáticas encontradas para o desenvolvimento dessas atividades. As cidades são antigas e consolidadas, mas apresentam problemas de infraestrutura e falta de empregos qualificados. As propostas de desenvolvimento da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas são possibilidades que se colocam para a reversão da estagnação econômica e da melhoria dos indicadores sociais. Dificulta esse processo a falta de dinâmica econômica na faixa de fronteira dos países vizinhos.

Merece atenção na Região Funcional 6 a necessidade de implementar medidas de proteção para o Bioma Pampa, fortemente ameaçado pela intensificação das atividades econômicas. Outro tema é a necessidade de se desenvolver ações de armazenagem de água para consumo humano, dessedentação animal e irrigação, visando enfrentar a irregularidade das precipitações pluviométricas.

A **Região Funcional 7** é formada pelos COREDEs Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Celeiro. Possui uma população de 759 mil habitantes, o que corresponde a 7,1% da população do Estado. O PIB regional é de R\$ 16,3 bilhões, ou seja, 5,9% do PIB estadual. A Região se caracteriza pela existência de propriedades com elevado nível de mecanização e tecnologia que, em sua grande maioria, possuem a produção de soja como principal atividade e, ainda, pela presença de grande número

de pequenas propriedades familiares com produção diversificada, mas também com importante participação da produção de soja. Além disso, se destaca pela forte presença da cadeia de máquinas e implementos agrícolas.

A RF 7 se caracteriza por apresentar perdas populacionais consideráveis em todos os níveis de escolaridade, com destaque para a população com maior qualificação, que se direciona, principalmente, para outras unidades federativas e para o COREDE Serra. Entre 2005 e 2010, o COREDE Missões teve saldo migratório negativo de 9.506 pessoas, seguido pelo Celeiro (-7.187), Fronteira Noroeste (-3.930) e Noroeste Colonial (-2.033). As menores perdas populacionais dos dois últimos COREDEs parecem estar ligadas a uma maior diversificação da economia local, que conta com indústrias alimentícias e de máquinas e implementos agrícolas.

Entre as iniciativas promissoras, pode-se destacar a oportunidade do desenvolvimento do turismo. A RF 7 possui importantes ativos ligados ao patrimônio histórico das Missões e ao Parque do Turvo/Salto de Yucumã, que podem ser organizados e integrados a outros roteiros, garantindo maior atratividade de turistas e maior tempo de permanência na Região. A consolidação do parque industrial ligado à agroindústria pode ser uma oportunidade para a dinamização dos pequenos municípios locais. O desenvolvimento das atividades de fronteira com a Argentina e a perspectiva de construção de novas ligações na Região podem significar avanços para as populações locais, especialmente para as cidades gêmeas.

Merece atenção na Região Funcional 7 a necessidade de fortalecimento das atividades vinculadas à pequena propriedade, e que têm como importantes características os altos índices de população rural, quando comparados com as demais localidades. A atenção à pobreza urbana e rural também deve ser foco especial de políticas públicas, uma vez que a Região apresenta muitos municípios com indicadores socioeconômicos abaixo da média do Estado. As sucessivas perdas de safras relacionadas à escassez de chuvas remetem à necessidade do desenvolvimento de políticas voltadas à irrigação e à dessedentação animal. Por último, cabe assinalar a necessidade de manutenção do segmento de máquinas e implementos agrícolas, de grande importância para a RF 7 e muito suscetível à concorrência do mercado global.

A **Região Funcional 8** compreende os COREDEs Central, Alto Jacuí, Jacuí Centro e Vale do Jaguari. A população corresponde a 7,5% do total do Estado, com destaque para o município de Santa Maria no COREDE Central. A RF 8 participa com 6,1% do PIB estadual, caracterizando-se por ser uma Região de transição entre o cultivo da soja, no norte, e do arroz, no sul, além da criação de bovinos. Igualmente, possui um importante número de municípios com forte participação da agroindústria. Santa Maria se constitui como o principal centro de serviços da Região, com forte presença de instituições de ensino superior, instalações militares e comércio bastante desenvolvido.

A RF 8 também apresentou perdas por contingentes populacionais consideráveis, principalmente de mão de obra com maior qualificação. A maior parte dessa população se dirigiu a outras unidades da Federação, exceto pelo COREDE Vale do Jaguari, cuja mão de obra migra para o COREDE Serra. Os saldos migratórios dos COREDEs da Região entre 2005 e 2010 foram de: -6.296 pessoas, no Central; -5.441, no Alto Jacuí; -3.690, no Vale do Jaguari; e -2.053, no Jacuí Centro.

Para o desenvolvimento da Região Funcional 8 é fundamental reconhecer o importante papel desempenhado pela cidade de Santa Maria e pelos centros de menor porte, caso de Cruz Alta e Cachoeira do Sul. A articulação dos pequenos municípios a essa rede proporcionará o adequado suprimento de serviços e o desenvolvimento de segmentos inovadores, especialmente da agroindústria, aproveitando-se da presença de grande número de universidades e centros tecnológicos. Ativos turísticos como a Rota Paleobotânica e a Quarta Colônia apresentam potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, se pensados em uma estratégia regional.

Entretanto, a polarização excessiva exercida por Santa Maria, no setor de serviços, se não for devidamente planejada, pode sobrecarregar a estrutura existente. A descentralização de serviços, inclusive públicos, pode ser uma estratégia a ser adotada. Além disso, algumas iniciativas devem ser tomadas para a manutenção da competitividade agropecuária, tanto na pequena quanto na média e na grande propriedade. Lavouras empresariais tradicionais e pequenas propriedades enfrentam problemas de produtividade – estiagens, necessidade de novas técnicas de manejo e tecnologias.

A **Região Funcional 9** compreende os COREDEs Alto da Serra do Botucaraí, Produção, Rio da Várzea, Médio Alto Uruguai, Norte e Nordeste. Possui uma população de pouco mais de 1 milhão de habitantes, que corresponde a 10% da população gaúcha. O PIB regional corresponde a 9,5% da produção estadual. As cidades Passo Fundo, Erechim, Palmeira das Missões e Frederico Westphalen são as que apresentam papel mais destacado na hierarquia urbana. A base produtiva da Região é diversificada, mas fundamentada em atividades agroindustriais – empresarial e pequenas propriedades.

Os COREDEs da Região apresentaram, entre 2005 e 2010, saldos migratórios negativos, exceto pelo Produção, cujo pequeno saldo positivo pode ser explicado pela importância do centro de serviços de Passo Fundo e pela presença da indústria metal-mecânica. No entanto, é importante afirmar que o COREDE Produção perdeu população com maior nível de escolaridade. A maior parte das migrações desses COREDEs se dirige a outras unidades da federação, exceto pelo Alto da Serra do Botucaraí e Nordeste, cujas populações são atraídas pelo COREDE Serra. Seus saldos migratórios, no período 2005-2010, foram de: -4.570 pessoas, no Alto da Serra

Botucará; 28, no Produção; -3.866, no Rio da Várzea; -8.900, no Médio Alto Uruguai; -5.479, no Norte; e -1.067, no Nordeste.

O fortalecimento dos polos urbanos, por meio de incentivo à constituição de redes de universidades e centros tecnológicos e qualificação dos serviços é uma das iniciativas promissoras para o desenvolvimento da Região. Também há de se destacar a realização de esforços para a manutenção da indústria existente: sustentar e reforçar os segmentos de máquinas e implementos agrícolas, aves, suínos e leite, que apresentam forte integração com a base produtiva da RF 9.

As características da Região pressupõem uma especial atenção para a ampliação da produtividade agropecuária. Nesse sentido, é fundamental o incentivo à inovação tecnológica, tanto nas atividades desenvolvidas pela pequena propriedade quanto na lavoura empresarial. Além disso, as distâncias em relação aos maiores centros produtores impõem que se qualifiquem as infraestruturas que ligam ao leste do Estado e ao restante do País.

Considerando esse quadro, podemos identificar no Rio Grande do Sul características de tendência à concentração populacional e econômica nos COREDEs da parte leste do Estado. No entanto, o estudo **Evolução Populacional dos COREDEs e suas Migrações**, publicado pela FEE, permite observar que, além de movimentos migratórios intraestaduais, como o de população com média escolaridade em direção ao COREDE Serra, é perceptível a migração de populações, em todas as escolaridades, para outras unidades da federação. O crescimento migratório negativo dos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos e a predominante migração de populações com alta escolaridade de outros COREDEs para outros Estados podem indicar um arrefecimento do processo de concentração populacional na Região Metropolitana de Porto Alegre, reforçando o papel histórico do Estado de expulsor de mão de obra. De acordo com o estudo **RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial**, a população que emigra do Estado se dirige, destacadamente, para Santa Catarina. Ao mesmo tempo, observam-se taxas migratórias mais altas, entre 2005 e 2010, em COREDEs das bordas da RMPA, como o Paranhana Encosta da Serra, o Vale do Caí e o Vale do Taquari.

O quadro de perdas por migração é agravado pelo processo de envelhecimento populacional do Estado, com a população das faixas etárias mais jovens diminuindo. No Rio Grande do Sul, está em vigência o chamado bônus demográfico, quando há o maior contingente populacional em idade ativa, que deve se encerrar na próxima década. Dessa forma, as perdas populacionais para outros Estados, principalmente de mão de obra com alta escolaridade, tendem a atuar como deseconomia de aglomeração para o Rio Grande do Sul devido à menor participação de população economicamente ativa, demandando políticas públicas que estimulem a permanência dessa população no Estado.

A análise dessa complexidade está embasando os debates regionais no processo de elaboração dos **Planos Estratégicos dos COREDEs**, realizados através de convênio entre o Governo do Estado e o Fórum dos COREDEs, cujos resultados serão apresentados em junho de 2017. Esses planos apresentarão diagnósticos, estratégias e carteiras de projetos para as regiões do Estado, refletindo as visões da sociedade civil sobre o processo de desenvolvimento estadual. O objetivo é estabelecer consensos, buscando estratégias coerentes entre sociedade civil e Governo do Estado para as regiões.

Nesse sentido, a seleção de projetos para a **Consulta Popular** de 2017 será subsidiada pelos **Planos Estratégicos dos COREDEs**, refletindo os problemas e oportunidades das regiões e consolidando essa política como instrumento para o desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Os projetos resultantes dos planos também poderão ser viabilizados através de financiamentos de instituições internacionais e do Orçamento Geral da União.

2. SITUAÇÃO DAS FINANÇAS ESTADUAIS

O QUADRO GERAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

O quadro das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é gravíssimo e apresenta-se com enorme fragilidade fiscal e com sérios problemas estruturais. As receitas arrecadadas não são suficientes para fazer frente às despesas consideradas rígidas, faltando recursos financeiros para honrar fornecedores e convênios e para pagar em dia os salários do funcionalismo. Soma-se a tudo isso o forte contingenciamento nas áreas sociais e em infraestrutura.

Nas últimas décadas, as contas estaduais apresentaram déficits fiscais recorrentes. Gastou-se mais do que se arrecadou. Desde 1971 até 2016 (46 anos), somente em 7 anos as receitas foram maiores que as despesas empenhadas. O constante desequilíbrio mostra a dura realidade enfrentada pelos governantes.

O País está vivenciando um das piores crises econômicas de sua história, que deprimiu vertiginosamente a arrecadação tributária. Caso isso não bastasse, o Estado possui uma estrutura de gasto com pessoal crescente. Dessa forma, em 2017, as despesas continuarão crescendo mais do que as receitas. No curto prazo, não há uma expectativa de equilíbrio das contas públicas.

Sem dúvida, o mais grave problema das finanças públicas é a questão previdenciária. Ao longo do tempo, o Estado do Rio Grande do Sul não se preparou para suportar os atuais encargos previdenciários. Ao final de 2016, alcançou-se o quantitativo de mais de 210 mil matrículas, entre inativos e pensionistas, que consumiu R\$ 13,2 bilhões, o equivalente a 38,1% da Receita Corrente Líquida (RCL).

O segundo fator de engessamento fiscal é o elevado comprometimento com os pagamentos da dívida contratualizada do Estado junto à União, através da Lei Federal nº 9.496/97, que faz despendar 13% da Receita Líquida Real com o Serviço da Dívida. O valor transferido onera demasiadamente o caixa do Tesouro, em detrimento de maiores repasses de recursos para as áreas sociais e de infraestrutura.

Mesmo com o alívio concedido pelo Governo Federal, no tocante às parcelas entre julho de 2016 e junho de 2018, quando se toma a dura realidade financeira pela qual passa o Estado, torna-se necessário um novo dimensionamento da capacidade real de pagamento para os próximos anos.

Quanto ao índice de atualização do estoque dessa dívida, como parte de uma solução de longo prazo, foi sancionada a Lei Complementar nº 148/2014, que alterou o indexador da dívida, a contar de 01/01/2013, pelo IPCA mais 4% ao ano ou pela Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IPG-DI mais 6% ao ano. Em tese, há uma perspectiva de equacionar o problema do estoque da dívida com a União, surtindo os

efeitos no término do contrato, tanto melhor quanto menor for o IPCA e a Taxa SELIC no período.

Ao se fazer uma retrospectiva sobre as contas públicas estaduais, pode-se dizer que começaram a causar séria preocupação aos governantes, já a partir do Plano Real (1994), com o término do "financiamento inflacionário". E, ao final da década de noventa, do século passado, o cenário se agravou por conta da edição de um arcabouço legislativo, que reconfigurou o modelo de financiamento, bem como pelo processo de renegociação de suas dívidas.

Esse período marcou o término das estratégias de endividamento pela emissão de títulos públicos e pela venda de bens, e impôs um austero ajustamento fiscal. Assim, não apenas o equilíbrio das contas passou a ser perseguido, mas a própria mudança do espectro das políticas a cargo dos Estados. Em 2000, com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado viu-se em situação antagônica: de um lado, obrigado a disciplinar fortemente os gastos; e, por outro, incumbido de atender às crescentes necessidades sociais em Saúde, Educação, Segurança e Infraestrutura.

Nesse período, começaram a pesar fortemente os custos da previdência e do serviço da dívida. Foram frustradas as sucessivas tentativas de recolocar as necessidades de financiamento das políticas públicas nos patamares de arrecadação. Assim, acumularam-se altos déficits orçamentários. A principal alternativa para suprir a escassez de recursos foi a utilização de mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que otimizaram no tempo o fluxo de caixa.

Ao analisar os últimos quatro mandatos do executivo estadual, o governo Olívio Dutra (1999-2002) apresentou resultados primário e orçamentário fortemente negativos. Não pagou precatórios nem os percentuais de aumento salarial das chamadas "Leis Britto", o que originou bilionário passivo trabalhista. Ainda, esgotou a totalidade dos recursos existentes no Caixa Único. Os níveis de investimentos executados foram os menores entre todos os governos até àquela data.

Particularmente, nos governos de Germano Rigotto (2003/2006) e de Yeda Crusius (2007/2010) foi desenvolvida forte política de contenção de gastos em pessoal, no custeio das áreas sociais e nos investimentos públicos, tendo em vista um cenário de profunda escassez de recursos próprios e de impossibilidade de financiamento, tanto interno como externo.

O governo Tarso Genro (2011/2014) recebeu as finanças do governo Yeda Crusius com as contas equilibradas. Contudo, envolto em um orçamento limitado, optou pelo expansionismo dos gastos, principalmente com pessoal e custeio. Com o aval do Governo Federal, captou recursos via operação de crédito, no montante de R\$ 3,9 bilhões. Para cobrir seu enorme déficit financeiro, fez uso rotineiro de R\$ 1,75 bilhão do Caixa Único e de R\$ R\$ 5,40 bilhões de Depósitos Judiciais, totalizando retiradas de R\$ 7,15 bilhões, quando a prudência seria utilizar esses recursos somente

em situações emergenciais. Nesse período, as finanças estaduais foram sobremaneira agravadas, criando para o seu sucessor um gasto muito superior ao poder de arrecadação.

O Governo José Ivo Sartori assumiu o mandato sem recursos para pagar as obrigações mais emergentes e, ainda, em meio a pior crise econômica da história brasileira. O orçamento de 2015, enviado pelo Governo anterior à ALRS, foi aprovado com déficit implícito de R\$ 5,4 bilhões. Após todos os esforços da gestão, ao final do exercício de 2015, o déficit foi reduzido para R\$ 4,9 bilhões.

Em 2016, após levar em conta o aumento de ICMS aprovado pela ALRS, a peça orçamentária acusou um déficit de R\$ 4,6 bilhões. Contudo, ao final do exercício, com a economia da suspensão de parcelas da dívida com a União, de R\$ 2,3 bilhões; e com a venda da folha de pagamento ao BANRISUL, de R\$ 1,25 bilhão, o déficit orçamentário foi de R\$ 143,1 milhões. Para 2017, prevê-se falta de recursos na ordem de R\$ 3,0 bilhões, tendo em vista o patamar de gasto incorporado na peça orçamentária.

A grave crise econômica atingiu em cheio a arrecadação tributária própria e as transferências federais. A atividade econômica brasileira está em desaceleração desde 2014 – nesse ano, o PIB brasileiro teve um crescimento modesto de 0,5%; em 2015, foi negativo em 3,8%; para 2016, a previsão é de retração em torno de 3,5%. Quanto ao PIB do RS, em 2014, decresceu 0,3%; em 2015, encolheu 3,4%. Para 2016, a economia gaúcha deve seguir a mesma tendência de baixa da brasileira.

Caso se confirmem esses números para a economia brasileira, seria a maior queda sequencial do PIB desde o primeiro levantamento estatístico, feito em 1900. Adiante se listam as grandes crises econômicas ocorridas no Brasil: no triênio 1929-1931 – queda do PIB de 4,4%; no triênio 1981-1983 – queda do PIB de 6,3%; em 1990 – queda do PIB de 4,4%; e no biênio 2015-2016 – queda do PIB acima de 7,0%.

A crise brasileira produzirá fortes reflexos também em 2017, frustrando uma melhor arrecadação tributária. O fato é que as famílias estão consumindo menos produtos e serviços devido ao desemprego, à queda de renda e à baixa confiança na economia e nas instituições.

No curto prazo, não se vislumbra uma melhora no comportamento do ICMS, principal tributo estadual. Os principais fundamentos mostram o momento delicado da conjuntura econômica brasileira: inflação acima da meta do Banco Central, dívida pública crescendo geometricamente, taxa real de juros entre as maiores do mundo, inadimplência alta, crédito restrito e caro, desemprego em patamar recorde, investimentos escassos, capacidade ociosa da indústria no maior nível histórico, confiança baixa e déficit primário previsto para 2017 de R\$ 140 bilhões.

Afora tudo isso, ainda existem a instabilidade política advinda com o impeachment da ex-presidente Dilma, a posse de Michel Temer e os desdobramentos

da operação Lava Jato e de outras operações da Polícia Federal, que investigam desvios de dinheiro público por parte de empreiteiras, empresários e agentes públicos e políticos.

Para o atual Governo do Rio Grande do Sul, no curto e médio prazos, restam alternativas como: (i) contingenciar e racionalizar gastos; (ii) aumentar receitas com a utilização de modernas ferramentas de arrecadação; (iii) combater a sonegação fiscal; (iv) buscar compensações financeiras junto à União, devido às perdas tributárias; (v) criar um novo pacto federativo, com vistas à desconcentração tributária; e (vi) abrir margem para novas contratações de operações de crédito internas e externas direcionadas para investimento em infraestrutura.

Em suma, o problema das contas estaduais é de difícil solução no curto e no médio prazos. Há falta de recursos para fazer frente às demandas mais prementes das áreas sociais e de infraestrutura.

A Evolução dos Resultados Orçamentário, Primário e Financeiro

O resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as despesas forem maiores que as receitas, o resultado orçamentário é deficitário. O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida (juros, encargos e amortização).

As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidos dos juros, encargos e amortização da dívida interna e externa, da aquisição de títulos de capital integralizado e da concessão de empréstimos.

Na Tabela 6, são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 2001 e 2016, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Constata-se a frequência de resultados orçamentários negativos, na qual o Estado se financiou com recursos extraordinários. Desde 2001 até 2016 (16 anos), somente em três anos a arrecadação foi maior do que as despesas empenhadas.

Ressalva-se que o resultado primário menor que o orçamentário, que se verifica em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens (receitas não primárias) para a

cobertura de gastos com custeio e investimento (despesas primárias); ainda, às operações de crédito de valor maior do que o pagamento do serviço da dívida.

Tabela 6: Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Orçamentário IGP-DI 31/12/2016	Resultado Primário IGP-DI 31/12/2016	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
2000	-1.911.631.665	-1.433.908.207	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%
2001	-1.701.726.769	-903.096.489	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	-614.941.909	-160.393.908	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	-142.923.598	-225.202.252	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	-1.522.721.588	72.505.178	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	-1.820.003.814	1.133.862.892	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	-1.720.884.016	869.620.017	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	1.118.132.690	1.712.221.105	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	714.256.192	3.470.464.456	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	17.069.065	2.989.411.128	0,00%	0,84%	10,97%	10,97%
2010	-232.107.338	2.351.137.748	-0,06%	0,66%	11,87%	11,93%
2011	-684.861.935	2.042.414.767	-0,18%	0,55%	11,17%	11,36%
2012	-951.408.191	1.045.391.472	-0,26%	0,28%	11,35%	11,58%
2013	-1.716.469.418	768.171.541	-0,42%	0,19%	10,97%	11,40%
2014	-1.502.900.565	-643.262.767	-0,35%	-0,15%	11,52%	11,86%
2015	-5.297.389.112	-1.904.727.881	-1,26%	-0,45%	10,45%	11,62%
2016	-143.131.107	854.663.469	-	-	-	-

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do Estado RS.

Nota 1: Os resultados primário e orçamentário de 2015 estão dispostos em valores nominais.

Nota 2: O PIB de 2015 é estimativa preliminar da FEE/RS. O PIB de 2016 ainda não foi divulgado.

Nota 3: As receitas e despesas estão pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias.

No tocante à Situação Líquida Financeira Ajustada pelo Passivo Potencial dos últimos governos, o governo Britto deixou uma situação financeira de R\$ 836 milhões negativos; o governo Olívio, de R\$ 1,740 bilhão negativo; o governo Rigotto, de R\$ 2,201 bilhões negativos; o governo Yeda, de R\$ 142 milhões positivos; e o governo Tarso, de R\$ 4,442 bilhões negativos. Em 2015, primeiro ano do governo Sartori, a situação financeira foi de R\$ 4,820 bilhões negativos. No período de 1998 a 2015, o resultado foi de R\$ 13,897 bilhões negativos.

Os Principais Agregados da Receita Pública

A Tabela 7 mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2005 até 2016, pelo IGP-DI. No demonstrativo, as receitas intraorçamentárias são expurgadas da conta, por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual.

Tabela 7: Receitas Orçamentárias Consolidadas – Atualizadas pelo IGP-DI - Em R\$ milhões

Especificação das Receitas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES	32.592	34.522	34.758	37.042	38.324	42.642	41.694	42.382	44.930	46.831	45.675	47.494
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.006	26.257	26.340	28.467	29.198	33.133	32.520	33.526	36.271	37.121	36.299	36.960
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.858	1.965	2.067	1.946	2.089	2.152	2.351	2.389	2.752	3.081	3.028	3.188
RECEITA PATRIMONIAL	510	758	576	886	1.098	918	880	823	609	709	664	1.959
RECEITA AGROPECUÁRIA	1	1	2	2	1	6	1	3	3	1	3	2
RECEITA INDUSTRIAL	5	4	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
RECEITA DE SERVIÇOS	342	320	329	348	372	359	348	361	347	313	339	331
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.570	7.274	7.685	8.411	8.637	9.244	9.194	8.855	8.742	9.209	8.967	8.576
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.193	880	1.060	987	1.374	1.804	1.429	1.552	1.647	1.952	1.925	1.959
DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE	-2.894	-2.938	-3.302	-4.005	-4.444	-4.976	-5.030	-5.127	-5.441	-5.555	-5.550	-5.480
RECEITAS DE CAPITAL	369	650	2.533	2.117	391	1.610	532	1.448	1.135	3.180	483	569
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	251	58	0	1.924	-0	1.215	350	1.239	681	2.633	219	338
ALIENAÇÃO DE BENS	58	442	2.410	7	50	6	7	56	125	116	155	85
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	24	101	64	41	28	53	54	22	83	198	64	49
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	36	49	59	145	314	335	120	131	246	233	44	97
TOTAL DAS RECEITAS	32.961	35.172	37.291	39.159	38.715	44.251	42.226	43.829	46.065	50.011	46.157	48.063

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Como se pode observar, as Receitas Tributárias (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro estadual, seguidas pelas Transferências advindas da União.

Entre 2005 e 2016, em valores reais pelo IGP-DI, as receitas totais cresceram 45,8%, as receitas correntes 45,7%, as receitas tributárias próprias 47,8%, enquanto que as transferências correntes advindas da União cresceram 30,5%. Comparando-se 2016 com 2015, as receitas totais foram 4,1% maiores, devido, principalmente, ao aumento de alíquotas do ICMS e da venda da folha de pagamento para o BANRISUL, sendo que as receitas correntes cresceram 4,0% e as transferências correntes decresceram 4,4%.

No que tange às operações de crédito, as mesmas obedecem às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Os empréstimos realizados pelo Estado junto ao Banco Mundial (BIRD), em 2008 e 2010, tiveram a finalidade específica de melhorar o perfil de parte da dívida extralimite. Os realizados entre 2011 e 2014, foram avalizados pelo Governo Federal, totalizando R\$ 3,92 bilhões, direcionados para investimento e custeio. Já as operações formalizadas a partir de 2015, referem-se a contratos já firmados em governos anteriores.

Os Grandes Agregados da Despesa Pública

Para melhor entendimento da situação das contas estaduais, destaca-se a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios e Manutenção e o Custeio).

Para facilitar a análise das despesas públicas, os diversos grupos são comparados em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Quando há referência à RCL, trata-se do cálculo referendado pela Contadoria-Geral do Estado (CAGE/RS) e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I, conforme se demonstra na tabela a seguir.

Tabela 8: Demonstrativo da Fórmula da Receita Corrente Líquida

Receitas Correntes Totais
(-) Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios
(-) Dedução da Receita para a Formação do FUNDEB
(-) Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor
(-) Compensação Financeira entre Regimes de Previdência
(-) Anulação de Restos a Pagar
(-) IRRF dos Servidores
= Receita Corrente Líquida

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo III, art. 53, I).

O Gasto Total Consolidado do Estado

A Tabela 9 mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2005, em valores nominais. Ressalva-se que, no Demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

Em 2016, houve um déficit orçamentário de R\$ 143 milhões, R\$ 57,344 bilhões de receitas totais contra R\$ 57,487 bilhões de despesas totais. Os valores totais executados (empenhados), sem a dupla contagem, ultrapassaram em 9,9% a variação da Receita Corrente Líquida. Há um ajuste em curso das contas públicas, patrocinado pela gestão do atual governo, com forte evolução já em 2016, sendo um dos melhores resultados em toda a série desde 2005.

Tabela 9: Despesas Empenhadas Consolidadas do Estado do RS – Em valores nominais - R\$ milhões

Grupo da Despesa	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal e Encargos Sociais	8.542	9.557	10.157	11.001	6.726	7.617	8.426	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	0	0	0	0	5.323	5.966	6.707	0	0	0	0	0
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	8.542	9.557	10.157	11.001	12.049	13.583	15.133	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332
Outras Despesas Correntes	6.704	7.004	7.136	8.328	14.174	16.272	18.069	12.708	14.501	16.076	17.025	18.847
(-) Distribuição Receitas aos Municípios	3.317	3.474	3.639	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125	7.669	8.135	8921
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	5.323	5.966	6.707	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes Ajustadas	3.387	3.530	3.497	3.967	4.221	4.946	5.495	6.304	7.376	8.407	8.889	9.926
Serviço da Dívida	1.714	1.775	1.830	3.183	2.112	2.956	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744
(-) Operação Externa com o BIRD	0	0	0	1.192	0	787	0	0	0	0	0	0
Serviço da Dívida Ajustado	1.714	1.775	1.830	1.991	2.112	2.169	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744
Investimentos Amplos	615	664	401	661	662	1.937	1.105	1.223	1.429	1.775	809	1.097
Total do Grupo da Despesa	14.258	15.526	15.885	17.620	19.044	22.635	24.237	26.829	30.620	35.062	37.424	38.099
Receita Corrente Líquida - RCL	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655
% do Total da Despesa / RCL	115,5	116,6	113,5	105,8	109,5	111,5	110,5	113,2	116,0	122,5	124,2	109,9

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela 10 mostra a evolução dos grupos de despesas totais, entre 2005 e 2016, em relação à variação da Receita Corrente Líquida, tomando o ano de 2005 como base 100. No período, houve uma diminuição do gasto total de 10,0%, em relação à variação da RCL. Constata-se que o grupo de Pessoal e Encargos Sociais decresceu 0,1%, o de Outras Despesas Correntes decresceu 1,3%, o grupo do Serviço da Dívida decresceu 65,7% e o de Investimentos Amplos decresceu 39,9%. Observa-se forte ajuste das contas feito em 2016.

Tabela 10: Grupo de Despesas em relação à variação da RCL – Ano 2005 como base 100

Grupo da Despesa	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	100,0	103,8	105,0	95,5	100,2	96,7	99,8	101,3	103,7	109,1	115,0	99,9
Outras Despesas Correntes Ajustadas	100,0	96,7	91,1	86,8	88,5	88,8	91,4	96,9	101,9	107,1	107,5	98,7
Serviço da Dívida Ajustado	100,0	96,1	94,2	86,1	87,5	77,0	82,3	81,6	79,0	82,3	89,4	34,3
Investimentos Amplos	100,0	100,2	57,6	79,7	76,5	191,6	101,2	103,6	108,7	124,5	53,9	60,1
Total da Despesa sobre a RCL	100,0	101,0	98,3	91,6	94,9	96,6	95,7	98,0	100,5	106,1	107,5	90,0

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Evolução do Gasto com Educação, Saúde e Segurança Pública

A Tabela 11 mostra a evolução do gasto com Educação, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2003 e 2016. Em 2016, aplicou-se 29,3% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 25,0% da RLIT; já a Constituição Estadual 35,0% da RLIT.

Tabela 11: Percentuais aplicados (liquidados nominais) em Educação em relação à RLIT - R\$ milhões

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Recursos Aplicados Educação	2.825	2.968	3.134	3.459	3.545	3.612	4.018	4.801	5.297	6.073	7.115	8.116	8.843	8.542
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT	8.646	9.175	10.612	11.072	11.788	14.123	14.524	17.788	18.711	20.274	22.820	24.754	26.256	29.176
Percentual aplicado em Educação sobre a RLIT	32,7%	32,4%	29,5%	31,2%	30,1%	25,6%	27,7%	27,0%	28,3%	30,0%	31,2%	32,8%	33,7%	29,3%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

Já a tabela adiante mostra os valores aplicados em Saúde, entre os anos de 2003 e 2016, em relação à RLIT. Como demonstram os números abaixo, há uma retomada gradual importante de recursos drenados para essa área, motivada pela obrigatoriedade de o Estado aplicar 12,0% da RLIT em Saúde. Em 2016, foram aplicados 12,2%. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 12,0% da RLIT; já a Constituição Estadual, 10,0% da RTL.

Tabela 12: Percentuais aplicados (liquidados nominais) em Saúde em relação à RLIT - R\$ milhões

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total Aplicado em Saúde	702	756	791	825	796	1.052	1.051	1.408	1.509	1.956	2.844	3.161	3.219	3.559
Receita Líquida Impostos e Transferências - RLIT	8.646	9.175	10.612	11.072	11.788	14.123	14.524	17.788	18.711	20.274	22.820	24.754	26.256	29.176
Percentual em Saúde sobre RLIT	8,1%	8,2%	7,5%	7,5%	6,8%	7,4%	7,2%	7,9%	8,1%	9,6%	12,5%	12,8%	12,3%	12,2%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota: Não estão computados recursos aplicados na CORSAN.

Por sua vez, a tabela adiante mostra os gastos com a área da Segurança Pública em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2003 e 2016. Em 2016, aplicaram-se 11,2% da RLIT. Ressalva-se que os profissionais da Segurança do Estado têm aumento legal escalonado até 2018, sendo que, em 2016, o reflexo foi de cerca de R\$ 1 bilhão.

Tabela 13: Percentuais aplicados (liquidados nominais) em Segurança em relação à RLIT - R\$ milhões

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Recursos Aplicados em Segurança	1.044	1.191	1.235	1.304	1.472	1.794	1.851	2.152	2.481	2.953	3.006	3.278
Receita Tributária Líquida e Transferências - RLIT	10.612	11.072	11.788	14.123	14.524	17.788	18.711	20.274	22.820	24.754	26.257	29.176
Percentual de Aplicações em Segurança	9,8%	10,8%	10,5%	9,2%	10,1%	10,1%	9,9%	10,6%	10,9%	11,9%	11,4%	11,2%

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Rigidez do Orçamento Estadual

As contas públicas nacionais e estaduais sofrem enorme restrição derivada da rigidez imposta pelo conjunto de vinculações constitucionais e de obrigações legais.

Particularmente, o Estado do Rio Grande do Sul é penalizado em função de regras que diferem do conjunto da Federação, causando efeitos e sobreposições ainda maiores sobre o erário estadual.

A Constituição Federal, a Constituição Estadual e um conjunto de leis posteriores estabeleceram vinculações e obrigações legais que, mesmo sob as mais justas aspirações e corretas intenções, fazem com que a soma das despesas absorva a quase totalidade das receitas.

Para exemplificar, podem-se citar algumas delas: a Constituição Federal determina 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferência (RLIT) para a Educação; já a Constituição Estadual prescreve 35,0%. A Constituição Federal determina 12,0 da RLIT para a Saúde; já a Constituição Estadual prescreve 10,0% da Receita Tributária Líquida (RTL).

Há a obrigação constitucional de aplicar 1,5% da Receita Líquida de Impostos Próprios (RLIP) para o Fomento ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica e 0,5% da RLIP para o Ensino Superior Comunitário. Ainda, há o dever legal de vincular 1,5% da RCL ao pagamento de precatórios e 1,5% da RCL ao pagamento de RPVs. Ademais, 13,0% da Receita Líquida Real (RLR) para o pagamento da dívida intralimite com a União e 20% da receita tributária para o FUNDEB.

Assim, sem outros artifícios, os governos ou não cumprem a legislação estabelecida ou, obrigatoriamente, geram déficit insustentável ao cumpri-la. No primeiro caso, o gestor fica sujeito aos apontamentos do Tribunal de Contas. No segundo, configura desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. A proposta orçamentária e a própria execução possuem uma estrutura totalmente rígida. Isso ocorre pelo fato de que, subindo a arrecadação, as despesas crescem nas mesmas proporções, pois são percentuais vinculados da receita.

A Tabela 14 mostra os principais itens que compõem a despesa pública para 2017, sem a dupla contagem contábil, tomando-se por base a previsão das receitas. Os gastos fixos quase superam a totalidade da receita. Denota-se que, do total das despesas fixadas no orçamento, restam em torno de 70,0% para o Poder Executivo.

Tabela 14: Apropriação de Recursos no Orçamento de 2017 – R\$ milhões

Especificação	Valores	%
Receitas Correntes sem as Intraorçamentárias (A)	47.386	100,0%
Gastos totais, exceto o Poder Executivo = (B)	17.288	36,5%
(-) Outros Poderes e Órgãos	5.751	12,1%
(-) Transferências aos Municípios	9.506	20,1%
(-) Perdas do FUNDEB	1.283	2,7%
(-) Repasse vinculado à Gestão Plena do SUS	748	1,6%
Gastos do Poder Executivo = (C)	34.117	72,0%
(-) Serviço da Dívida	2.139	4,5%
(-) Pagamento com o Pessoal Ativo e Inativo do Poder Executivo	17.424	36,8%
(-) Pagamento de Pensionistas	2.674	5,6%
(-) Obrigações Patronais (Previdência e Assistência Social e PIS/PASEP)	3.331	7,0%
(-) Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs (3,0% da RCL)	1.100	2,3%
(-) Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	1.370	2,9%
(-) Gastos Gerais com a Manutenção e Custeio da Máquina Pública	6.079	12,8%
Gastos Totais = (D = B + C)	51.405	108,5%
Resultado antes da Receita de Capital = (E = A - D)	-4.019	
(+) Receitas de Capital (F)	1.047	
Receita Extraordinária para Cobertura do Déficit = (G = E + F)	-2.972	

Fonte: SEPLAN/DOF (PLOA 2017).

Destas, somente pequena parte são discricionárias, ou seja, que o gestor tem autonomia para decidir em qual projeto ou atividade alocar. Os demais gastos são vinculados, como por exemplo, o serviço da dívida, as transferências aos municípios, os salários dos servidores ativos, inativos e os pensionistas, as contribuições patronais, a comida do preso e o combustível das polícias civil e militar.

No sentido de desvincular parte da arrecadação, o Congresso Nacional aprovou, por Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que amplia de 20% para 30%, no período entre 01/01/16 e 31/12/23, o percentual a ser remanejado da receita de todos os impostos e contribuições da União. A mesma PEC criou mecanismo semelhante para os Estados, Distrito Federal e Municípios, batizado de DREM (Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios). Pelo texto, ficam desvinculadas 30% das receitas relativas a impostos, taxas e multas. Para a DREM, não muda a base dos gastos dos Estados com Educação (25% da RLIT) e com Saúde (12% da RLIT), nem com as transferências constitucionais e legais aos Municípios.

A Dívida do Estado do RS com a União – Lei nº 9.496/1997 e leis posteriores

Com base nos termos do protocolo de intenções, firmado em 20/09/1996, o Estado do RS refinanciou junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase toda a dívida contratual existente na época. A autorização dessa operação foi dada através da Lei nº 9.496, de 11/09/1997, da Lei Estadual nº 10.920, de 03/01/1997, e da resolução do Senado Federal nº 64, de 01/07/1997. O refinanciamento foi firmado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado.

A partir de 2000, o Estado definiu com a União o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual, no percentual de 13% da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassar esse limite, a diferença – chamada de resíduo – deve ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato, que é em março de 2028. Caso haja resíduo – são as parcelas das prestações mensais que excederam o limite da RLR – este será pago em 120 prestações mensais (10 anos), após os 30 anos contratuais, a partir de abr/2028 até mar/2038. A Tabela 15 mostra o valor original da dívida do Estado, que foi objeto de renegociação.

Tabela 15: Valor original da dívida do Estado do RS refinanciada junto à União – R\$ milhões

Especificação	Refinanciamento Principal	PROES	Refinanciamento Resíduo	Fundação BANRISUL Contrapartida PROES	FINAME	BNDES	TOTAL
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS (Ano de 1999 - fl. 97).

Atualmente, o Estado possui dois grupos distintos de dívida contratual com a União: a intralimite e a extralimite. A dívida extralimite representa menos de 2,0% do total. É composta basicamente pelo PROES (capitalização para o saneamento do BANRISUL). Já representou um percentual maior. A operação de crédito efetuada junto ao Banco Mundial (BIRD), em 2010, serviu para liquidar parte do estoque. Em 31/12/2015, o valor dessa dívida extralimite (Lei nº 10.959/97) era de R\$ 876,6 milhões, conforme o Balanço Geral do Estado, ano de 2015. A dívida extralimite não possui vinculação com a receita, sendo amortizada mensalmente e, ao final do prazo contratual, em 2028, não restará resíduo a pagar.

A dívida intralimite é a que condiciona o pagamento no percentual de 13% da Receita Líquida Real. As principais cláusulas originais da dívida estadual com a União foram as seguintes: (i) taxa de juros de 6% ao ano, calculados e debitados mensalmente; (ii) a atualização monetária pela variação do IGP-DI; (iii) o sistema de amortização pela Tabela Price; (iv) as garantias são as receitas próprias e as transferências constitucionais; (v) o prazo de pagamento de 30 anos; e (vi) o saldo devedor da dívida intralimite, caso houver, prorrogado por mais 10 anos.

A próxima tabela apresenta a evolução da dívida do Estado do RS com a União, entre 1998 e 2016.

Tabela 16: Demonstrativo do estoque da dívida do Estado contratada junto à União – em R\$ milhões

Especificação	Principal	Residual	Total do Estoque (Principal + Residual)	% do Total Estoque da Dívida União / PIB-RS
16/11/1998	7.119	306	7.425	-
1998	9.244	322	9.566	14,1
1999	10.908	873	11.781	15,9
2000	11.426	1.099	12.525	15,3
2001	12.499	1.736	14.235	15,4
2002	15.128	1.785	16.913	16,0
2003	16.102	3.842	19.944	16,0
2004	17.562	5.217	22.779	16,5
2005	17.948	6.434	24.382	16,9
2006	18.475	7.747	26.222	16,7
2007	19.247	9.280	28.527	16,2
2008	20.847	11.485	32.332	16,2
2009	19.901	12.359	32.260	14,9
2010	21.361	14.884	36.245	15,0
2011	21.790	16.823	38.613	14,6
2012	22.496	19.285	41.781	14,5
2013	22.759	21.625	44.384	13,4
2014	22.616	23.723	46.339	13,0
2015	23.559	27.182	50.741	12,9
2016	26.972	30.600	57.572	-

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS (Ano de 2015 - fl. 75).

Nota: A partir de 2013, os valores da tabela sofreram modificações com a regulamentação dos termos de renegociação da dívida dos Estados com a União, visto que os índices de atualização passaram a ser pelo IPCA mais 4% ao ano, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano.

Já se mencionou anteriormente que o valor da prestação que exceder o limite a ser pago no mês será transferido para a conta de resíduo. O acúmulo do saldo desse resíduo gera duas situações: (i) a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, o que ocorre porque o pagamento da prestação mensal do contrato é inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; (ii) o saldo devedor é crescente pela capitalização dos juros mensais devidos e não pagos, incidentes sobre o próprio saldo.

Como se pode observar na tabela anterior, a dívida tornou-se impagável. Em 31/12/1999, o estoque era de R\$ 11,8 bilhões. Já em 31/12/2016, saltou para R\$ 57,6 bilhões. Para exemplificar, entre 2010 e 2016 (somente nos últimos 7 anos), mesmo após o pagamento sobre 13% da Receita Líquida Real, exceto no período entre junho e dezembro de 2016 - quando as parcelas ficaram suspensas - a dívida do Estado com a União cresceu R\$ 21,3 bilhões. Esse fato comprova que o crescimento do estoque da dívida é exponencial, mesmo em um cenário de inflação até certo ponto controlada.

Os governos estaduais urgiam pela mudança dos indexadores (IGP-DI mais 6,0% ao ano). Em novembro de 2014, a União sancionou a Lei Complementar nº 148/2014, que faz valer o IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, com efeitos a

partir de 01/01/2013, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. Através do Decreto nº 8.616, de 29/12/2015, a matéria foi regulamentada. Em tese, o projeto aprovado nasce com a perspectiva de equacionar o problema do estoque da dívida, surtindo seus efeitos positivos no término do contrato. No curto prazo, poderá abrir pequena margem para o Estado retomar as contratações de operações de crédito.

O Déficit Previdenciário do Sistema de Repartição Simples

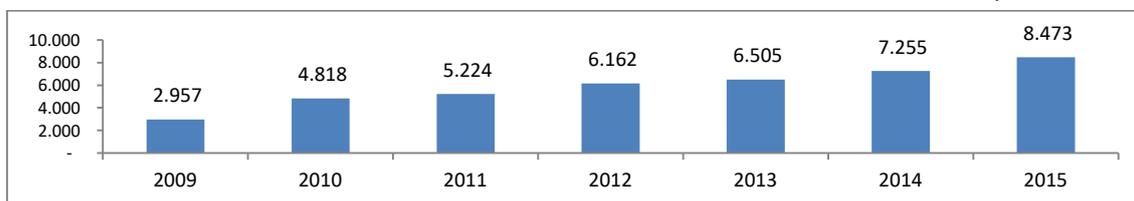
No sistema de repartição simples, os recursos das contribuições dos servidores são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões. O Estado contribui com a parte patronal, na antiga proporção de duas vezes a contribuição pessoal. Como esses recursos são insuficientes, o caixa do Tesouro suplementa a diferença, o que resulta no chamado déficit previdenciário. O problema é tão grave que, desde 2000, os proventos dos aposentados e pensionistas são maiores do que os despendidos com os vencimentos do pessoal ativo.

Em 2000, a Administração Pública Estadual (Direta, Fundações e Autarquias) possuía 345.041 matrículas, sendo 174.428 ativas contra 170.613 matrículas de aposentados e pensionistas. Já ao final de 2015, havia 370.449 matrículas, sendo 165.750 ativas contra 204.699 vínculos de aposentados e pensionistas. Entre 2000 e 2015, enquanto que os ativos tiveram um decréscimo de 8.678 matrículas, o quantitativo dos inativos e pensionistas teve um crescimento líquido de 34.086 vínculos, em média 2.130 novas matrículas líquidas anuais.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está justamente no sistema de repartição simples.

O gráfico seguinte mostra a evolução do déficit previdenciário - plano financeiro - em valores nominais. Em 2009, o déficit previdenciário foi de R\$ 3,0 bilhões; em 2016, alcançou R\$ 9,0 bilhões, aumento de 200%. No período de 8 anos (2009/2016), o rombo do sistema previdenciário gaúcho atingiu R\$ 50,4 bilhões.

Gráfico 11: Déficit Previdenciário – Plano Financeiro - Em valores nominais – R\$ milhões



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO - Anexo 4 - LRF, Art. 53, Inciso II).

Ao longo do tempo, o Estado não buscou formas de financiar os futuros aposentados e pensionistas, visto que as contribuições pessoal e patronal são suficientes para pagar apenas pequena parte da dotação. No médio prazo, o déficit previdenciário estadual caminhará para um pico sem precedente.

Tomando-se que os servidores admitidos a partir de 08/07/2011 e os admitidos a partir de 19/08/2016 estão abrigados, respectivamente, nos regimes de capitalização e de previdência complementar, deduz-se que, após a aposentadoria dos servidores antigos – a maioria, entre 15 e 20 anos – o Tesouro estadual não contará mais com nenhuma receita dos ativos, resultando em um aumento significativo do déficit previdenciário. Contudo, no longuíssimo prazo – entre 25 e 30 anos – serão sentidos os primeiros efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro, paulatinamente, começará a ser menos pressionado.

O déficit previdenciário estadual começou a ser atacado com a criação das Leis Estaduais Complementares nº 13.757 e nº 13.758, de 15/07/2011. Nesse caso, os servidores admitidos a partir de 18/07/2011 estão vinculados ao regime de capitalização, e as contribuições pessoais e contrapartida patronal (proporção 1x1) serão destinadas aos fundos previdenciários capitalizados e não mais contribuirão para pagar os atuais inativos e pensionistas. Ainda, através da Lei Complementar nº 14.750, de 15/10/2015, criou-se o Regime de Previdência Complementar, no qual o Estado garante os vencimentos e os proventos até o limite máximo do teto pago pelo INSS. Acima disso, há a contribuição direta do servidor e patronal, sendo que a patronal possui uma alíquota máxima de 7,5%.

3. MODELO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – 2015-2018

No início do Governo, foi traçado como objetivo principal estabelecer um **processo de planejamento** e um **modelo de governança e gestão** para o Estado que deveria, já no primeiro ano de governo, abranger toda a estrutura do Estado.

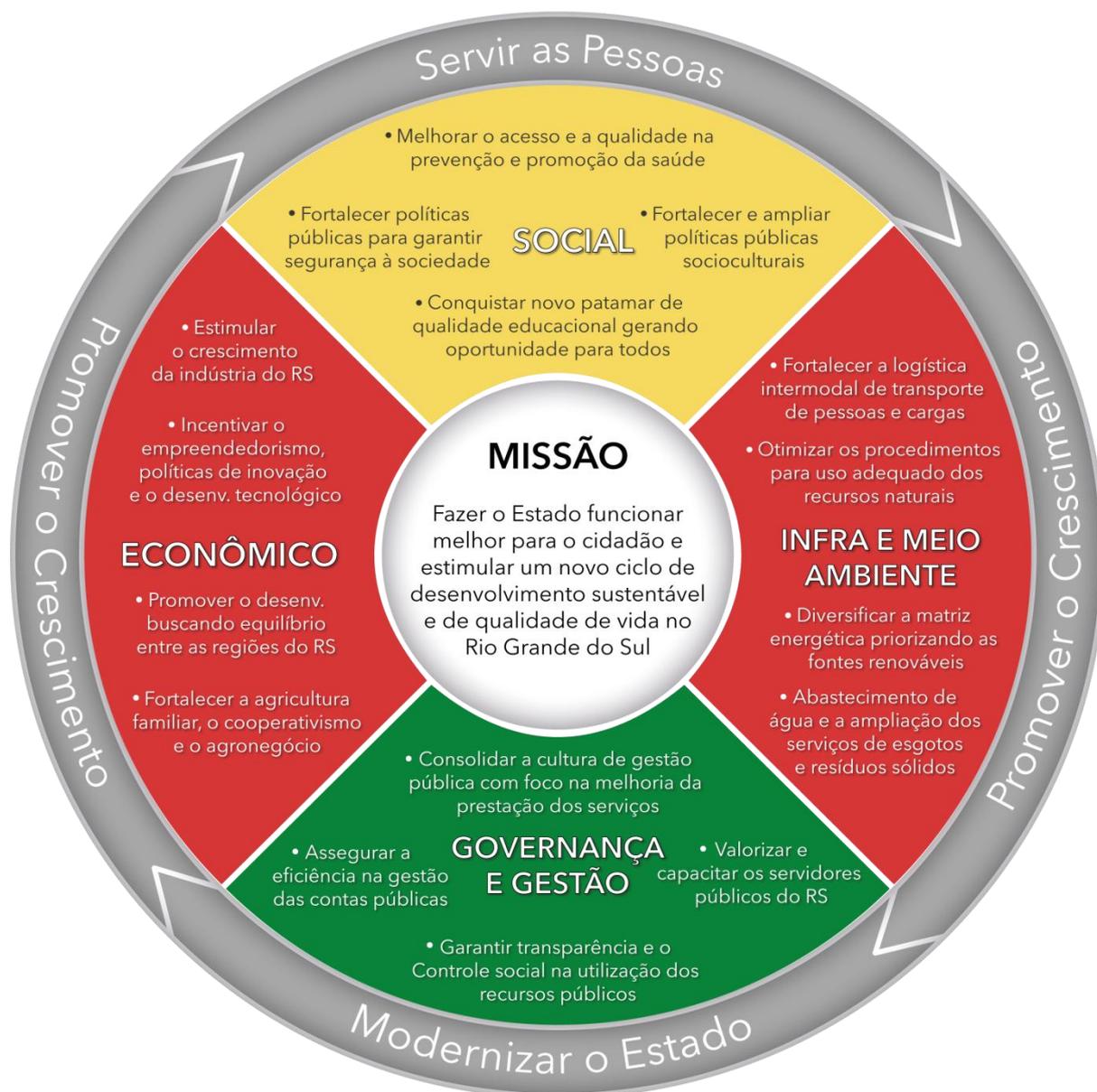
Esse objetivo exigia uma mudança ampla e profunda em todos os processos de gestão do Estado, e seu sucesso só seria possível se o processo fosse tratado como uma prioridade para o Governo.

Para garantir a eficiência, o processo deveria ser efetivo e intenso sem abrir mão da simplicidade com foco nas boas práticas da gestão de projetos e de processos. O objetivo, naquele momento, era conhecer o Estado, sua estrutura e seus principais desafios nas mais diversas áreas.

Com uma sistemática inovadora, o modelo deveria permitir o monitoramento dos resultados de cada uma das ações do Estado, combatendo o desajuste estrutural, restabelecendo a capacidade de receber investimentos, entregando e ampliando obras, enfim, cumprindo sua missão de prestar serviços públicos de qualidade à população.

O planejamento foi construído garantindo uma integração entre a estratégia, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e sua execução, dentro da expectativa da sociedade e da capacidade financeira do Estado.

Também foi elaborado o **Mapa Estratégico**, que é uma representação visual consolidada do plano de longo prazo para o Estado. Nele estão descritos os principais objetivos do Estado, alinhados aos pilares de sustentação da estratégia: Servir as Pessoas; Modernizar o Estado; e Promover o Crescimento.



A visão de futuro:

“Fazer o Estado funcionar melhor para o cidadão e estimular um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida no Rio Grande do Sul.”

Ao invés de tratar as prioridades (ou objetivos) de cada uma das secretarias de estado em separado, a consolidação dos eixos permite ao Governo uma visão sistêmica, com maior foco nas prioridades, garantido atuação em políticas públicas de maior impacto para a sociedade.

Os objetivos do mapa estratégico traduzem as ambições do Estado em cada um dos Eixos de Gestão (Social, Econômico, Infraestrutura e Meio Ambiente, e Governança e Gestão). Para cada objetivo, as secretarias de estado desenvolvem

projetos, definem indicadores de desempenho e apresentam metas que foram formalizadas nos 63 Acordos de Resultados de 2015, 2016 e 2017.

Os Objetivos por Eixo:

Eixo Social: Servir as pessoas

Melhorar o acesso e a qualidade na prevenção e promoção da saúde

Coordenar a formulação e execução da política de saúde do Estado contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população por meio do atendimento das suas necessidades de saúde. Fortalecer o processo de regionalização da saúde, a partir das cidades-polo; e das redes de atenção à saúde maximizando a utilização dos recursos por meio do aprimoramento dos mecanismos de monitoramento da execução dos gastos públicos.

Conquistar um novo patamar de qualidade educacional gerando oportunidades para todos

Consolidar as 20 metas do Plano Estadual de Educação dando acesso à população a uma educação de qualidade que visa: a universalização do ensino, o aprendizado adequado na idade certa, a elevação da escolaridade média, a alfabetização e o alfabetismo funcional de jovens a adultos, o fortalecimento da educação superior e da educação profissional, valorizando o papel dos professores.

Fortalecer políticas para garantir segurança à sociedade

Preservar a ordem pública e garantir os direitos fundamentais da pessoa, por meio de políticas de controle da criminalidade e da violência, integradas com a comunidade e demais instâncias do poder público, contribuindo para o desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida no Estado do Rio Grande do Sul.

Fortalecer e ampliar políticas públicas socioculturais

Fortalecer e ampliar as políticas públicas voltadas à igualdade de gêneros, à inclusão social e à diversidade; e preservar e ampliar o acesso à cultura, ao esporte, à recreação e ao lazer para todos os segmentos da população.

Eixo Econômico – Promover o Crescimento

Promover o crescimento buscando maior equilíbrio entre as regiões do RS

Promover o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul, através da formulação e execução de políticas públicas que têm por objetivos: incrementar os setores econômicos tradicionais (turismo, petroquímico, calçados, etc.), atrair novos investimentos, promover as vocações das cadeias produtivas locais e superar as

desigualdades regionais por meio da execução de políticas de incentivos voltados ao desenvolvimento regional e setorial.

Estimular o crescimento da indústria e do serviço do RS

Estimular, de maneira continuada, o crescimento da indústria e dos serviços no Rio Grande do Sul promovendo condições para ampliação da competitividade, atratividade e produtividade do Estado.

Fortalecer a agricultura familiar, o cooperativismo e o agronegócio

Executar políticas e diretrizes para o desenvolvimento rural, com ações dirigidas a agricultura familiar, assentados, pescadores, comunidades indígenas, quilombolas, agroindústrias familiares e cooperativas rurais e urbanas. Criar condições para o desenvolvimento do agronegócio promovendo a ampliação da competitividade e da produtividade do Estado nesse setor.

Incentivar e promover o empreendedorismo, as políticas de inovação e o desenvolvimento tecnológico

Criar condições para o fortalecimento do empreendedorismo por meio da desburocratização e simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas, promover políticas públicas de fomento à inovação e incentivar o desenvolvimento tecnológico por meio da produção e difusão de pesquisas científicas e de novas tecnologias.

Eixo Infraestrutura e Ambiente: Promover o Crescimento

Otimizar os procedimentos para uso adequado dos recursos naturais

Simplificar e proporcionar maior agilidade e transparência ao processo de licenciamento promovendo maior integração entre os órgãos envolvidos, garantindo a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais como fator de desenvolvimento sustentável.

Fortalecer a logística intermodal de transporte de pessoas e cargas

Estabelecer e implementar uma política de transportes para o Estado do Rio Grande do Sul que agilize a execução dos projetos e/ou estudos que colaboram com a melhoria da logística intermodal, possibilitando aos usuários os meios de locomoção social e economicamente mais adequados. Aprimorar os mecanismos de transporte visando compatibilizar os investimentos do setor público e as diferentes modalidades agregando qualidade ao sistema.

Diversificar a matriz energética priorizando as fontes renováveis

Criar condições para investimentos que visam à ampliação e à diversificação da matriz energética do Estado, garantindo o abastecimento de energia com mais qualidade para o longo prazo.

Garantir a universalização do abastecimento de água e a ampliação dos serviços de esgotos e resíduos sólidos

Garantir a universalização do abastecimento de água e a ampliação dos serviços de esgotos e resíduos prestando um serviço de saneamento que contribua para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e para a preservação do meio ambiente.

Eixo Governança e Gestão – Modernizar o Estado

Consolidar a cultura de gestão pública com foco na melhoria da prestação dos serviços

Adequar o Estado às necessidades da população por meio da racionalização de processos, uso de tecnologia e inovações estabelecendo normas claras e ajustadas à nossa realidade. Redefinir estruturas, funções e responsabilidades das Secretarias, Autarquias, Fundações e sociedades de economia mista com foco em produtividade e melhoria nos processos de gestão.

Valorizar e capacitar os servidores públicos do RS

Oferecer aos servidores públicos oportunidades de capacitação com foco na melhoria da qualidade da gestão e dos serviços prestados para a população e valorizar o bom desempenho, tratando-os como agentes fundamentais no processo de evolução do Estado.

Assegurar a eficiência na gestão das contas públicas

Melhorar a qualidade na gestão das contas públicas buscando o equilíbrio entre as receitas e despesas do Estado de forma sustentável, sem elevação da carga tributária, aumentando a capacidade de investimento e reduzindo o custo do Estado.

Garantir a transparência e o Controle social na utilização dos recursos públicos

Disseminar e implementar boas práticas de planejamento, controle e gestão com foco na melhoria da qualidade do gasto público. Dar transparência aos processos de gestão dos recursos, aperfeiçoando a comunicação interna e externa e melhorando o acesso à informação.

Para atingir esses objetivos, o Governo do Estado propôs profundas alterações, por meio do **Plano de Modernização do Estado**. Os principais pontos do Plano são: realizar continuamente avaliações das estruturas do Estado; dar agilidade à gestão

pública com foco na melhoria da prestação dos serviços públicos; assegurar a eficiência na gestão das contas públicas; garantir a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos. O Plano é coerente com medidas já aprovadas anteriormente, como a Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, pioneira no País, o regime de Previdência Complementar, a implantação de um Modelo de Governança e Gestão, a intensificação da cobrança da dívida ativa e o combate à sonegação.

Do ponto de vista da gestão dos objetivos estratégicos, o **Acordo de Resultados** é a principal ferramenta para acompanhar as entregas dos projetos e atividades de cada uma das secretarias de Estado e suas vinculadas para a sociedade, renovado a cada ano. Foi estruturado considerando três dimensões:

Indicadores de desempenho – O indicador de desempenho é uma ferramenta utilizada para determinar se os objetivos destacados no Acordo de Resultados estão sendo alcançados. Por meio da sua análise, são identificados os pontos críticos que devem ser trabalhados. "Aquilo que não conseguimos medir, não podemos gerenciar!"

Entregáveis – São produtos do escopo de um determinado projeto que, apesar de relevante para o alcance de um determinado objetivo estratégico, não foram considerados como Projetos Prioritários de Governo. Como meta para os entregáveis, são definidas as etapas ou produtos que serão finalizados no ano.

Projetos Prioritários – A classificação de um projeto como prioritário para o Governo e, conseqüentemente, para o Acordo de Resultados, leva em consideração alguns critérios, entre eles a sua relevância para a estratégia e para a sociedade (projetos de alto impacto para os objetivos); e a fonte de recursos (projetos com recursos de operações de crédito por exemplo). Esses são monitorados de maneira intensiva por uma equipe de monitoramento específica composta por profissionais da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão.

Nos Compromissos de Eficiência de Gestão, estão formalizados compromissos válidos para todas as secretarias de estado, entre eles: Manter a regularidade e o desempenho dos convênios e contratos de repasse estabelecidos com o Governo Federal, bem como os convênios e contratos entre o Estado e os Municípios; Manter a execução orçamentário-financeira do grupo de despesas "outras despesas correntes" de acordo com as cotas definidas; Implantar ações de sustentabilidade ambiental em todas as secretarias; Regularidade da Política de Tecnologia da Informação e Comunicação.

A **Rede de Governança** do Estado do Rio Grande do Sul, coordenada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, é responsável pela execução de todo processo de governança e gestão das ações que constam nos Acordos de Resultado. É composta pelas lideranças de cada uma das Secretarias e Vinculadas, pelos gerentes de projetos e gestores dos indicadores e entregáveis de desempenho.

Só em 2016, mais de 800 pessoas estiveram envolvidas nesse processo e capacitadas no modelo de gestão e no uso do Sistema de Monitoramento da Estratégia (SME), este implantado e disponível para os órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive de forma responsiva.

Nas reuniões dos **Ciclos de Monitoramento** são analisados o andamento de todas as ações constantes no Acordo de Resultado de todas as secretarias e vinculadas, primeiramente com a secretaria/vinculada e a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e, após, com as demais secretarias que compõem o eixo, com a presença do Governador e Vice-Governador.

Portanto, a **finalidade** do modelo de Governança e Gestão do Estado pode ser assim resumida:

- Organização das ações de Estado na direção de sua concretude;
- Busca de maior eficiência na aplicação de recursos;
- Antecipação aos possíveis problemas com foco nas soluções;
- Promoção da transversalidade das ações buscando maior integração entre as áreas;
- Estruturação de um processo contínuo, que visa à implantação de uma cultura de gestão no setor público no longo prazo.

Outra forma utilizada para materializar o Mapa Estratégico em um plano de governo é o **Plano Plurianual (PPA)**, abarcando a totalidade do planejamento para os quatro anos seguintes. O PPA 2016-2019 foi sancionado como Lei nº 14.755, em 20 de outubro de 2015, passando a nortear as ações de governo orientadas pelas diretrizes do Mapa Estratégico acima apresentado.

Assim, a gestão do PPA é um processo que visa, a partir do conhecimento da evolução dos programas e ações do Plano Plurianual, avaliar a ação governamental do ponto de vista da contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos, de modo a propiciar a adoção de medidas corretivas quando for o caso. Para tanto, periodicamente, é executada a coleta e sistematização das informações da execução física de produtos e metas e financeira de ações.

Esse processo de tomada periódica de informações é denominado Acompanhamento do PPA¹³ e é realizado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, através do Sistema de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul (SISPLAG), conforme o Decreto nº 52.287, de 11 de março de 2015. A gestão do PPA envolve todos os programas e ações de governo e é exigida pela Lei do PPA 2016-2019, em seu artigo 9º; pela Lei Villela, Lei nº 10.336/1994, atualizada pela Lei nº 11.180/1998; e pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

¹³ Apesar de se tratar de um processo de monitoramento, a tomada periódica de informações da execução do PPA é denominada acompanhamento para diferenciá-lo do monitoramento dos programas e ações prioritários, que é um processo intensivo e com prazos menores de tomada de informações.

Contudo, não são apenas as exigências legais que tornam o acompanhamento necessário. Esse processo possibilita:

- Conhecimento sobre o avanço na execução das ações dos programas estipulados no PPA;
- Conhecimento sobre a evolução das políticas públicas no Rio Grande do Sul, incluindo outras esferas de governo;
- Avaliação dos resultados dos programas, por meio dos indicadores;
- Avaliação da ação governamental;
- Prestação de contas no processo de participação da sociedade;
- Disponibilidade de informações que auxiliam a tomada de decisões e a correção de rumos, quando indicado.

Para tanto, é realizado o acompanhamento da evolução dos indicadores de programa, da execução das ações, em função da geração de seus produtos, e das denominadas realizações, que representam a descrição dos produtos gerados – as informações de execução de ações e realizações são coletadas de forma regionalizada, apresentando, desse modo, a visão territorial da atuação governamental.

O conjunto de informações gerado durante o acompanhamento do PPA é volumoso e de grande utilidade para o Governo e para a sociedade. Assim, após a análise dessas informações, são produzidos e publicados relatórios legais de acompanhamento do PPA, sobre os objetivos estratégicos e transversais e sobre as ações georreferenciadas.

4. REALIZAÇÕES DE GOVERNO EM 2016 E AÇÕES PROGRAMADAS PARA 2017

4.1. EIXO ECONÔMICO

AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI) e suas vinculadas têm responsabilidade pela execução de quatro programas do PPA 2016-2019: Defesa Agropecuária Estadual, Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias, Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária e Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água. Em 2016, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos programas:

Programa Defesa Agropecuária Estadual:

- No âmbito de fiscalização do uso de agrotóxicos: a implantação do Sistema Integrado da Gestão do Uso de Agrotóxicos (SIGA) alcançou 99%; 70% das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal estavam em conformidade com os padrões exigidos; 74,18% das empresas comerciantes e/ou prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos estavam com o seu registro ativo na SEAPI; foram auditadas 48% das empresas com certificação fitossanitárias e 73% das propriedades rurais com essa mesma certificação. Para tanto, foram executadas 8.374 barreiras fitossanitárias, fiscalizados 996 estabelecimentos de comércio de insumos agrícolas, realizados 290 exames de laboratório de análises de resíduos de agrotóxicos e 461 inspeções e fiscalizadas 466 propriedades rurais no uso de agrotóxicos.
- Na área da sanidade animal, a SEAPI assistiu 4% de todas as vacinações contra Febre Aftosa realizadas no Estado. Também foram georreferenciadas 64% das propriedades do arco de fronteira do Rio Grande do Sul para posterior identificação individual de animais, visando manter e evoluir o status sanitário e, assim, aumentar a produtividade, a renda do produtor e a valorização do produto.
- A adesão ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte, o que permite a venda de produtos de agroindústrias serem vendidos em todo o Rio Grande do Sul com menor burocracia, alcançou 20 municípios.

Programa Desenvolvimento das Cadeias Agropecuárias:

- Foram atendidos 70% dos municípios com ações de fomento a cadeias.
- Foram beneficiados 18 municípios com ações de Boas Práticas de Conservação e Manejo do Solo, atingindo 2.331 agricultores.
- Ainda no que tange às Boas Práticas do Solo, foram gerados 508 contratos de financiamento para adoção de tecnologias de produção, através do Plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono –, no valor de R\$60,5 mil.
- Através do Mais Água, Mais Renda, a área irrigada implantada chegou a 73,5 mil hectares, atendendo 1.095 produtores.
- Foram construídos 10 silos secadores armazenadores com capacidade total de 20 mil toneladas.
- A cadeia produtiva do leite foi beneficiada com a regulamentação da produção e comercialização do queijo serrano, produzido nos Campos de Cima da Serra, através da aprovação do Projeto de Lei nº 63/2016, ainda não publicado. O objetivo da Lei, proposta pela Secretaria e entidades vinculadas à temática, é que a regulamentação fortaleça a produção, conferindo maior valor agregado ao produto, garantindo a formalidade da produção e preservando a história, a cultura e a tradição desse produto. A Lei prevê que o queijo seja produzido na origem do leite, com ele cru e recém ordenhado, preservando o modo tradicional e mantendo a qualidade do resultado final.
- A 39ª edição da EXPOINTER, após a apuração da receita, despesa e investimentos, fechou com superávit de R\$ 1.074.305,00. Os recursos gerados pela EXPOINTER 2016 serão investidos na manutenção do Parque ao longo do ano e em melhorias para a próxima edição da Feira.
- Publicação de Decreto com novas normas do Pró-Oliva – Programa Estadual de Desenvolvimento da Olivicultura. Dentre os objetivos do Programa está a ampliação e consolidação da produção de olivos e azeites, aproveitando as condições climáticas favoráveis que o Estado oferece. O Decreto atende uma demanda do setor que solicitava um maior apoio do Governo para tornar mais competitiva a venda para outros estados e auxiliar na expansão e consolidação das atuais fábricas já instaladas no RS.
- Publicada a Lei nº 14.961, de 13 de dezembro de 2016, que estabelece a criação da política agrícola estadual para florestas plantadas. Além de instituir o novo marco legal e criar normas para o setor florestal, a Lei passa a coordenação do planejamento, implantação e avaliação da política agrícola à SEAPI, promovendo, assim, a integração de setores da economia, visando ao encaminhamento da elaboração de políticas públicas. O Fundo de Desenvolvimento Florestal (FUNDEFLO) será vinculado à secretaria da agricultura, e os recursos serão utilizados no desenvolvimento e implantação

de programas para o setor e em ações que possibilitem o equilíbrio entre a oferta e procura de matérias-primas florestais com base na sustentabilidade.

- A ação de Incentivo ao Consumo do Arroz, de responsabilidade do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), realizou 12 palestras técnicas para formadores de opinião, 11 eventos técnicos, 13 cursos com merendeiras e nutricionistas e 14 ações de divulgação junto à comunidade geral.
- Buscando difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em terras baixas, o IRGA, através da ação Orizicultura e Sustentabilidade, prestou assistência Técnica e Extensão rural a mais de 3.900 produtores, realizou 293 lavouras demonstrativas para difusão de tecnologia, promoveu 63 eventos técnicos para difusão de tecnologia e 27 Dias de Campo regionais, capacitando mais de 1.400 agricultores e colaboradores na atividade rural.

Programa Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária:

- O Projeto de pesquisa Mais Água faz parte desse Programa e, pelo seu caráter inovativo, do Acordo de Resultados do Governo do Estado. Esse Projeto visa contribuir para o aumento da disponibilidade e melhoria da qualidade da água, através da avaliação de práticas adequadas de manejo de solo e de resíduos de suínos e do monitoramento das condições meteorológicas e processos hidrológicos. Em 2016, o desenvolvimento dos estudos, das metodologias, das práticas de manejo e capacitação de agricultores, técnicos e estudantes alcançou ou superou as metas.
- Para gerar tecnologia, modernizar e qualificar as estruturas e infraestruturas de pesquisa agrícola nas áreas de arroz do Rio Grande do Sul, o IRGA analisou mais de 32.200 amostras de sementes em seus laboratórios, realizou 359 ensaios científicos e realizou 100 publicações científicas.

Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água:

- A Barragem do Arroio Jaguari, localizada em Rosário do Sul, terá capacidade para irrigar até 17 mil hectares dos municípios de São Gabriel, Lavras do Sul e Rosário do Sul. A Barragem tem 52% das suas obras executadas.
- A Barragem do Arroio Taquarembó está localizada em Dom Pedrito e tem mais de 80% das suas obras executadas. Quando em atividade, a Barragem deverá irrigar 38 mil hectares.

Ações para 2017:

Programa: Defesa Agropecuária Estadual
Defesa Sanitária Animal
Defesa Sanitária Vegetal
Inspeção de Produtos de Origem Animal
Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
Programa: Desenvolvimento das Cadeias Agropecuárias
Apoio e Articulação para a Gestão e Qualificação de Cadeias Produtivas Agropecuárias
Boas Práticas para o Solo
Mais Água, Mais Renda
Qualificação do Parque de Exposições Assis Brasil
Secagem e Armazenagem de Grãos em Propriedades Rurais - RS Mais Grãos
Incentivo ao Consumo do Arroz
Orizicultura e Sustentabilidade
Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha
Programa: Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária
Pesquisa para Orizicultura
Projeto de Pesquisa Mais Água
Programa Estadual de Irrigação e Usos Múltiplos da Água
Elaboração de projetos, construção de açudes e capacitação de técnicos
Elaboração de projetos, construção de barragens e sistemas associados, gestão de usos múltiplos da água e compensações ambientais
Implementação do Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos da Água

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), impactada pela reestruturação administrativa através de extinção, aprovada pela Lei nº 14.978, de 17 de janeiro de 2017, terá suas ações reavaliadas durante este exercício.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT) tem sob sua responsabilidade e de sua vinculadas quatro programas no PPA 2016-2019: Dinamização Econômica do Estado, Modernização dos Setores Tradicionais, Indução de Novas Economias e Alavancagem da Infraestrutura Estadual; Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e Inovação Tecnológica; Promoção de Um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado; e Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano.

Programa Dinamização Econômica do Estado, Modernização dos Setores Tradicionais, Indução de Novas Economias e Alavancagem da Infraestrutura Estadual

- A principal característica desse programa é ser do tipo política de crédito, portanto, totalmente, executado pelo BADESUL.
- Em 2016, o valor das operações de crédito aprovadas ultrapassou os R\$200,3 milhões.
- Operações de financiamento para a ampliação da infraestrutura econômica do Rio Grande do Sul alcançaram os R\$8,3 milhões.
- Financiamentos de investimentos para a modernização de setores tradicionais e indução de novas economias empresariais somaram R\$107,4 milhões.
- Operações de investimentos para a modernização e ampliação da produção e da produtividade da agropecuária gaúcha representaram R\$50,6 milhões.

Programa Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e Inovação Tecnológica

- Em 2016, a ação de fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), que faz parte do Acordo de Resultados, implantou e apoiou 18 coordenações de governança, que apoiaram 5.130 empresas. Também foram realizadas 385 ações coletivas entre participantes de APLs e realizados oito projetos de ações coletivas.
- Na ação de Extensão Produtiva e Inovação, foi alcançado o total de nove Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação ativos, além da implantação de 20 outros Núcleos e o atendimento de 5.244 empresas nesses Núcleos. Essa ação também compõe o Acordo de Resultados do Governo do Estado.
- Buscando o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação em articulação com universidades, setores produtivos e o poder público em todos os níveis, foram apoiadas 17 incubadoras tecnológicas, 12 parques científicos e tecnológicos e 27 projetos de polos tecnológicos.

- O Programa Gaúcho de Microcrédito com o seu Fundo Garantidor – o Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e à Empresa de Pequeno Porte (FUNAMEP) – avalizou 6.141 contratos, em um total de R\$ 11,4 milhões.
- Buscando desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas, a ação de Redes de Cooperação acompanhou 18 redes em desenvolvimento, trabalhou para a implantação de duas novas Redes e para a associação de 32 novas empresas em Redes.

Programa Promoção de Um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado

- Para criar as condições necessárias para um bom ambiente de negócios, a SDECT, em 2016, apoiou 11 distritos e/ou áreas industriais de municípios.
- Realizou três missões internacionais para divulgação do Estado; e 530 estudos de inteligência estratégica, como Perfil-Empresa, Perfil-País, Perfil-Município, lista de prospecções de empresas, estudo setorial, análise de oportunidades da Balança Comercial do Estado e do País, entre outros.
- Acompanhou 56 projetos de investimentos pela Sala do Investidor.
- Incentivou 23 projetos de investimentos através do FUNDOPEM.
- Realizou 29 capacitações e treinamentos e 11 interiorizações, atendendo 95 empresas, com o objetivo da ampliação do número de empresas exportadoras, bem como a qualificação da pauta exportadora e diversificação de países destino.
- Sob responsabilidade da Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCERGS), foi implantada a REDESIM, rede nacional de procedimentos unificados para registros empresariais, em 16,09% dos municípios do Rio Grande do Sul.

Programa Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano

- Visando promover a melhoria da qualidade de produtos e processos industriais, foram implementados sete projetos de infraestrutura, desenvolvidos 12 projetos de pesquisa, desenvolvimento e Inovação (P,D&I) e acreditados três serviços de ensaio ou calibração.
- A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) trabalhou para alcançar o objetivo do Programa, tendo, para tanto, concedido 1.959 bolsas, lançado 10 editais, apoiado 130 eventos e participações de pesquisadores em eventos e fornecido auxílio financeiro para 22 projetos. Para tanto, a FAPERGS desembolsou R\$31,2 milhões em 2016.
- A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) também faz parte desse Programa e, em 2016, atendeu 4.840 alunos de graduação e pós-graduação em

87 cursos, publicou 90 artigos e livros, concedeu 985 bolsas acadêmicas e realizou 343 programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Ações para 2017:

Programa Dinamização Econômica do Estado, Modernização dos Setores Tradicionais, Indução de Novas Economias e Alavancagem da Infraestrutura Estadual
Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS
Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS
Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS
Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha
Programa Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e Inovação Tecnológica
Apoio ao desenvolvimento de setores da Economia do Rio Grande do Sul
Apoio ao empreendedorismo e inovação
Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs)
Apoio à Indústria Criativa do Estado do Rio Grande do Sul
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação
Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do RS – FOPEMEPE/RS
Fundo APL
Instrumento de fomento setorial à Inovação
Internacionalização da pesquisa e desenvolvimento tecnológico com vistas a <i>startups</i> e <i>joint ventures</i>
Programa Gaúcho de Microcrédito
Qualificação da Rede de Incubadoras Municipais
Rede Riograndense de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – REDERIOSUL
Redes de Cooperação
Programa Promoção de Um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado
Desenvolvimento de Negócios e Projetos
Implementação de políticas de promoção comercial
Implementação de políticas para Atração de Investimento
Promoção da Participação Acionária em Empresas Gaúchas
Implantação da REDESIM – Rede Nacional
Junta Digital
Portal JUCERGS
Processo Digital
Promoção da Participação Acionária em Empresas Gaúchas
Adequação da infraestrutura dos espaços físicos industriais do Estado
Apoio aos Distritos Industriais Municipais
Apoio e incentivo aos investimentos privados e a inovação empresarial
Articulação de negócios internacionais e inteligência estratégica competitiva
Fomento a promoção comercial

Programa Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano
Fomento à Formação e à Fixação de Recursos Humanos
Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação
Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural
Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais
Formação inicial e continuada

A Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), impactada pela reestruturação administrativa através de extinção, aprovada pela Lei nº 14.982, de 17 de janeiro de 2017, terá suas ações reavaliadas durante este exercício.

DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO

A Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) tem, no PPA 2016-2019, quatro programas: Apoio e Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho; Fomento à Educação Profissional, Formação, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural e Social – ATERS; Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural; e Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo que todos participam com algumas de suas metas no Acordo de Resultados. Em 2016, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos programas:

- Para qualificar a gestão das cooperativas dos diferentes ramos, foram implementados 25 planos de aprimoramento com o acompanhamento de equipes especializadas em áreas como: produção, comercialização, financeira e contábil.
- No fomento a novas cooperativas, a SDR trabalhou na estruturação de três projetos de novas cooperativas – meta esta que faz parte do Acordo de Resultados.
- Buscando fomentar a intercooperação através da aproximação das cooperativas e da formação de redes interorganizações, foram realizados 60 eventos que beneficiaram 110 cooperativas.
- No que tange à Assistência Técnica e Extensão Rural e Social – ATERS, a SDR, através de convênio firmado com a EMATER/ASCAR-RS, atendeu 87,52% dos agricultores familiares e públicos especiais (indígenas, quilombolas, pescadores, etc.), o que representa 163.873 pessoas.
- A ação Gestão e Adequação Socioeconômica e Ambiental dos Estabelecimentos, além de estar no PPA 2016-2019, fez parte do Acordo de Resultados de 2016. A Ação visa orientar os agricultores através de um plano de gestão e adequação de seu estabelecimento rural elaborado a partir do atual uso e ocupação do solo e índice de sustentabilidade. No ano passado, foram incentivados 12.303 estabelecimentos rurais a participarem dessa política pública e implantados 3.860 planos de gestão e adequação.
- Visando garantir o acesso a água em unidades da agricultura familiar e de públicos especiais, foram perfurados 96 poços artesianos, implantados 1.067 projetos de armazenamento de água e irrigação e instaladas nove redes de distribuição de água – cumprindo metas do PPA 2016-2019 e do Acordo de Resultados para 2016.
- Foram apoiados 22 projetos de melhoria da infraestrutura para o acesso à internet e à telefonia.
- No apoio a municípios e sociedade civil organizada, foram realizados 2.146 serviços de infraestrutura, como perfuração de poços, construção de estruturas de armazenamento e de abastecimento de água.

O Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável é o maior programa da SDR, composto por 15 ações, sendo que 11 destas possuem caráter de modificação da realidade e foram enquadradas no Acordo de Resultados de 2016. São resultados desse programa:

- Legalização de 128 agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal e apoio a 452 projetos agroindustriais.
- Apoio a 62 feiras livres e da agroindústria familiar e a 82 projetos de abastecimento.
- Apoio a 226 projetos produtivos, beneficiando 1.277 agricultores e visando o desenvolvimento de cadeias produtivas, gerando renda ao produtor, aproximando o produtor do consumidor e incentivando a produção e a diversificação.
- No fomento à cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades familiares, que busca proporcionar melhoria na produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade da forragem e estruturação das propriedades, através da concessão de crédito pelo Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimento Rurais (FEAPER), foram apoiados 7.093 projetos produtivos, beneficiando 20.022 agricultores e pecuaristas familiares.
- Disponibilização de 202.860 sacas de sementes através do Troca-Troca de Sementes.
- Apoio e incentivo a 21 empreendimentos coletivos para a geração de renda e projetos produtivos em comunidades quilombolas.
- Elaboração de quatro planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas em áreas estaduais.
- Atendimento de 194 comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar e o fortalecimento da produção.
- Construção de 133 viveiros para piscicultura, buscando o incremento da produtividade e da produção sustentável do pescado.
- Coordenação do Comitê Gestor do Rio Grande Agroecológico – o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – que congrega ações de diversos órgãos estaduais e federais para o estímulo à produção orgânica e agroecológica e redução do uso de agrotóxicos na produção de alimentos.

As Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS) também contribuem para o alcance dos objetivos do programa Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável, com destaque para:

- Comercialização de 581.469 toneladas de alimentos, beneficiando 21.240 usuários com as suas atividades.

- Distribuição de 15.485 toneladas de alimentos pelo programa assistencial da CEASA/RS.
- Implantação do espaço para venda de hortifrutigranjeiros orgânicos na sede da Central em Porto Alegre.

Ações para 2017:

Programa Apoio e Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho
Apoio à Gestão, Capacitação e Educação para Cooperativas
Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas
Apoio e Fomento a Cooperativas
Fomento à Intercooperação
Programa Fomento à Educação Profissional, Formação, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural e Social – ATERS
Apoio à Formação, Educação, Profissionalização e Capacitação de Jovens, Públicos Especiais e Agricultores e Pecuaristas Familiares ou de Base Cooperativa
Assistência Técnica e Extensão Rural e Social – ATERS
Gestão e Adequação Socioeconômica e Ambiental dos Estabelecimentos Rurais
Programa Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural
Apoio e Ampliação da Infraestrutura Rural
Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural
Incentivo ao Uso e à Geração de Energia por Meio de Fontes Alternativas
Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo
Patrulha Agrícola
Programa Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável
Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa
Apoio à Agroindústria Familiar
Apoio à Comercialização e Fortalecimento dos Sistemas Locais e Regionais de Abastecimento
Apoio à Permanência do Jovem no Campo
Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural
Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar
Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar
Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar
Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica
Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento dos Assentamentos
Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas
Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura
Fortalecimento Etnosustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas
Inclusão Social e Produtiva no Meio Rural – Combate à Extrema Pobreza
Regularização e Reorganização Fundiária
Troca-Troca de Sementes
Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul
Modernização do Sistema de Gestão e Capacitação na CEASA/RS
Qualificação da Infraestrutura de Abastecimento no Estado do RS – CEASA/RS

4.2. EIXO SOCIAL

CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

A Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer foi criada através da fusão da Secretaria da Cultura (SEDAC) e da Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer (SETEL).

No PPA 2016-2019, na área do Turismo, Esporte e Lazer, são executados três programas: Caminhos do Rio Grande do Sul, Desenvolvimento do Esporte e Lazer e Desenvolvimento Sustentável do Turismo. Em 2016, cabe destacar os seguintes pontos da execução desses programas:

- Realizadas 17 ações promocionais para destinos no Estado;
- Promovidos 16 eventos turísticos ou de negócios nas Regiões Funcionais de Planejamento 1 e 3;
- Realizada uma campanha de apoio à divulgação promocional das ações de trabalho relacionadas ao esporte e ao lazer;
- Apoiados quatro eventos esportivos e de lazer;
- Assinados 61 convênios voltados ao desenvolvimento de ações de incentivo à prática de Esporte e Lazer e à formação e qualificação de atletas;
- Publicados 62 convênios de apoio a projetos na área de Esporte e Lazer;
- Realizados 20 eventos esportivos (jogos, campeonatos, seminários, cursos) voltados ao esporte educacional, participação e rendimento;
- 2.063 empresas prestadoras de serviços turísticos cadastradas;
- Projeto de segmentação MICE (Reuniões, incentivos, congressos e exposições) implementado;
- Projeto de segmentação do turismo rural implementado;
- 25 espaços de governança regional para o turismo apoiados;
- 818 profissionais qualificados para serviços de turismo.

A área da Cultura executa no PPA 2016-2019 o programa **Juntos pela Cultura**. Em 2016, entre principais ações realizadas destacam-se:

- Concluída a obra de adaptação para o funcionamento do espaço de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado, Projeto Criativa Birô. O projeto, que tem por objetivo disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, foi implantado na Casa de Cultura Mario Quintana.
- Publicação de 14 editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), que preveem investimento de aproximadamente R\$ 8 milhões em projetos a serem realizados em 226 municípios do RS, em diferentes ênfases: música,

preservação do patrimônio, artes visuais, teatro, literatura, entre outras linguagens artísticas. Os projetos apresentados, em número de 451, se encontram em processo de análise, seleção e habilitação.

- Realização de 93 projetos culturais, habilitados em editais do FAC de anos passados, com valor total de R\$ 8,1 milhões, em 114 municípios, de 26 regiões do Estado, representadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs).
- Foram captados aproximadamente R\$ 44,6 milhões por meio da Lei de Incentivo à Cultura, e habilitados 159 projetos. As atividades culturais, em realização por meio desses projetos, estão ocorrendo em 150 municípios de 27 diferentes regiões do Estado representadas pelos COREDEs.
- Reorganização dos Colegiados Setoriais da Cultura, com realização de reuniões plenárias para o processo de eleição dos coordenadores e suas respectivas secretarias executivas. Atualmente, onze colegiados setoriais têm mandatos ativos: teatro, música, dança, circo, áudio visual, artes visuais, museus, culturas populares, artesanato, livro-leitura e literatura, memória e patrimônio. Os Colegiados Setoriais têm por finalidade promover a gestão democrática da Política Estadual de Cultura no RS.
- Apoio à Semana Farroupilha e realização do Dia do Folclore, que reuniu as várias etnias presentes no RS para a apresentação de seus costumes.
- Digitalização de 500 monografias a respeito da preservação da cultura e do folclore gaúchos.
- Realização do projeto Juntos na Diversidade, voltado ao público infanto-juvenil, para a valorização da diversidade linguística do RS, com atividades tais como música, coral, teatro e dança, em cinco municípios, sendo homologadas 24 atividades em idiomas de origem africana, *kaingang*, alemã, polonesa e *talian*, línguas presentes no Estado.
- Realização de mais de trezentas apresentações artísticas, e aproximadamente cem exposições de arte, sediadas em museus e salas de exposição ou exposições itinerantes, e mais de duzentas palestras, seminários e oficinas artístico-culturais, reunindo um público de aproximadamente quatrocentas mil pessoas.
- Realização de 32 exposições no Museu de Artes do Rio Grande do Sul, além de visitas guiadas ao acervo.
- Apresentações artísticas na Casa de Cultura Mário Quintana, que reuniram um público de 52.000 pessoas, em aproximadamente 200 programações, além de seminários, palestras e oficinas realizadas.
- Realização de festivais de teatro em municípios gaúchos – Arroio dos Ratos, Rolante e Santa Rosa – apoiados pelo Instituto Estadual de Artes Cênicas (IEAcen).

- Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Bibliotecas (SEB), através do assessoramento à bibliotecas de vinte municípios, modernização de 74 bibliotecas, além da aquisição de mais de 4 mil novos títulos distribuídos aos municípios solicitantes.
- Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus do RS (SEM/RS), que assessora aos 341 museus existentes no RS.
- Preparação gratuita de 200 alunos, entre crianças e jovens de 8 a 25 anos, pela Escola de Música da OSPA, para atuar em orquestras.
- Realização de 33 apresentações pela Escola de Música da OSPA, as quais reuniram em escolas, bibliotecas e hospitais, entre outros locais públicos, em três diferentes municípios do Estado, para mais de 10 mil pessoas.
- Realização de 54 concertos pela Orquestra Sinfônica, que incluíram apresentações na Capital nos municípios de Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Lajeado, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Tapera. O conjunto de concertos realizados contou com a participação de mais de 44 mil pessoas. Muitos deles incluíram a apresentação de cantores e músicos solistas convidados, corais e grupos de dança.
- A realização de 120 espetáculos de diferentes gêneros, entre os quais: teatro, teatro infantil, música, leitura dramática, dança e circo, no Palco, no Foyer Nobre, na Sala de Exposições, na Sala de Música e Concha Acústica, e nas salas de Oficinas do Theatro São Pedro.
- Exposições, *workshops* e atividades formativas envolvendo aulas de teatro e aulas de coreografia, e apresentações do Quinteto de Sopros de Porto Alegre.
- Apresentações semanais do Projeto Musical Évora, com entrada franca, em diferentes gêneros musicais: jazz, choro, MPB e música erudita.
- Atendimento de em torno de 350 crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social pelo Projeto da ONG Sol Maior, com aulas de instrumentos de corda, sopro, percussão, teclado, além de canto coral e dança.
- Apresentações mensais dos Concertos BANRISUL para a Juventude, pela Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro, com finalidade didática e entrada franca, visando iniciar estudantes do Ensino Fundamental de escolas públicas de Porto Alegre e demais localidades no universo orquestral.

No desenvolvimento dos **projetos prioritários** destaca-se o seguinte:

- Implementação de Pontos de Cultura contou com a adequação da Rede Estadual dos Pontos de Cultura do RS à Lei da Cultura Viva do Ministério da Cultura (MinC). Foram adequados os Termos de Convênio e, ainda, formulados e assinados os Termos de Compromisso Cultural (TCC) com as

entidades responsáveis por 81 Pontos de Cultura que já participam da Rede de Pontos de Cultura do Estado, em cinquenta e um municípios.

- Implantação de novos Pontos de Cultura, em Bagé e Dom Pedrito, e a seleção de 43 novos projetos aptos a formalizarem Pontos de Cultura. Esses novos Pontos de Cultura, que estão em fase de assinatura, serão implantados nos municípios de Barão, Tupandi, Montenegro, Novo Hamburgo, Porto Alegre, Progresso, Ronda Alta, Mostardas, Jaguarão, Alegrete, Joia e Campo Bom. Os demais 28 projetos estão em processamento administrativo.
- Construção da Sala Sinfônica da OSPA, o convênio foi prorrogado pela SEDAC junto ao MinC, uma vez que a obra estava paralisada desde 2014. O novo prazo prevê a conclusão até julho de 2019. Os trabalhos da construção foram retomados para dar prosseguimento à obra, a qual tem executada até o momento a estrutura de fundação.
- A preservação do Patrimônio Histórico está ocorrendo por meio da contratação e desenvolvimento dos projetos de restauração de quatro museus do Estado, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Museu Julio de Castilhos, Museu Hipólito José da Costa e Memorial do Rio Grande do Sul. O acompanhamento e a fiscalização dos projetos são realizados pela Secretaria de Obras Públicas (SOP).

Ações para 2017:

Programa Caminhos do Rio Grande do Sul
Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo – Produção associada ao Turismo
Desenvolvimento e marketing de destinos e produtos turísticos
Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre
Programa Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
Apoio à divulgação promocional das ações de trabalho relacionadas ao Esporte e ao Lazer
Apoio, desenvolvimento e promoção de eventos esportivos e de lazer no Estado
Desenvolvimento de Ações de incentivo à prática de Esporte e Lazer e à formação e qualificação de atletas
Cadastramento das empresas prestadoras de serviços turísticos
Consórcio Turístico RMPA – Prodetur RS
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no RS
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber
Programa de Regionalização do Turismo
Qualificação profissional e empresarial do Turismo
Programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo
Cadastramento das empresas prestadoras de serviços turísticos
Consórcio Turístico RMPA – Prodetur RS
Informações, estudos e estatísticas do Turismo no RS
Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber
Programa de Regionalização do Turismo
Qualificação profissional e empresarial do Turismo
Juntos Pela Cultura
Cultura para a promoção da cidadania, valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis
Democratização do acesso aos acervos e aos serviços culturais do Estado do RS
Desenvolvimento das linguagens artísticas
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas
Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus
Fomento à economia da cultura
Implementação de Pontos de Cultura
Implementação do RS Criativo/ Criativa Birô
OSPA para todos
Promoção e difusão da preservação do patrimônio histórico
Promoções Culturais no Teatro São Pedro
Qualificação das instituições culturais
Teatro da OSPA
Valorização da Tradição e do Folclore em sua Diversidade

GABINETE DE POLÍTICAS SOCIAIS

O Gabinete de Políticas Sociais (GPS), órgão componente da Governadoria do Estado, no Plano Plurianual 2016-2019, desenvolve o Programa de Promoção e Acompanhamento de Políticas Sociais. Ao longo de 2016, foram realizadas diversas atividades e projetos, em parceria com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, com o propósito de fortalecer e aprimorar ações e políticas públicas relacionadas, prioritariamente, às crianças e aos adolescentes, à mulher e à pessoa idosa.

Escolha o Destino

- A campanha Escolha o Destino tem o objetivo de incentivar a destinação de parte do Imposto de Renda devido aos fundos municipais e estaduais, fortalecendo as organizações que atendem a crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social.
- Em 2014, cerca de R\$ 300 milhões poderiam ter ficado no Rio Grande do Sul. Porém, apenas R\$ 14,8 milhões foram destinados a projetos, programas e serviços que promovem o bem-estar dessas pessoas.
- Em 2015, os fundos estaduais e municipais arrecadaram mais de R\$ 30 milhões. Em 2016, os recursos dos fundos estaduais da criança e adolescente e da pessoa idosa mais do que dobraram, sendo que estão disponíveis R\$ 7 milhões e R\$ 3 milhões para cada fundo, respectivamente.
- Além disso, 32 entidades de 21 municípios gaúchos foram beneficiadas com recursos do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA RS). Mais de R\$ 1,6 milhão foram distribuídos para atender a projetos que levam mais qualidade de vida a crianças e adolescentes.

Primeira Infância Melhor (PIM)

- O PIM é um programa de ação socioeducativa voltado às famílias com crianças de zero a seis anos de idade e gestantes. É uma ação transversal de promoção do desenvolvimento integral da primeira infância, coordenada pela Secretaria da Saúde, com o apoio do Gabinete de Políticas Sociais e outros órgãos.
- O programa está voltado ao desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais do ser humano, e tem o objetivo de orientar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, a promover o desenvolvimento das crianças. O PIM está presente em 242 municípios e atende a mais de 59 mil famílias.

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE)

- As CIPAVES têm a finalidade de diagnosticar as vulnerabilidades no âmbito escolar, planejar ações para resolver os problemas de forma viável e eficaz e conter o avanço da violência no ambiente escolar.
- Em 2016, a Secretaria da Educação instalou e/ou reativou 2.028 comissões, em um total de 2,5 mil escolas da rede estadual. Também ocorreu a ampliação da atuação dos parceiros no ambiente escolar. O número saltou de 6.252 atividades no primeiro semestre para 14.552 no segundo período.

Prato para Todos

- O Prato para Todos é um exemplo de cooperação entre diferentes setores da sociedade. O projeto foi idealizado pela Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA RS), em conjunto com o Gabinete de Políticas Sociais e a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), e tem a parceria do setor empresarial.
- Em 2016, o programa atingiu a meta de atender a 50 mil pessoas de baixa renda de Porto Alegre, através da doação de alimentos excedentes dos produtores e dos atacadistas da Ceasa RS. Também capacitou mais de 2 mil pessoas, em um total de 57 instituições visitadas, que aprendem a combater o desperdício através do aproveitamento integral dos alimentos.

Campanha do Agasalho

- Para incentivar a doação de peças em boas condições de uso, o tema da Campanha do Agasalho 2016 foi Doe com Amor. A ação contou com duas atividades complementares. A Galeria de Memórias, uma exposição itinerante de agasalhos que buscou mostrar as histórias por trás de peças doadas por personalidades de destaque no cenário cultural, empresarial, jornalístico e esportivo do Rio Grande do Sul. E o Leilão Solidário, que arrecadou um total de 665 cobertores.
- A Campanha do Agasalho 2016 distribuiu mais de 310 mil peças de roupas, cobertores, meias, calçados e roupas de cama para municípios e entidades cadastrados na Defesa Civil. A Central de Doações atendeu a 117 instituições, que receberam mais de 84 mil peças, e a 82 municípios, que tiveram acesso a mais de 91 mil agasalhos. As campanhas municipais contaram com o suporte das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil para remanejar as sobras para aquelas cidades que tiveram baixa arrecadação. Ao todo, mais de 134 mil peças de roupas foram distribuídas pelas equipes em 30 municípios.

Outubro Rosa

- O Gabinete de Políticas Sociais promoveu e apoiou diversas ações de luta e de sensibilização contra o câncer de mama no Rio Grande do Sul, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da detecção precoce da doença, do autoexame, da mamografia e do acompanhamento médico, como ferramentas de prevenção.
- A campanha Sua Vida em Suas Mãos – Para o Outubro Rosa durar o ano inteiro organizou e produziu um calendário com fotos de 12 servidoras do Executivo que estão em tratamento ou venceram o câncer de mama, e que voluntariamente cederam suas imagens e histórias de vida como mensagens de esperança. Ao todo, foram distribuídos 2 mil calendários entre órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e para a população em geral. Além disso, a campanha buscou o engajamento dos internautas, através da divulgação de vídeos com depoimentos e entrevistas nas redes sociais.

2º Encontro de Primeiras-Damas

- Promovido anualmente pelo Gabinete de Políticas Sociais, o Encontro de Primeiras-damas – Protagonistas da Solidariedade, reuniu cerca de 250 pessoas, entre primeiras-damas, prefeitas, vice-prefeitas e secretárias de diversos municípios gaúchos, com o objetivo de trocar experiências e informações sobre ações e programas sociais realizados pelo Governo do Estado.
- Durante o encontro, foram abordados vários assuntos, como: Programa Primeira Infância Melhor (PIM), Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE), Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), Campanha Escolha o Destino, ações em prevenção em saúde (combate ao *Aedes aegypti*) e Campanha do Agasalho 2016.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

A Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos foi criada através da fusão da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH). Tem como vinculadas: Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), Fundação de Articulação de Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas portadoras de Deficiência e Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e Fundação de Proteção Especial (FPE). Em 2016, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos 13 programas coordenados pela Secretaria no PPA 2016-2019:

Integração e Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos

- Realização de 84 capacitações e educação em direitos humanos.
- Realização de cinco capacitações de Conselheiro de Direito e Tutelar, três Conferências Estaduais e criação de 16 Fóruns de Direitos da Sociedade.
- Elaboração do Plano de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e do Plano Estadual de Convivência Familiar.

Políticas para as Mulheres

- Construção do prédio para abrigar o Centro de Referência da Mulher (CRM) no Município de Panambi, com recursos de Consulta Popular no valor de R\$ 194.748,26.
- Apoio à realização de encontros regionais do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) nos municípios de Rio Pardo para Região Funcional 2; Bento Gonçalves para Região Funcional 3; Tramandaí para Região Funcional 4; Pelotas para Região Funcional 5; Alegrete para Região Funcional 6; Panambi para Região Funcional 7; Santa Maria para Região Funcional 8; e Palmeira das Missões para Região Funcional 9.
- Estão sendo elaborados pela SOP projetos para construção de uma casa abrigo na cidade de Parobé e de um centro de atendimento da Mulher em Santa Vitória do Palmar, com recursos oriundos de convênios federais.
- Publicada Resolução nº 001/2016/DPM/SJDH, que institui a Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher no Estado do RS.
- Ampliação da equipe de atendimento com a disponibilização de uma advogada para atendimento das mulheres vítimas de violência no CRM Vânia Araujo.
- Lançamento do Programa Mulher Vida e Direitos que visa fortalecer os serviços no enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres, principalmente ações voltadas para a promoção de sua autonomia.

- Realização de reuniões mensais dos integrantes da Rede Lilás para debater as ações articuladas entre os parceiros visando ao enfrentamento da violência e à promoção da autonomia das mulheres.
- Realização de campanhas sobre a temática de gênero: 1º Congresso de Mulheres da FAMURS; “Basta de Violência” Todos e todas podemos dar este basta!; Campanha Quarentena Aeroporto; Campanha Quarentena Escola Estadual Eva Carminatti; Campanha Quarentena TRENURB; Eles por Elas – Dia Internacional da Mulher; Eles por Elas – ONU; Estação TRENURB; EXPOINTER; Lançamento do Livro Memória Social; Outubro Rosa; e Roda de Conversa.

Programa de Oportunidade e Direitos

- Capacitação de 300 agentes da Segurança Pública na Ação de Prevenção situacional e qualificação da segurança pública.
- Criação de dois Fóruns Permanentes em Porto Alegre.
- Implantação de um Centro da Juventude em Porto Alegre.
- Aquisição do Sistema de Revista Humanizada nas Unidades da FASE.
- Contratação de consultoria de apoio para definição e elaboração das Especificações Técnicas da Solução de Viodeomonitoramento a ser implantada nas 12 unidades da FASE.
- Elaboração e execução de Curso Introdutório sobre SINASE para 300 servidores da FASE.
- Elaboração, implementação e acompanhamento do Planejamento Estratégico da FASE.
- Seminário da Juventude realizado na Lomba do Pinheiro em 25/11/2016 e no bairro Restinga em 07/12/2016.
- Aquisição de solução de BI (*Business Intelligence*) para SSP com características de descobrimento de dados (*Data Discovery*) e análise associativa, que permita a extração, transformação e carga de dados, *online* e *off-line*, bem como a geração de gráficos analíticos, geoanálise, painéis (*dashboard*) e relatórios para suporte à tomada de decisão, acompanhadas de suporte técnico e manutenção de *software* com garantia de atualização tecnológica, treinamento e consultoria.

Promoção da Paz e Prevenção ao uso indevido de drogas no RS

- Apoio a projetos e levantamento de veículos disponíveis para doação;
- Desenvolvimento do Aplicativo do Projeto RedeConecta;
- Ação integrada de prevenção ao uso de drogas nos municípios de Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Porto Alegre e Viamão.

Proteção dos Direitos do Consumidor

- Realização da III Reunião de Gestão dos PROCONs do RS, em Santa Maria.
- Realização de seis ações de conscientização de consumidores e fornecedores.
- Realização de 12 ações de Fiscalização dos Direitos do Consumidor.
- Escola Superior de Defesa do Consumidor do Rio Grande do Sul implantada e mantida.
- Implantação de quatro Balcões do Consumidor, em parceria com universidades.

Proteção e Acesso à Justiça

- Atendimento de 180 crianças e adolescentes pelo Programa RS Socioeducativo.
- 24 crianças e adolescentes protegidos.
- 46 testemunhas protegidas através do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE).

Atendimento Socioeducativo no RS

- 3.857 adolescentes atendidos na ação de Qualificação do Atendimento Socioeducativo e Profissionalização dos adolescentes.
- As ações de profissionalização dos Socioeducandos contemplaram 413 adolescentes.
- 571 Planos Individuais de Atendimento (PIAs) elaborados para adolescentes em processo de desligamento da FASE.
- A implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Regime de Internação e Semiliberdade (PNAISARI), com Plano Operativo Local (POL) já constituído, ocorreu nos municípios de Novo Hamburgo e Caxias do Sul, com a habilitação do município e repasse de recurso financeiro.
- Realização dos I Jogos InterCases, no Ginásio Gigantinho, em Porto Alegre. Esse evento esportivo, que contou com as modalidades de futsal, tênis de mesa e xadrez, foi disputado por mais de 130 adolescentes internos de 16 unidades da FASE oriundos de todo o Estado.
- Adequação das estruturas físicas das Unidades de Atendimento Socioeducativo de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santo Ângelo e Uruguaiana.

Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos e à Inclusão das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades

- 21.429 pessoas com deficiência ou Pessoas com Altas Habilidades atendidas em serviço referência da FADERS.
- 5.648 pessoas capacitadas para atenção às deficiências.
- 1.024 pessoas capacitadas para atenção às altas habilidades.
- Realização de 10 Plenárias sob a coordenação da FADERS no interior do Estado, reunindo um público total de 1.885 pessoas pertencentes a 10 diferentes regiões do Estado.
- Na edição 2016-2017 do Projeto Praia Acessível, do Programa governamental Verão para Todos, foram realizadas 23 Oficinas dirigidas à comunidade das PcD e PcAH, a idosos do Asilo Padre Cacique e abertas ao público em geral, e mais nove Oficinas para salva-vidas, técnicos e gestores que executarão o acompanhamento dos banhos assistidos.
- Promoção de 21 Cursos de Capacitação para o Atendimento de pessoas com deficiência, capacitando 433 pessoas. Desses Cursos, 19 foram sediados na região Metropolitana Delta do Jacuí e dois foram sediados no município de Bento Gonçalves, região Serra.
- Realização de 16 edições das Oficinas de Atenção à PcD e à PcAH com abordagem em Cidadania, atingindo um total de 263 pessoas, das quais 253 foram capacitadas para atenção às pessoas com deficiências e 10 para atenção às Pessoas com Altas Habilidades.
- Realização de 43 edições de Oficinas na sequência de dez Plenárias do Fórum Estadual Permanente, sediadas em nove diferentes regiões do Estado, atingindo um público total de 2.275 pessoas capacitadas.

Emprego, Trabalho e Renda

- 49.432 artesãos registrados no Programa Gaúcho do Artesanato (PGA).
- 2.774 pessoas qualificadas na Ação de Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda.
- Houve inscrição de artesãos para exposição de seus produtos nas Casas do Artesão de Rio Grande e Santa Cruz do Sul. Ao todo, são mantidas 29 Casas do Artesão no Estado.
- Realização do seminário Artesão em Foco nos municípios de Santiago, Santana do Livramento, Caxias do Sul e Porto Alegre.
- A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e a Fundação Maçônica Educacional firmaram termo de cooperação técnica para desenvolver cursos de artesanato nos centros prisionais de Porto Alegre, Guaíba, Torres, Charqueadas e Passo Fundo.
- O Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) expôs e comercializou as peças de 70 artesãos de 24 municípios na 1ª Feira Brasil Original – PAB, em São Paulo, em outubro de 2016.

- Foram orientados para o mundo do trabalho 8.063 trabalhadores.
- 17.575 trabalhadores foram colocados no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE, 418 trabalhadores com deficiência colocados no mercado de trabalho e 68.570 vagas captadas.
- Foram realizadas 11 pesquisas de Emprego e Desemprego.
- Lançamento do Programa *Master* Garçom para qualificar o serviço e o atendimento em hotéis, restaurantes, bares e similares. As capacitações são viabilizadas por meio de parcerias firmadas com a FGTAS, a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS), a Prefeitura de Porto Alegre, o Sindicato Intermunicipal de Hotelaria do RS (SINDIHOTEL), o Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (SINDHA) e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL). As aulas serão ministradas em Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Gramado, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Tramandaí, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Carazinho, Uruguaiana, Santo Ângelo, Santana do Livramento e Ijuí.
- Assinatura do Termo de Cooperação Técnica firmado entre a FGTAS e FEEVALE que objetiva a qualificação e orientação profissional para inserção de trabalhadores no comércio varejista de vestuário e calçado de Novo Hamburgo.
- A 2ª edição do EmpregarRS reuniu 25.826 trabalhadores e 274 empregadores, em 77 Agências FGTAS/SINE participantes no Estado.
- O EmpregarRS – 3ª Edição contabilizou 14.482 atendimentos em 63 Agências FGTAS/SINE de um total de 67 unidades participantes. O evento reuniu entrevistas de emprego, além de palestras e atividades de orientação profissional.
- O SINE Móvel esteve presente na Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (EXPOINTER), no Acampamento Farroupilha e em eventos do Verão para Todos.

Inclusão e Desenvolvimento Social

- Na ação Apoio a Projetos Sociais, foram 1.848 entidades sem fins lucrativos com certificado renovado.
- O Vida Centro Humanístico é um espaço de cidadania com ações de saúde, trabalho, lazer, educação, esporte e cultura da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). O fluxo de atendimento realizado no VIDA foi de 165.919.

Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

- 1.977 gestores e/ou técnicos capacitados na temática de Gestão do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável.
- Foram fornecidas 158.400 refeições nos Restaurantes Populares.
- Assessoria Regionalizada em Arroio dos Ratos com técnicos dos municípios da Região Centro Sul do Estado em setembro de 2016.
- Formação na Semana de Incentivo ao Aleitamento Materno, em Santa Maria.

- Assessoria Regionalizada em Santa Rosa com a Região dos COREDEs Fronteira Noroeste, Celeiro, Missões e Noroeste Colonial em outubro de 2016, com técnicos e gestores municipais.

Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul - PEAS/RS

- Através do RS Acolhedor – Casas da Solidariedade, foram realizados 3.297 acolhimentos.
- Através do Programa Estadual de Educação Permanente para o SUAS (EducaSuas-RS), foram capacitadas 2.057 pessoas.
- 3.285 assessoramentos e apoios técnicos realizados na ação de Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Proteção Especial em Acolhimento

- 310 acolhidos inseridos em atividade comunitária contínua.
- 425 crianças/adolescentes atendidos em acolhimento institucional, sendo 414 em Porto Alegre e 11 em Uruguaiana.
- 180 crianças/adolescentes atendidos em contraturno escolar.
- Através da ação de Garantia de acesso dos acolhidos aos recursos para o seu pleno desenvolvimento, foram capacitados 1.302 profissionais e inseridos em programas de qualificação 86 adolescentes.

Ações para 2017

Programa Integração e Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos
Educação em Direitos Humanos
Expansão e Fortalecimento do Controle Social no RS
Programa Políticas para as Mulheres
Apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres
Criação, qualificação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência
Fortalecimento do Conselho Estadual de Direitos da Mulher
Fortalecimento e Manutenção da Rede de enfrentamento à violência e proteção às mulheres e meninas
Promoção de capacitação profissional para o mundo do trabalho
Realização de campanhas sobre a temática de gênero
Programa de Oportunidade e Direitos
Aprimoramento do processo de ressocialização
Fortalecimento da rede de atenção à juventude
Prevenção situacional e qualificação da segurança pública
Prevenção Social da Violência
Programa Promoção da Paz e Prevenção ao uso indevido de drogas no RS
Apoio à repressão ao tráfico de drogas ilícitas e prevenção aos crimes conexos
Divulgação e informação dos serviços de utilidade pública sobre drogas
Fortalecimento do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas

Programa Proteção dos Direitos do Consumidor
Conscientização de Consumidores e Fornecedores
Fiscalização dos Direitos do Consumidor
Implantação da Escola Superior de Defesa do Consumidor do Rio Grande do Sul
Implementação do Projeto de Ações Integradas
Modernização e Qualificação do PROCON
Municipalização do PROCON
Programa Proteção e Acesso à Justiça
Articulação Institucional com o Sistema de Justiça
Execução e Fortalecimento do Programa RS Socioeducativo
Execução, ampliação e fortalecimento do Programa de Proteção a Pessoas
Execução, ampliação e fortalecimento do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE)
Programa Atendimento Socioeducativo no RS
Construção e reforma de Unidades - construção de nove unidades escolares, de um ginásio poliesportivo, de três Cases com recursos do BID e de um Case com recursos federais
Qualificação da gestão e execução das atividades de apoio - realização de quatro caravanas regionais de socioeducação e renovação da frota de veículos com a aquisição de 12 novas viaturas
Qualificação do Atendimento Socioeducativo e Profissionalização dos adolescentes - nomeação de 99 servidores
Qualificação e valorização dos profissionais da FASE - qualificação de mais de 400 servidores
Programa Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos e à Inclusão das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades
Articulação de Políticas Públicas para as PcD e PcAH/Sd
Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação
Construção de uma Cultura de Acessibilidade
Produção de Conhecimento nas Áreas da Deficiência e das Altas Habilidades/Superdotação
Programa Emprego, Trabalho e Renda
Desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda
Orientação e qualificação profissional e social para trabalhadores
Relações com o mercado de trabalho
Apoio à implementação da Agenda do Trabalho Decente
Fomento e Incentivo à Criação e Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Economia Solidária
Programa Inclusão e Desenvolvimento Social
Apoio a ações de geração de trabalho e renda e inclusão social
Atendimento a comunidade: Centro Humanístico Vida (Vida) e Parque de Recreação do Trabalhador (PRT)
Apoio a Projetos Sociais
Nota Fiscal Gaúcha/STDS
Programa Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
Apoio ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
Construção de Cisterna para armazenamento de água para consumo humano
Gestão do Sistema de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável
Implantação de Projetos na Área de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável
Implantação e implementação Restaurante Popular

Programa Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul - PEAS/RS
Apoio ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/RS
Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/RS
Gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
Implementação do CapacitaSuas
Implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
Implementação do Programa Estadual de Educação Permanente para o SUAS (EducaSuas-RS)
Implementação do RS Acolhedor – Casas da Solidariedade
Programa Proteção Especial em Acolhimento
Cooperação Técnica com os Municípios
Garantia de acesso dos acolhidos aos recursos para o seu pleno desenvolvimento
Inserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes da FPERGS, em fase de desligamento

EDUCAÇÃO

A Secretaria da Educação (SEDUC) é o órgão gestor da educação pública no Rio Grande do Sul, contando com 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) sob sua coordenação direta. Compete à Secretaria promover, executar, estimular, fiscalizar e apoiar a educação básica, a educação profissional, a educação especial, a educação de jovens e adultos, a educação rural, a educação indígena, a educação afrodescendente, a assistência ao educando e a educação superior em caráter suplementar. Em 2016, tomaram posse 326 servidores efetivos na Secretaria.

No PPA 2016-2019, a SEDUC é responsável pela execução de quatro programas: Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica, Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem, **Ampliação do Acesso, Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional e Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares**. Quanto este último, cabe destacar as seguintes ações desenvolvidas durante 2016:

- Criação de força-tarefa para atuar na área de Educação, com importantes avanços para a execução de projetos e obras em 2016. O Decreto nº 52.592, do final de 2015, serviu para dar maior agilidade no atendimento das demandas e qualificar o processo de tomada de decisão durante todo o ano de 2016, garantindo mais efetividade na execução e medição das obras. O percentual de execução em 2016 foi de 87% em relação ao valor empenhado, enquanto em 2015, sem a força-tarefa, o índice ficou em 69%.
- Com a Força-tarefa, foram contempladas demandas do Plano de Necessidade de Obras (PNO), com 73 contratos, 27 Ordens de Reinício de Serviços e 11 Projetos Prioritários. O PNO resultou em 13 projetos finalizados e aprovados completos, três orçamentos em análise e um orçamento finalizado e aprovado.
- Destinação de R\$ 117¹⁴ milhões para reformas e ampliações da infraestrutura físicas das escolas. No período, foram concluídas 154 obras escolares, incluindo obras emergências e implantados 167 projetos de Prevenção e Combate ao Incêndio (PPCIs). As obras escolares e PPCIs iniciados totalizaram 242 e 2.266, respectivamente, o que correspondeu a 2.829 intervenções escolares no período.
- Em relação às quadras esportivas, 14 estão em execução no sistema; 14 em execução real garantidas no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e 28 em elaboração de projeto a pleitear o prosseguimento após negociação com FNDE.
- Aquisição de 23.868 equipamentos e mobiliário básico.

¹⁴ Valores liberados pela Secretaria da Fazenda.

No programa **Acesso Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem**, os destaques para 2016 foram:

- Ampliação da oferta de Escolas em Tempo Integral de 46 para 104, totalizando o atendimento de 20,4 mil alunos em 81 municípios do Estado.
- Realização de 109 formações continuadas para mais de 60,9 mil professores regentes de classe. Entre as formações continuadas, seminários, conferências, encontros Estadual, nacional ou internacional realizados em 2016, apoiados/organizados pela SEDUC, foram destaques: Alimentação Escolar, JERGS, Correção de Fluxo, Bibliotecas Escolares e Tempo Integral, Certificação de Exames Supletivos; Encontro de Formação sobre Gestão Escolar e sobre Indicadores da Educação do RS; Educação Ambiental; Reestruturação do Curso Normal; Comunicação Não-Violenta; Educação Especial; Educação Afro; Ensino Religioso; Educação Indígena; Escolas do Campo; Bandas e orquestras escolares; Base Nacional Comum Curricular e Educação de Jovens e Adultos.
- Realização de atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã: 260 alunos com certificação de conclusão do Ensino Fundamental no ENCCEJA; 4.072 alunos com certificação de conclusão do Ensino Médio pelo ENEM¹⁵; 138.766 alunos participantes dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul – JERGS; 89 alunos participantes do Projeto Crianças e Jovens do Rio Grande Escrevendo Histórias.
- Realização de formações e de incentivo ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) nos contextos escolares. Incluem-se nessas formações: *Google Apps for Education*; 4º Seminário Nacional de Inclusão Digital; Portais para socialização de práticas educativas e de objetos de aprendizagem – EducomTchê e Educom+; Sistema de Eventos e Certificação e Ambiente Virtual de Aprendizagem (MOODLE); XII Seminário de Tecnologia Educacional – A Ação Pedagógica na Sociedade Digital: Incorporando desafios através da Educomunicação; Formação para uso do Sistema de Gestão de Projetos; Formação para assessores de CRE Educação e o RS-Negro (EaD); Formação para comunidades indígenas (presencial para produção de material impresso e vídeo); Formação pedagógica de professores – ações desenvolvidas pelos NTE (cursos, oficinas, seminários, etc. em diferentes modalidades – presencial, semipresencial e a distância).
- Entrega¹⁶ de 628 lousas digitais, beneficiando 144 escolas que atendem Ensino Médio e 204 com Ensino Fundamental, sendo 101.445 alunos atendidos do Ensino Médio e 184.346 alunos atendidos do Ensino Fundamental. Além dessas escolas, também foram atendidos os 30 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE).

¹⁵ Informações até 28/09/2016.

¹⁶ Primeiro semestre de 2016.

- Atualização de acervos das bibliotecas de 1.357 escolas da Rede Pública Estadual.
- Realização das avaliações de larga escala do SAERS 2016, com o objetivo de diagnosticar o desempenho de estudantes da rede pública e privada do Estado do Rio Grande do Sul. O SAERS avaliou, no ano de 2016, o desempenho de 249.322 estudantes da Rede Pública Estadual do Rio Grande do Sul nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, para 2º ano, 6º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio.
- Realização de pagamento de alteração de nível para os servidores da área da Educação. Ao todo foram 5.196 professores e 922 funcionários beneficiados. O impacto mensal da progressão na carreira é de R\$ 1.668.948,27. Com essa ação, o Governo colocou em dia todas as progressões solicitadas desde 2014.

No Programa **Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica**, foram destaques as seguintes realizações no ano de 2016:

- Realização de atendimento de 974.077 alunos com alimentação escolarizada, através das modalidades do PNAE (tradicional, indígena e quilombola) e o complemento da alimentação escolar (escolas com até 100 alunos e ensino médio politécnico).
- Realização de transporte de 97.729 alunos das escolas estaduais, do meio rural.
- Implantação, até dezembro de 2016, de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE) em 2.028 escolas da rede estadual. O número representa 78,87% da rede e supera a meta estipulada pela Secretaria da Educação, que era levar o programa a 2 mil estabelecimentos nesse ano. A transformação está em curso em 70,5% das 773 escolas dos 19 municípios com os maiores índices de violência no Estado.

No programa **Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional**, os destaques para 2016 foram:

- Criação de oito novos cursos técnicos de nível médio na rede pública estadual: Técnico em Mecânica, Administração, Agropecuária, Contabilidade, Eletrotécnica, Logística, Informática, Manutenção e Suporte em Informática. No período, foram oferecidas 24.425 vagas em cursos técnicos de nível médio na rede pública estadual.
- Cerca de 26 escolas de Educação Profissional Agrícolas em Tempo Integral passaram a integrar o Projeto de Escola de Tempo Integral.
- Capacitação, atualização e qualificação de 655 gestores e 1.075 professores da Rede Estadual de Educação Profissional.
- Implantação do sistema *Account*, através de contratação, em 23 escolas que oferecem curso técnico em Contabilidade. O *Account* é uma metodologia para o ensino da contabilidade que se preocupa exclusivamente com a didática de

ensino da Contabilidade, fazendo com que o aluno execute todas as tarefas que requerem raciocínio contábil.

- Desenvolvimento de um sistema de gerenciamento para mostras e feiras. O módulo permite realizar inscrições online, selecionar projetos, avaliar trabalhos online, disponibilizar ranking de vencedores e certificar os participantes.
- Participação de alunos e professores das escolas estaduais nas seguintes feiras: INESPO (*International Environment Scientific Project Olympiad*); EXPOLEITE/FENASUL (550 participantes); INESPO – Holanda (três participantes); LIYSF – Londres (três participantes); EXPOINTER (240 participantes); MOSTRATEC (26 participantes); e FENECIT (quatro participantes).
- Realização da 10ª FECITEP (Feira Estadual de Ciência e Tecnologia). A feira ocorreu na Casa do Gaúcho, Porto Alegre. Foram expostos 60 trabalhos, distribuídos em 12 eixos tecnológicos, contando com a participação de 47 escolas, 139 alunos expositores e 59 professores orientadores. A feira ocorreu em parceria com SENAC, SENAI, Rede Sinodal, Instituição Pão dos Pobres e Instituto Federal.

As ações da SEDUC estão organizadas em articulação com a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, que é uma instituição voltada para a educação profissional de nível técnico. No PPA 2016-2019, a Fundação desenvolve o seguinte programa: **Ampliação do Acesso com Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato**, sendo que, no ano de 2016, destacaram-se as seguintes realizações:

- Manutenção de 3.600 vagas de alunos matriculados provenientes de mais de 50 municípios do Rio Grande do Sul, entre eles Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Esteio, Sapucaia do Sul, Canoas, Estância Velha, Campo Bom, Portão, Sapiranga, Dois Irmãos, São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Feliz, Montenegro e Ivoti.
- Estabelecimento de nove parcerias estratégicas: com as redes municipais de Feliz, Portão, São Leopoldo, Vale Real, Sapiranga, Montenegro, Venâncio Aires, Nova Hartz e Esteio, com o objetivo de oferecer formação em projetos de pesquisa no Ensino Fundamental; 25 convênios firmados para apoio e reconhecimento a estudantes e professores partícipes da 31ª MOSTRATEC, resultando na distribuição de: 12 bolsas integrais de estudos para cursos de graduação; 2 bolsas integrais para cursos de pós-graduação; 12 bolsas para cursos de aperfeiçoamento; 22 bolsas para cursos de língua inglesa; 7 prêmios de incubação ou pré-incubação de projetos; e um prêmio de registro de patente.
- Estabelecimento de empresas incubadas, com destaques para: Empresa voltada para desenvolvimento de *Software* de Automação Industrial para Refrigeração em indústrias frigoríficas alimentícias; Empresa voltada para

assessoria, projetos, montagens de quadros de comando e instalações elétricas industriais; Empresa de engenharia e consultoria, focada em soluções na área elétrica e energia; Empresa voltada para Expansão do mercado de energia fotovoltaica e aumento exponencial do custo da energia elétrica; Empresa voltada para Climatização de aviários, através de automação controlado; e Empresa especializada em PPCI e SPDA.

- Envio e execução de uma série de Projetos de apoio para captação de recursos, com destaques para: SIET 2016; 31ª MOSTRATEC, contemplado em 2015, para execução em 2016; SECIS/MCTI: 31ª MOSTRATEC – Feira de Ciência e Tecnologia para Jovens Cientistas; Olimpíada de Química do Rio Grande do Sul; V Seminário de Acessibilidade Liberato Inclusiva; 32ª MOSTRATEC, contemplado em 2016, para execução em 2017.
- Implantação de dois novos laboratórios na instituição: o Laboratório de Tecnologia Assistiva (LTA) voltado para a pesquisa de alunos de todos os cursos e o Laboratório de Espectrometria de Massas, do Curso Técnico de Química.
- Realização de melhorias em laboratórios dos seguintes cursos técnicos: Química, Mecânica, Eletrônica e Eletrotécnica, incluindo o reparo de exaustores de três laboratórios de química, melhorando a condição de segurança do trabalho.
- Realização com sucesso da 31ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC), nos pavilhões da FENAC, em Novo Hamburgo, que contou com a apresentação de 640 projetos de pesquisa – 420 da MOSTRATEC e 220 da MOSTRATEC Júnior – de alunos e 21 países. Além da feira, aconteceram eventos integrados, como o Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET), o Festival Maker de Robótica, os Jogos MOSTRATEC, a Corrida MOSTRATEC SESC e a Feira Regional do Livro de Novo Hamburgo.
- Realização do I Seminário de Pesquisa no Ensino Fundamental, com a participação de professores, estudantes e gestores da educação, com o objetivo de qualificar o processo de iniciação à pesquisa científica nas escolas públicas de Ensino Fundamental da região e do V Seminário de Acessibilidade – Liberato Inclusiva e do III Seminário do Esporte Acessível com a participação de representantes de empresas, entidades ligadas aos direitos da pessoa com deficiência, professores e pesquisadores ligados aos temas inclusão e tecnologia assistiva.

Ações para 2017:

Programa Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares
Qualificação da rede física através de construção, reconstrução, ampliação e recuperação
Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos
Sustentabilidade Ambiental Escolas/SEDUC e CRE

Programa Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem
Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral
Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação
Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã
Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar
Modernização Tecnológica – Escolas/SEDUC e CRE
Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares
Qualificação dos Espaços Pedagógicos
Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul – SAERS
Programa Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica
Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica
Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência
Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC
Prevenção à Violência – CIPAVES – Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas
Transporte Escolar – Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar
Viabilização do Transporte Escolar
Programa Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional
Ações de mobilização e articulação potencializando parcerias e convênios público privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual
Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional
Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional
Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional – SUEPRO
Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas
Modernização das escolas técnicas com ênfase às escolas agrícolas por meio do intercâmbio de ações como resultado das ativ. pedagógicas podendo gerar renda
Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual
Promoção de ações voltadas à pesquisa científica e tecnológica, ao empreendedorismo e sustentabilidade nos cursos técnicos
Programa Ampliação do Acesso com Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato
Ampliação e manutenção de vagas nos cursos técnicos existentes e criação de novos cursos
Desenvolvimento de projetos de inserção institucional da Fundação Liberato na sociedade e no fomento à pesquisa
Modernização e qualificação dos recursos de apoio e dos equipamentos didáticos-pedagógicos
Qualificação da Gestão
Qualificação e ampliação da infraestrutura

OBRAS PÚBLICAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

A Secretaria de Obras Públicas, Habitação e Saneamento (SOP), no Plano Plurianual 2016-2019, executa programas com diferentes objetivos: o programa de Gestão de Obras Públicas, o Programa Estadual de Saneamento e o Programa de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento.

O **programa Gestão de Obras Públicas** presta serviços ao Estado. Por meio de sua execução, a SOP realiza projetos de arquitetura e engenharia e a fiscalização de obras, com a finalidade de restaurar ou readequar o patrimônio edificado e construir novas edificações, objetivando conservar ou recuperar os imóveis próprios do Estado, dotando o patrimônio público estadual com as edificações necessárias à execução dos serviços públicos. Realiza ainda outros serviços, tais como levantamentos e análises técnicas, relacionadas ao patrimônio edificado do Estado, e apoia operacionalmente aos municípios para obras de recuperação de estradas e desassoreamento de meios hídricos. No período de janeiro a dezembro de 2016, entre as ações realizadas com esses objetivos pelo programa, destacam-se as seguintes metas alcançadas:

- Foram elaborados mais de 67 mil m² de área de projeto para novas edificações ou para ampliação em edificações públicas existentes. Tais projetos localizam-se em 31 municípios de diferentes regiões do Estado. Entre estes se destacam os projetos de arquitetura e, ou, de engenharia, destinados às obras de 35 escolas da Secretaria de Educação, sendo que quatorze destas se destinam à edificações para escolas indígenas, cujas áreas envolvidas nos projetos somam 30,2 mil m² de edificação e 60 mil m² de área total de implantação.
- Foram elaborados projetos para a Secretaria de Segurança Pública, entre estes os Projetos de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) para o Presídio Estadual de Espumoso e para o Instituto Penal Feminino em Porto Alegre. E o projeto de arquitetura para o Presídio Estadual de Soledade, com 503,00 m².
- Foram executados para os Centros de Atendimento Sócio Educativo (CASE), em Porto Alegre, com 338 m², e para o CASE Regional de Santa Maria, com 2,8 mil m², projetos de arquitetura e engenharia, envolvendo projeto elétrico, projeto mecânico de climatização, projeto hidrossanitário, estrutural, elétrico/lógica/equipamentos, Plano de Prevenção de Contra Incêndio (PPCI) e planilha orçamentária. E projetos de arquitetura e, ou, de engenharia para a Fundação de Atendimento Sócio Educativo (FASE) e para a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS).

- Mais de 114 mil m² de obras públicas foram fiscalizadas, correspondendo a 204 edificações, situadas em 103 municípios de 25 diferentes COREDEs do Estado, destinadas a diferentes órgãos, entre estes, Secretarias da Saúde, da Educação, Segurança, Cultura, Agricultura Pecuária e Irrigação. E, entre outras obras fiscalizadas para a Segurança Pública, está o Complexo Prisional de Canoas, com área de 30 mil m², a Penitenciária Estadual de Guaíba, com mais de 14 mil m², obras para as Centrais de Polícia em quatro municípios, além da obra da Delegacia de Pronto Atendimento de Guaíba. E, ainda, o Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais do Sul – Instituto Geral de Perícias (IGP), com 11,7 mil m², cuja obra deve ser retomada em 2017.
- Apoio operacional foi prestado aos municípios, por meio de 75 convênios para a cessão de máquinas, para a manutenção de aproximadamente 2,7 mil quilômetros de trechos de estradas vicinais e desassoreamento de meios hídricos, em 69 municípios, de vinte diferentes regiões do Estado, os quais beneficiaram ao todo mais de quinze mil famílias, muitas vezes minimizando os efeitos decorrentes de desastres naturais.
- As análises técnicas e levantamentos em áreas do Estado com emissão de parecer orientaram 679 processos solicitados pela SMARH e PGE, envolvendo processos de usucapião e processos de retificação de área de imóveis próprios do Estado, entre outros.
- Por meio dos serviços de gerenciamento dos levantamentos de custos, que dão origem aos preços das obras públicas, foram desenvolvidas mais de 300 planilhas orçamentárias para estabelecer o preço oficial, para fins de licitação, das obras a serem realizadas e analisados processos para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), PGE e SMARH.

Por meio do **programa de Habitação e Regularização Fundiária**, foram realizadas em 2016, entre outras ações:

- Foram concluídos os convênios que resultaram em 2,5 mil casas construídas em 143 municípios de pequeno porte, em diferentes regiões do Estado. Os convênios foram realizados entre o Estado e os municípios ou cooperativas habitacionais regionais com repasse de recursos para a construção ou complementação de habitações.
- Estão em andamento ações de regularização fundiária nas áreas de propriedade do Estado ocupadas para fins de moradia. Tais ações envolvem levantamentos topográficos cadastrais e/ou diagnósticos ambientais e geológicos, a elaboração de projetos urbanísticos, projetos de infraestrutura e/ou arquitetônicos, nos municípios de Porto Alegre, onde, em oito áreas do

Estado, habitam mais de 7,1 mil famílias, em Portão, em área que comporta 250 famílias, e em Sapucaia do Sul, onde está em andamento o projeto urbanístico do Loteamento Justino Camboim, para reassentamento das 680 famílias oriundas da faixa de domínio da RS-118. O projeto inclui 662 lotes unifamiliares, 72 apartamentos e 26 unidades comerciais. E, em Araricá, no Loteamento Morada Nobre, onde 115 famílias, do total de 146, já receberam o Termo de Legitimação de Posse.

- Por meio da ação Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores, foram transferidos 846 imóveis, localizados nas nove regiões funcionais.

A SOP, ao executar o **Programa Estadual de Saneamento**, tem por objetivos estruturar e implementar a Política Estadual de Saneamento Básico, definida na Lei Estadual nº 12.037/03, mantendo e ampliando o acesso da população do Estado aos serviços de saneamento básico: água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. Para tanto, atua de forma articulada e integrada aos programas, projetos e ações das áreas do meio ambiente, da saúde, dos recursos hídricos e do desenvolvimento urbano, e busca organizar e desenvolver os instrumentos de gestão previstos no art. 7º da Lei nº 12.037/03: o Sistema Estadual de Saneamento; o Plano Estadual de Saneamento; os Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico; o Fundo Estadual de Saneamento; e o Sistema de Informações Gerenciais em Saneamento. Dessa forma, entre as principais ações e metas alcançadas, em 2016, pelo Programa Estadual de Saneamento, citam-se:

- O desenvolvimento da Política Estadual de Saneamento por meio da atividade do Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN), presidido pelo Secretário de Obras Públicas, Saneamento e Habitação, sob a coordenação executiva do Departamento de Saneamento da SOP. Em 2016, foram analisados pelo CONESAN temas relativos à qualidade da água distribuída nos municípios do Estado pelos diferentes Sistemas de Abastecimento de Água, conforme definidos na Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde. E temas relacionados aos sistemas individuais de esgoto sanitário com o objetivo de ampliar os níveis de cobertura, coleta e tratamento de esgoto sanitário no Estado.
- Para apoiar as análises da qualidade da água distribuída à população, nos diferentes tipos de sistemas existentes nos municípios do RS, foi organizada pelo CONESAN uma Câmara Técnica Permanente para elaborar o diagnóstico situacional do controle da qualidade da água distribuída nestes sistemas, conforme as informações extraídas do Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA). Em 2016, foram

analisados quatro parâmetros básicos de qualidade, nos diferentes sistemas em todos os municípios do RS, a fim de emitir relatório situacional da qualidade da água distribuída à população nos municípios do RS.

- Com o objetivo de ampliar os níveis de cobertura, coleta e tratamento de esgoto sanitário no Estado, sobretudo considerando que 67% dos municípios do RS têm menos que 10.000 habitantes e população predominantemente rural, foram analisadas, em 2016, soluções alternativas por Grupo Técnico constituído pelo Centro de Apoio à Ordem Urbanística do Ministério Público MP/RS-CAOURB, Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação (SOP), Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), entre outros órgãos participantes, membros do CONESAN. A partir das análises realizadas pelo GT, foi elaborada, em conjunto com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Resolução para normatizar as soluções propostas.
- Foram analisados e aprovados 45 Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), elaborados por municípios de 23 diferentes COREDEs. Atualmente, 146 municípios já realizaram o PMSB, de um total de 164 municípios que receberam recursos repassados pelo Estado mediante convênios, respeitando o critério definido no art. 12, inciso II da Lei nº 12.037/03. O total dos recursos repassados aos municípios para a elaboração do PMSB, em 2012 e 2013, somou cerca de R\$ 2,2 milhões.
- Com o objetivo de atender as metas previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) foi contratado, em novembro de 2016, o Plano Estadual de Saneamento. Tem por objetivo possibilitar ao Estado a criação de mecanismos de Gestão Pública (programas, projetos e ações) relacionados à universalização dos serviços de saneamento da infraestrutura relativa aos quatro componentes do saneamento básico.
- Para atender com saneamento básico as pequenas comunidades localizadas em áreas ou distritos rurais, no período de janeiro a dezembro de 2016, foram realizados convênios para implantação de sistemas de abastecimento de água potável que beneficiaram 1.272 famílias de diferentes localidades rurais, em dez municípios do Estado. E, no mesmo período, foram perfurados 87 poços tubulares profundos para o abastecimento de água da população residente em localidades rurais de 47 municípios do Estado.

A Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) executa as ações de Saneamento Básico relacionadas ao abastecimento de água e coleta e tratamento

de esgotos sanitários nos municípios do Estado. No primeiro ano da execução do Plano Plurianual 2016/2019, destacam-se:

- A execução da ação Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água, cujo objetivo é a ampliação da capacidade instalada de tratamento de água, por meio das obras em andamento para a construção de doze novas Estações de Tratamento de Água (ETAs) em diferentes municípios do Estado. Quando do início da operação, mais de 1,1 milhão de pessoas serão beneficiadas pela ampliação da capacidade instalada para o abastecimento de água nesses locais.
- Em 2016, a CORSAN ampliou o abastecimento de água para mais 64 mil novas economias, localizadas em 305 municípios do Estado. E ampliou ou substituiu mais de 241 mil metros de redes de água, por meio de serviços realizados em 76 municípios do RS.
- A CORSAN ampliou a capacidade instalada no Estado para o tratamento de esgoto, através da construção e do início da operação de quatro novas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), nos municípios de Glorinha, Eldorado do Sul, Esteio e Catuípe. A conclusão das ETEs ampliou a capacidade de tratamento de esgoto, no Estado, em mais 98 mil m³ de esgoto sanitário.
- Foram disponibilizados sistemas de esgotamento sanitário para mais 33 mil economias, localizadas em 46 municípios de diferentes regiões. E, em 2016, o volume total de esgoto tratado, em todo o Estado, foi aumentado em mais de 1,4 milhões de m³.

As **ações consideradas prioritárias e que fazem parte do Acordo de Resultados da SOP** junto ao Governo do Estado, alcançaram as seguintes metas, em 2016:

- O Sistema de Gestão de Obras (SGO), em desenvolvimento pela SOP com o apoio da PROCERGS, teve o módulo Gestão de Obras Emergenciais concluído e implantado como piloto na Secretaria de Educação, de onde provêm 90% dos serviços solicitados ao Departamento de Obras Públicas da SOP, e o Módulo de Gestão de Obras Normais alcançou 80% de seu conteúdo desenvolvido e está em implantação, como piloto na SEDUC.
- A ação prioritária Construções, Reformas e Ampliações em Escolas, do total de 106 obras fiscalizadas pela SOP, teve concluídas obras de reforma em 51 escolas de diferentes municípios, enquanto outras 55 escolas mantêm obras em andamento. As obras das quadras poliesportivas do convênio Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foram concluídas

em quatro escolas e outras sete escolas estão com obras de quadras poliesportivas andamento. Foram concluídos projetos de arquitetura e/ou de engenharia para doze escolas indígenas em dez municípios do Estado. E foram 123 os projetos envolvendo PPCI concluídos no período.

Ações para 2017:

Gestão de Obras Públicas
Apoio às obras públicas nos municípios do RS
Elaboração, análise e orçamentação de projetos de arquitetura e engenharia de obras públicas
Gerenciamento da execução e fiscalização de obras públicas
Gestão de ações para o desenvolvimento institucional
Sistema de Gestão de Obras (SGO)
Programa Estadual de Saneamento
Gestão da Política Estadual de Saneamento
Repasse de Convênios para Saneamento nos Municípios e Integralização de Capital – CORSAN
Saneamento Básico para Pequenas Comunidades
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água
Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário
Promoção de Medidas Institucionais
Programa Estadual de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento
Aluguel Social
Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios
Produção de Ações Habitacionais
Regularização Fundiária e Reassentamento em Áreas de Propriedade do Estado
Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores

SAÚDE

A Secretaria Estadual da Saúde (SES) tem por missão coordenar a política de saúde contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, segundo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme o planejamento do Plano Plurianual 2016-2019, as ações da SES estão distribuídas em quatro programas: Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde; Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde; Gestão da Saúde e Infraestrutura; e Governança da Informação em Saúde. A seguir destacam-se os principais resultados da execução dos programas no ano de 2016.

Programa Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde

O Programa tem como objetivo fortalecer, ampliar e qualificar a Rede de Atenção à Saúde no Rio Grande do Sul, articulando os diferentes níveis de assistência e a vigilância em saúde a partir da atenção básica, promovendo a integração das ações e serviços de saúde, através de Linhas de Cuidado e aprimorando o acesso aos serviços de saúde no Estado, consolidando a regionalização da saúde. Contribuindo para o alcance desse objetivo, as seguintes realizações destacaram-se no ano de 2016:

- Em relação à ampliação de leitos hospitalares, em 2016 o Hospital de Santa Maria teve sua obra concluída, tendo previsão de começar a operar em 2017.
- No âmbito da ampliação e qualificação da assistência farmacêutica, 488 municípios foram beneficiados com recursos.
- No que se refere aos Centros de Especialidades, foram mantidos e implantados 32 centros de especialidade odontológica e 121 laboratórios regionais de próteses dentárias.
- Na ampliação da Rede de Urgência e Emergência foram construídas e equipadas duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) 24 Horas, quatro UPAs foram habilitadas pelo Ministério da Saúde (Tramandaí, São Leopoldo, Sapiranga e Santa Cruz do Sul), passando a receber custeio estadual e federal desde outubro de 2016.
- No que diz respeito à ampliação e qualificação da regulação do acesso, um total de 289.202 chamados feitos para o serviço de Atendimento Móvel de Urgência Estadual foram regulados por médico e 803.608 consultas especializadas e exames foram regulados, além de 15.386 solicitações de internação em UTI reguladas.
- Foram efetivados 271 doadores de órgãos e 1.990 transplantes foram realizados ao longo de 2016, sendo que esses produtos fizeram parte do Acordo de Resultados. O Estado tem apresentado um contínuo aumento no

índice de doadores de órgãos e é o terceiro estado em número absoluto de doadores.

- A Planificação da Atenção à Saúde, parte do Acordo de Resultados 2016, foi concluída na 4ª Coordenadoria Regional de Saúde, com sede em Santa Maria. O projeto, proposto pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), oferece apoio técnico a equipes gestoras municipais e trabalhadores da área para qualificar a organização da rede de acordo com os princípios do SUS.
- No que diz respeito à saúde da pessoa com deficiência, foram concedidos 18.628.420 insumos de saúde, além de 45.643 órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.
- Buscando garantir atendimento ambulatorial e hospitalar na rede própria, foram realizados 220.000 atendimentos ambulatoriais, e foi realizado o matriciamento em 2 hospitais próprios.
- No contexto da Vigilância em Saúde, 33 Municípios do Estado implantaram a testagem rápida das hepatites virais B e C em Unidades de Saúde da Atenção Básica e dois municípios (Porto Alegre e Sapucaia do Sul) tiveram as ações de vigilância epidemiológica e controle da tuberculose descentralizadas para Atenção Básica.
- No âmbito do Programa Estadual de Vigilância e Controle do *Aedes Aegypti*, houve o lançamento do aplicativo *RS Contra Aedes*, desenvolvido em parceria com o TelessaúdeRS da UFRGS. Por meio do aplicativo, a população pode saber mais sobre o que é e como se manifestam os sintomas do zika, dengue e chikungunya.
- No Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO), a Secretaria participou através do monitoramento de resíduos de agrotóxicos na água, busca ativa de casos de intoxicação por agrotóxicos e nota técnica sobre o fluxo das notificações da intoxicação por agrotóxicos.
- Em relação à implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado, foram mantidos e habilitados 12 Ambulatórios de Gestante de Alto Risco (AGAR), localizados em Caxias do Sul, Estrela, Ijuí, Pelotas, Porto Alegre (quatro ambulatórios), Santa Rosa, Santo Ângelo, Tramandaí e Uruguaiana. Também foram mantidos 14 Ambulatórios de seguimento de egressos de UTI Neonatal, localizados em Alegrete, Bagé, Canoas, Caixas do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre (quatro ambulatórios), Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Santo Ângelo.
- Ao total, foram mantidos e ampliados 226 Dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial, além de 436 Dispositivos Estaduais desse tipo em 2016. Também foram mantidas e habilitadas 33 Equipes de Atenção Domiciliar, sendo 18 na RF1, 4 na RF2, 3 na RF3, 2 na RF4, 5 na RF5 e 1 na RF7.
- Em relação à saúde prisional, foram mantidas e habilitadas 28 equipes de saúde prisional do Estado.

- Foram habilitados cinco Hospitais de Referência à Gestante de alto risco, todos em Porto Alegre.
- Mantidos e implantados 104 Programas de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica.
- Foram acompanhados 643.664 usuários com avaliação do estado nutricional pela Atenção Básica.
- Foram credenciadas 264 vagas em comunidade terapêutica.
- Buscando a Qualificação da Atenção Básica, foram mantidas e implantadas 919 Equipes de Saúde Bucal, 1.957 Equipes de Saúde da Família e 132 Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Também foram beneficiados com recursos 218 hospitais prestadores de serviços ao SUS, distribuídos por todas as regiões funcionais do Estado.
- O Primeira Infância Melhor (PIM) atendeu 59.920 famílias, em 242 municípios com o PIM implantado, contando com 2.585 visitantes habilitados. Em função de sua importância, o PIM constou no Acordo de Resultados 2016.
- Buscando a qualificação dos serviços ambulatoriais e hospitalares, foram realizadas 4.919.969 consultas médicas especializadas eletivas, de janeiro a outubro de 2016. Também foram realizadas 209.751 internações cirúrgicas. Ambos os produtos fizeram parte do Acordo de Resultados 2016.
- Foram mantidos e habilitados 54 leitos de referência para atendimento da população prisional, sendo 50 no Hospital Vila Nova de Porto Alegre e 4 em São Gabriel.
- Ao total, foram mantidos 2.046 leitos de saúde mental em Hospital Geral e Hospital Especializado.
- Mantidos e habilitados 48 leitos em hospital de referência à gestante de alto risco, e 256 Unidades de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional (UCINCO) foram cofinanciadas, mantidas e ampliadas.
- 86 serviços integrados na atenção especializada ambulatorial/hospitalar foram contratualizados, os quais são serviços de caráter eletivos, implantados em unidades intra ou extra-hospitalares, em diversas áreas como: otorrinolaringologia, cardiologia, bucomaxilofacial, traumatologia, cirurgia geral, neurologia, urologia e oftalmologia.
- Em relação à prestação de serviços e disponibilização de insumos estratégicos para o SUS, foram coletadas 6.296 amostras de medula considerando os hemocentros de Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Cruz Alta e Palmeira das Missões.
- Realizadas 736.081 análises laboratoriais em vigilância em saúde: epidemiológica, ambiental, do trabalhador e sanitária pelo LACEN e análises toxicológicas realizadas pelo CIT. Também foram realizados 7.228 atendimentos clínicos hematológicos.

- Realizada a coletada de 52.248 bolsas de sangue, feita por toda a Hemorrede Pública do Estado e ainda pelo Grupo Hospitalar Conceição, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Pronto Socorro Municipal de Porto Alegre e por laboratórios privados contratados pelo SUS. Também foram produzidos 111.187 e disponibilizados 73.476 hemocomponentes.
- Realizadas 4.064 investigações genéticas, incluindo análises de Paternidade/Maternidade, Testes do Pezinho, além e Investigações genéticas de doenças raras realizadas para todo o Estado, e realizados 21.031 teleatendimentos toxicológicos e de diagnóstico por imagem.

Programa Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

O Programa busca planejar, desenvolver e executar ações de educação, ciência, tecnologia e inovação em saúde voltadas à construção do Sistema Único de Saúde com qualidade e resolutividade, auxiliando na construção de políticas públicas. Visando, também, reestruturar e fortalecer o processo de formação de trabalhadores, gestores e conselheiros para o SUS, de forma integrada entre os departamentos e órgãos da Secretaria da Saúde, bem como outras secretarias de governo, destacam-se as principais realizações de 2016:

- Realizadas 333 capacitações e eventos em diversas áreas, como gestão da informação (9), vigilância em saúde (177), planejamento em saúde (4), ouvidoria (2), assistência farmacêutica (2), urgência/emergência (8), além de outras direcionadas a servidores da SES (21), trabalhadores envolvidos no SUS (70) e para qualificação da atenção básica e linhas de cuidado (40).
- Foram ofertados 2 cursos de pós-graduação *lato sensu* e implementados 3 cursos técnicos de saúde, além de terem sido estabelecidos 18 termos de cooperação técnica com instituições de ensino.
- Conclusão da Residência Integrada em Saúde por 49 profissionais.
- Foram capacitados 410 Profissionais de saúde em Toxicologia Básica através de um Programa de Educação a Distância (EAD) para a capacitação de Agentes Comunitários de Saúde, desenvolvido pelo CIT em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Telessaúde.
- Um total de 131.530 pessoas da comunidade foram informadas nas ações de prevenção toxicológica promovidas pelo CIT, além de campanhas de orientação e esclarecimentos sobre a contaminação por pesticidas agrícolas ou domésticos, substâncias químicas de uso doméstico ou industrial, plantas tóxicas, animais peçonhentos, medicamentos de uso humano ou animal, drogas lícitas e ilícitas ou qualquer outro agente potencialmente tóxico.
- Desenvolvidos seis métodos de diagnóstico e realizadas cinco parcerias com instituições de ensino e pesquisa.

- Desenvolvidos 8 projetos de pesquisa e publicados 20 trabalhos científicos ao longo de 2016.

Programa Gestão da Saúde e Infraestrutura

Com o objetivo de estimular processos de gestão de qualidade, participação e controle social, uso eficiente dos recursos públicos, acompanhando de forma sistemática as políticas e os processos de trabalho, bem como fortalecer a infraestrutura da SES no Rio Grande do Sul, em 2016 as principais realizações foram:

- A fim de aprimorar a relação entre a SES, os municípios e o Poder Judiciário no enfrentamento às demandas judiciais, desenvolvendo estratégias que busquem a redução das ações movidas contra a SES e a racionalização da utilização dos recursos, 100% das demandas judiciais existentes foram atendidas em 2016.
- Buscando ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS, a ouvidoria do SUS municipal foi implantada em 29 municípios, representados em todas as Regiões Funcionais do Estado.

Programa Governança da Informação em Saúde

O Programa objetiva implementar a Governança da Informação em Saúde, através da ampliação dos investimentos em tecnologias da informação e do aperfeiçoamento das ações de planejamento, monitoramento e avaliação, com a finalidade de qualificar os bancos de dados, os processos gerenciais de tomada de decisão e assegurar o compartilhamento das informações geradas no âmbito da SES/RS de forma segura e com qualidade, permitindo transparência na divulgação das informações para a sociedade e para os órgãos de controle. Nesse sentido, destaca-se em 2016:

- Em relação à construção de Plataformas de Gestão, Desenvolvimento de Arquitetura da Informação e Ferramentas Integradas em Saúde, em 2016 foi mantido o convênio com o TelessaúdeRS, foi desenvolvida e implantada uma ferramenta de georreferenciamento para vigilância em saúde e foi criada a base de dados unificada.
- Foram criados sete painéis de BI (*Business Intelligence*) para a gestão da SES, sendo eles: cadernos de indicadores 2016-2019; acompanhamento da Influenza e Aedes; painel de controle (*dashboard*) para monitoramento de indicadores; taxa de ocupação de leitos psiquiátricos; painéis com os Parâmetros assistenciais do SUS; Monitoramentos dos indicadores DST/AIDS; e das Doenças Crônicas não transmissíveis.

- Foi concluída a implantação da plataforma de *Business Intelligence (qlikview)* em toda a Secretaria da Saúde, com acesso *web* através do portal BI disponível para todos os servidores.

Ações para 2017:

Programa Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
Educação em Saúde
Fortalecimento da Residência Integrada em Saúde
Implementação da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
Programa Gestão da Saúde e Infraestrutura
Aprimoramento das Relações entre a SES, os Municípios e o Poder Judiciário no Enfrentamento às Demandas Judiciais
Aprimoramento das Relações entre Estado, Municípios, União e Organismos Nacionais e Internacionais Mediante Cooperação e Gestão Compartilhada
Fortalecimento da Auditoria do SUS
Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES
Fortalecimento das Instâncias de Participação Social e Pactuação no SUS
Gestão do Trabalho em Saúde
Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS
Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais
Programa Governança da Informação em Saúde
Construção de Plataformas de Gestão, Desenvolvimento de Arquitetura da Informação e Ferramentas Integradas em Saúde
Programa Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde
Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Rede de Urgência e Emergência
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Regulação do Acesso
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Saúde da Pessoa com Deficiência
Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Serviços Próprios
Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde
Gestão da Comunicação
Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado
Nota Fiscal Gaúcha/SES
Programa de Saneamento (PROSAN)
Qualificação da Atenção Básica
Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Estabelecimento das Referências
Qualificação e Ampliação da Atenção Secundária e Terciária: Serviços Ambulatoriais e Hospitalares

A Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), impactada pela reestruturação administrativa através de extinção, aprovada pela Lei nº 14.977, de 17 de janeiro de 2017, terá suas ações reavaliadas durante este exercício.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) tem entre as suas principais atribuições a garantia da ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança, a promoção de ações e políticas de inteligência, prevenção, contenção e repressão da macrocriminalidade, crime organizado e controle de armamentos, bem como a administração do serviço penitenciário. As diretrizes estabelecidas na Pasta norteiam as atividades desenvolvidas pelas suas instituições vinculadas: Brigada Militar (BM); Corpo de Bombeiros Militar (CBM); Polícia Civil (PC); Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE); e Instituto-Geral de Perícias (IGP). Em 2016, tomaram posse, na Brigada Militar e no Corpo de Bombeiros, 1.429 servidores efetivos; e 18 na SUSEPE.

A seguir são apresentadas as principais realizações desenvolvidas no ano de 2016 em seus três programas: Administração e Modernização do Sistema Prisional; Promoção das Atividades do Corpo de Bombeiros Militar; e Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Administração e Modernização do Sistema Prisional

- Foram criados 416 postos de trabalho prisional, em municípios tais como Camaquã, Getúlio Vargas, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande e Santa Rosa, envolvendo mão de obra dos regimes fechado e semiaberto.
- Em Charqueadas, uma parceria entre SUSEPE, EMATER e Ouvidoria do Estado propiciou a construção de estufas na Colônia Penal Agrícola, onde a produção e cultivo das sementes gera trabalho e renda para cerca de 100 presos.
- Em Novo Hamburgo, através de convênio com empresa do setor calçadista, foi inaugurada uma fábrica no Instituto Penal para produção e acabamento de sapatos, gerando trabalho para cerca de 30 apenados.
- Em Porto Alegre, uma parceria entre a SUSEPE, a PROCERGS e uma empresa de sucatas eletrônicas deu início às atividades de reciclagem de resíduos eletroeletrônicos, promovendo trabalho para 40 apenadas.
- Foram disponibilizados cursos regulares com o objetivo de promover a inclusão social e aumentar o nível de escolaridade dos presos em diversos municípios, tais como Arroio dos Ratos, Passo Fundo, Rio Grande e Uruguaiana.
- Também foram disponibilizados cursos de qualificação profissional, com destaque para Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão, Curso de Formação Inicial para Padeiros, Curso de Auxiliar de Serviços de Restaurante e Cozinha Industrial, Elétrica Básica e Pintura/Textura Predial, Soldas, Edificações Nível Básico, nos municípios de Arroio dos Ratos, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Cruz Alta, Julio de Castilhos e Novo Hamburgo.

- Foram implantadas Unidades Básicas de Saúde Prisional em Canoas, Encruzilhada do Sul, Iju e Iraí e realizados testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatites B e C em Canoas e Novo Hamburgo, entre outros.
- 2.270 servidores penitenciários realizaram cursos de formação e capacitação continuada.
- Foram geradas 833 vagas prisionais nos municípios de Bagé, Canoas, Charqueadas, Lajeado, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo e Sarandi.
- Foi retomada a utilização de tecnologia de videoconferência para audiências judiciais com o Foro de Canoas e mais cinco Foros de Porto Alegre, e o projeto está sendo ampliado para outras localidades.
- Estão em construção o Complexo Prisional de Canoas e a Penitenciária Estadual de Guaíba.
- Em uma parceria entre a Secretaria da Segurança Pública (SSP) e o Exército Brasileiro (EB), está sendo construído o Centro de Triagem de presos provisórios, localizado na Zona Leste de Porto Alegre. A administração e operação do CT será feita pela SUSEPE, com efetivo estimado de 40 servidores.
- Foi anunciada a liberação, pelo Governo Federal, de R\$ 65 milhões para a construção de três estabelecimentos prisionais no Rio Grande do Sul. Os recursos serão utilizados também para o reaparelhamento do sistema prisional, por meio da aquisição de novos equipamentos, como raio x, portal e raquetes. Duas cadeias públicas para o regime fechado serão construídas em Rio Grande e São Leopoldo, oferecendo 286 vagas, cada. O local do terceiro presídio ainda está sendo estudado. Serão 700 novas vagas no sistema prisional gaúcho.

Promoção das Atividades do Corpo de Bombeiros Militar

- Mais de cem homens do Corpo de Bombeiros Militar participaram dos trabalhos da força-tarefa para solucionar os problemas causados pelo temporal que atingiu a região de Porto Alegre no final de janeiro, atuando em três frentes principais: auxílio às equipes da CEEE no restabelecimento de energia elétrica, na distribuição de água potável, no corte de árvores derrubadas e na desobstrução de vias públicas.
- Foi realizada a Operação Contagem Regressiva, para vistoriar edificações em Porto Alegre, visando diminuir os prazos de concessão do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI). A Fase I totalizou 380 vistorias, emissão de 184 Alvarás de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI) e 196 notificações de correção de vistoria (NCV).
- A Fase II da Operação Contagem Regressiva – Serra Gaúcha, ocorreu nos municípios de Farroupilha, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, zerando a demanda inicial. Todos os municípios da Serra se enquadraram na meta estabelecida pelo Comando Central, de 90 dias para a análise do alvará.

- Em Caxias do Sul, foi firmado um convênio entre o Corpo de Bombeiros, o Sindicato das Indústrias de Construção Civil (SINDUSCON) e a Universidade de Caxias do Sul (UCS), para que estudantes dos cursos de Engenharia e Arquitetura auxiliem os bombeiros na análise dos Planos de Prevenção Contra Incêndio (PPCIs), após passarem por um curso de 30 horas-aula com a equipe dos bombeiros. Convênios semelhantes também existem em Porto Alegre e São Leopoldo.
- Foi implantada a fase inicial do projeto E193, criado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), cedido gratuitamente ao RS. O E193 é composto de três módulos distintos que atuam integrados: o banco de dados propriamente dito; o 'Ebombeiro', que auxilia a coordenação do serviço de emergência nos Centros de Operação de Bombeiro Militar (COBOM); e o *Firecall*, aplicativo para *smartphone* ou *tablet* por meio do qual as guarnições recebem os chamados de emergência via *web*. A partir do sistema, é possível controlar o serviço de emergência, com visão local, regional e estadual. Os comandos possuem a visão do que ocorre em tempo real, com resumo do emprego das guarnições e georreferenciamento das ocorrências. O projeto-piloto foi lançado em dezembro de 2015, em Erechim e Passo Fundo. Em 2016, o sistema foi implantado em Santa Maria, Ijuí, Cruz Alta e Bento Gonçalves. O CBM pretende instalar o E193 em todos os municípios gaúchos com população superior a 80 mil habitantes que possuam unidades da corporação.
- Foi inaugurado o Centro de Treinamento (CT) da Serra Gaúcha, em Bento Gonçalves, destinado ao aprimoramento técnico profissional dos Bombeiros Militares gaúchos, empresas, comunidade e profissionais da área de segurança. O CT irá padronizar o treinamento do efetivo responsável pelo atendimento de 26 cidades da região serrana. As obras começaram em 2015 e, mesmo antes da inauguração do prédio principal, o centro de treinamento abrigou a realização de cursos de capacitação. Mais de 200 bombeiros militares foram treinados no espaço.
- Ocorreu a formatura de 46 novos soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, na Academia de Bombeiro Militar (ABM). Os soldados passaram por um curso técnico preparatório para a carreira de Bombeiro Militar totalizando 1.375 horas/aula, com aprofundamento em ensinamentos teóricos e práticos das disciplinas de adaptação ao serviço bombeiro militar.
- 278 alunos soldados estão em processo de formação e treinamento. Destes, 64 realizam o curso na ABM, em Porto Alegre, e os demais estão distribuídos em Centros de Capacitação e Aperfeiçoamento nas cidades de Esteio, São Leopoldo, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Passo Fundo e Cruz Alta. A formatura dos próximos soldados está prevista para o dia 2 de julho de 2017, Dia Nacional do Bombeiro.
- Foram protocolados o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 278, o qual dispõe sobre o período e regras de transição com vista à estruturação do Corpo de

Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul, e o PLC nº 279, que fixa o efetivo da Corporação.

- Está em andamento a 47ª Operação Golfinho. Em 2016, foram formados 78 salva-vidas civis temporários, aptos a atuar nas guaritas, em conjunto com os salva-vidas militares na Operação Golfinho.

Prevenção e Repressão à Criminalidade

- No período de janeiro a novembro foram instaladas a Delegacia de Polícia Especializada de Homicídios e Desaparecidos de Santa Maria e a Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento de Farroupilha; também foi criada a Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas (DEFREC), com sede no município de São Leopoldo.
- Encontra-se em andamento a Construção da Central de Polícia de Caxias do Sul, com recursos da linha de financiamento BNDES/PROINVEST.
- Entre janeiro e novembro foram capacitados 2.317 servidores da Polícia Civil em áreas tais como: tiro policial; habilitação em diversas armas de fogo, técnicas policiais; investigação criminal em lavagem de dinheiro, investigação criminal em locais de homicídio, em narcotráfico, procedimentos para mandatos de busca, para mediação de conflitos, para identificação de veículos, etc..
- Foram adquiridos 48 itens referentes à proteção e segurança para a Polícia Civil: 44 carabinas 5,56 e 4 submetralhadoras .40.
- Também foram adquiridos 132 equipamentos de tecnologia da informação para a Polícia Civil, tais como *notebooks*, filmadoras digitais, câmeras fotográficas digitais, minicâmeras, etc..
- No ano de 2016 foram remetidos: 166.418 inquéritos policiais; 21.043 procedimentos especiais para adolescentes; e 128.261 termos circunstanciados.
- A Polícia Civil lançou edital para chamamento de mais 220 alunos efetuarem suas matrículas de ingresso no Curso de Formação de Escrivães e Inspetores de Polícia na Academia de Polícia Civil (ACADEPOL). Atualmente, 220 alunos estão em curso, com formatura prevista para o final de janeiro de 2017.
- O Centro Regional de Excelência em Perícias tem, até o momento, cerca de 5% da obra construída. O prédio permitirá a centralização das atividades de todos os Departamentos do IGP, que hoje se encontram separados, agilizando a conclusão das perícias.
- O processo de confecção das carteiras de identidade no Rio Grande do Sul tem na sua rapidez um dos principais avanços, além dos quesitos segurança e proteção contra fraudes. Atualmente, o IGP produz cerca de 450 carteiras de identidade expressas diariamente em todo o território estadual. Na capital, esse tipo de documento demora em torno de três horas para ser confeccionado (desde a coleta de digitais até a entrega). No interior, em torno de cinco dias úteis.

- Em 2016 foram emitidas 755.620 carteiras de identidade e 188.380 laudos pelo IGP.
- Foi assinado um acordo cooperação técnica para o desenvolvimento de projetos e troca de informações entre a SSP e a Polícia Federal (PF), com vigência de cinco anos. A acordo possibilitará que a PF acesse o banco de dados de informações do Estado na área da segurança pública e, em contrapartida, a PF também dará acesso a bancos de dados nacionais com informações criminais sobre foragidos, estrangeiros e armamento, possibilitando uma ampliação na coleta e no uso de dados nas atividades de inteligência e de investigação.
- Foi realizada a 3ª edição do Curso de Formação de Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), em Montenegro, com o objetivo de capacitar novos policiais militares para prevenção às drogas nas redes escolares, públicas e particulares. No RS, o programa teve início em 1998 e, em dezoito anos, mais de 1,2 milhão de crianças e adolescentes foram orientados.
- Desde o início da Operação Desmanche, em fevereiro, houve 24 edições, apreendendo e triturando mais de 1.857 toneladas de sucata. Foram fechados 42 desmanches, e presas 36 pessoas. Os municípios que receberam a Operação Desmanche foram: Porto Alegre, Gravataí, Viamão, Sapucaia do Sul, Canoas, Novo Hamburgo, Montenegro, São Sebastião do Caí, Alvorada, Estrela, Caxias do Sul e Parobé.
- Foram efetuadas 300 prisões em virtude do trabalho do videomonitoramento do Centro de Comando e Controle Regional (CICCR), da Secretaria da Segurança Pública (SSP), durante o ano de 2016. A ação dos servidores, que monitoram 540 câmeras espalhadas pela capital e Região Metropolitana, gerou mais de 500 ocorrências, resultando nas 300 prisões.
- Está em construção o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), que deverá articular diversas ações voltadas à integração e cooperação entre o Estado e os municípios, com o objetivo de melhorar a segurança pública. O SISP atualmente abrange as seguintes políticas: 1) integração com as guardas municipais; 2) convênios com os municípios, para fiscalização de trânsito cuja competência seja daqueles entes federados; 3) Realização de reuniões sistemáticas com FAMURS, prefeitos, vereadores, sociedade civil organizada e Brigada Militar; 4) Realização de convênios para o videomonitoramento; 5) Reativação dos CONSEPROs; e 6) Alterações legislativas que facilitem a colaboração financeira dos municípios para a otimização das ações de segurança pública.
- No reaparelhamento da Brigada Militar, está em andamento a migração do sistema analógico para o digital nas comunicações. As vantagens para as comunicações policiais são sigilo, identificação automática de terminais, maior qualidade de áudio, criptografia (segurança adicional), entre outros. A mudança do sistema de rádio comunicação da Brigada Militar para APCO 025 está sendo implantada inicialmente no 21 BPM com extensão gradativa para todo o Estado.

- Em 2016 foram efetuadas 97.930 Operações Barreira; efetuadas 117.133 prisões; e abordados 3.023.899 veículos.
- A Operação Avante, principal ofensiva da Brigada Militar contra o crime no RS, foi lançada na Região Metropolitana como forma de coibir a criminalidade em áreas conflagradas. Nessas ações, todos os batalhões locais reforçaram o policiamento para operações especiais em barreiras e abordagens. É nessas ações que os agentes da Força Nacional, por exemplo, atuam como reforços.
- Nos primeiros nove meses da Operação Avante, a BM aponta cerca de cinco mil prisões, 529 armas apreendidas, 550 quilos de drogas apreendidos e 13,1 mil munições recolhidas.
- Na Operação Avante Centro, realizada na região central da capital, no período de maio a outubro, foram apreendidas 44 armas, das quais 11 de fogo e 33 brancas, mais 89 munições, R\$ 21.790 em espécie, cerca de 2 quilos de drogas (maconha, cocaína e *crack*) e abordadas 15.540 pessoas.
- A Operação Avante Rural: combate ao abigeato, contrabando e descaminho, da Brigada Militar, registrou, desde seu início, em outubro, 469 prisões, apreensão de 64 armas de fogo, 4.788 kg de carnes, 247 animais recuperados, 22.150 unidades de material apreendido de contrabando, 554 unidades de material apreendido de descaminho, apreensão de drogas sendo 7.436 g de maconha, 784 g de cocaína, 901 g de *crack*. Nesse período, foram abordadas 41.917 pessoas, montadas 1.655 barreiras, fiscalizados 23.366 veículos e visitadas 1.287 propriedades rurais.
- Em dezembro, 159 novos policiais militares concluíram o Curso Básico de Formação Policial Militar, realizado na Academia de Polícia Militar (APM). Atualmente, 1.040 novos alunos-soldados que serão destinados ao policiamento ostensivo iniciaram o Curso Básico de Formação Policial Militar, com carga-horária de 1.600 horas-aula. A previsão de formatura é junho de 2017.

Ações para 2017:

Programa Administração e Modernização do Sistema Prisional
Administração prisional
Construção de Cadeias Públicas
Construção de Penitenciárias
Modernização do Sistema Prisional
Programa Promoção das Atividades do Corpo de Bombeiros Militar
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas do Corpo de Bombeiros
Prevenção e Combate a Incêndio, Realização de Buscas e Salvamentos e de Atividades de Defesa Civil
Qualificação dos Servidores do Corpo de Bombeiros Militar – CBMRS
Reaparelhamento Técnico do Corpo de Bombeiros
Programa Prevenção e Repressão à Criminalidade
Administração da Área de Saúde da Polícia Civil
Aparelhamento do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)
Construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Sul
Construção dos Prédios das Coordenadorias Regionais de Perícia
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Brigada Militar
Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil
Manutenção do Ensino no Colégio Tiradentes
Formulação e Acompanhamento das Políticas Públicas Voltadas à Segurança Pública do Estado
Modernização das Estruturas Físicas da Polícia Civil
Administração da Área de Saúde da Brigada Militar
Policciamento Comunitário
Qualificação dos Servidores da Brigada Militar
Qualificação dos Servidores da Polícia Civil
Qualificação dos Servidores do IGP
Realização da Perícia Oficial e Identificação Técnica
Realização das Funções de Polícia Judiciária para a Prevenção e Repressão Qualificada ao Crime
Realização das Funções de Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública
Reaparelhamento da Brigada Militar
Reaparelhamento da Polícia Civil
Reaparelhamento do Instituto-Geral de Perícias
Administração da Área de Saúde dos Servidores da Perícia

4.3. EIXO INFRAESTRUTURA E AMBIENTE

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), criada em 1999, é o órgão central do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA), responsável pela política ambiental do Rio Grande do Sul. A partir de dezembro de 2014, a pasta deixou de se chamar Secretaria do Meio Ambiente e passou a ser denominada como Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A SEMA possui uma vinculada, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM).

No Plano Plurianual 2016-2019, a SEMA é responsável pelo programa Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada, que teve como objetivos: coordenar e executar as ações de controle, fiscalização e monitoramento ambiental, com base na aplicação de normas regulatórias e no uso de sistemas de informação integrados. Atualmente esse programa conta com ações de responsabilidade tanto da SEMA quanto da FEPAM.

Compondo o Programa, a ação Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais pretendeu promover e apoiar a gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos, a recuperação e proteção dos ecossistemas e de sua biodiversidade, o manejo sustentável de atividades antrópicas sujeitas à regularização ambiental, a adoção de tecnologias limpas e as mudanças comportamentais e das formas de consumo e produção. Nessa ação, pode-se destacar a realização do inventário florestal, concluído em 2016. Além disso, houve as seguintes realizações:

- Repovoamento de 32.000 araucárias ou árvores nobres de espécies folhosas.
- 20 municípios capacitados a operar na gestão e no licenciamento de atividades de impacto local.
- Elaboração de nove planos de bacias hidrográficas.
- Implementação do projeto de conservação da biodiversidade como fator de contribuição ao desenvolvimento do Estado (RS Biodiversidade).
- Elaboração do Plano de manejo de unidade de conservação para a Região Funcional 1.
- Início do desenvolvimento do Sistema Informatizado para Gestão da Fauna.

Cabe destacar também que, em 2016, a SEMA apoiou ações com foco no desenvolvimento rural sustentável, na preservação e conservação ecológica com

inclusão social, na segurança e soberania alimentar e na diversidade agrícola, biológica e territorial, por meio de participação no Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO), conforme abaixo:

- Preparação de conteúdo a ser disponibilizado aos Zoneamentos da SEMA e às políticas associadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Destaque para os mapas atualizados dos campos nativos do Bioma Pampa desenvolvidos através do projeto RS Biodiversidade.
- Levantamento de dados para a elaboração de 16 indicadores de monitoramento da biodiversidade. Os dados serão analisados e sintetizados até 2017.
- Envio ao Ministério do Meio Ambiente do Projeto GEF-Terrestre: “Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e ampliação da proteção da fauna e flora”, que visa melhorar a efetividade de conservação de ecossistemas globalmente significantes e de espécies da flora e da fauna.
- Realização de um dos dez eventos de sensibilização programados, visando divulgar a importância da regularização ambiental junto aos agricultores familiares e comunidades tradicionais.
- Definição das metas do Programa de Incentivo à Agricultura de Base Ecológica no Plano de Manejo da Reserva Biológica Mata Paludosa, tendo como base o cenário atual da produção de base ecológica na região.
- Constituição do Grupo de Trabalho para o acompanhamento do processo de revisão do Plano de Manejo da Área de Preservação Ambiental (APA) Rota do Sol.
- Definição das metas de conservação dentro do Plano de manejo do Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. Um dos alvos estabelecidos foi a manutenção e regulação da qualidade e quantidade de água, diretamente relacionado à prestação de serviços ecossistêmicos no Refúgio, sendo um dos beneficiários o assentamento Filhos de Sepé.

Ainda em 2016, a SEMA trabalhou na elaboração do Sistema de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, a partir de uma rede de informações sobre hidrologia, meteorologia, meio ambiente e atividades antrópicas sobre o território do Rio Grande do Sul. O sistema deverá estruturar, qualificar e distribuir a informação de maneira mais eficiente para tomada de decisões sobre ações de defesa civil e emergências ambientais. O projeto está em processo de reestruturação a fim de ampliar sua eficiência e aplicabilidade.

A Secretaria também trabalhou na elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, estando próxima de alcançar a meta proposta para o ano. A implementação do Zoneamento constitui-se em um importante instrumento de organização do território, estabelecendo medidas e estratégias para a conservação da

biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico. No mesmo ano, foi iniciada a elaboração do Sistema de Regularização Ambiental (SIRAM). Seguindo o cronograma planejado, a SEMA igualmente deu início à implementação da primeira etapa do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e reduziu em 220 os processos de outorga em procedimento de análise de dados em estoque.

Com relação às atividades de Gestão Ambiental da SEMA, pode-se destacar a realização de:

- 748 outorgas e 13 vistorias para atividades antrópicas de intervenção em recursos hídricos.
- 22 monitoramentos (quantitativos) das águas.

Por fim, foi desenvolvida a primeira etapa da execução do plano de trabalho para elaboração do Plano de Manejo da APA (Área de Proteção Ambiental) do Banhado Grande, convênio realizado entre SEMA (elaboração de termos de referência para as contratações das consultorias, além dos mapeamentos existentes e do levantamento de dados secundários do meio biótico). Além disso, foram capacitados 353 professores da rede pública e privada na difusão do conhecimento científico e da educação ambiental, assim como cerca de 30 mil alunos de escolas públicas e privadas visitaram os parques administrados pela SEMA.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) é a instituição responsável pela gestão ambiental no Rio Grande do Sul, vinculada à SEMA. Tem atribuições de planejamento ambiental, licenciamento, fiscalização e monitoramento, englobando atividades de monitoramento da qualidade do ar e da água, análise de balneabilidade e serviço de emergência ambiental 24h.

Além do apoio às ações desenvolvidas pela SEMA, em 2016, as ações desenvolvidas pela FEPAM para redução dos estoques de processos de licenciamento foram bastante bem sucedidas. O sistema de modernização do licenciamento ambiental implantado no Rio Grande do Sul reduziu em 40% o estoque de processos pendentes de análise técnica para obtenção do licenciamento ambiental, tendo o volume baixado de 10.588 para 6.190 processos. O prazo médio de atendimento da solicitação de licenciamento ambiental igualmente foi consideravelmente reduzido, passando de 944 dias, para 205 dias.

Seguem abaixo os demais resultados, relacionados às atividades de gestão, controle e licenciamento ambiental, da FEPAM em 2016:

- 74 amostras de efluentes líquidos das fontes antrópicas analisadas.
- 95% das demandas do Ministério Público, Polícia e/ou Judiciário atendidas.
- 34% das denúncias de dano ambiental atendidas.

- 83 pontos de coleta das condições de balneabilidade das praias e balneários do Estado monitorados.
- 74 pontos de coleta de água monitorados.
- Iniciado o trabalho para a determinação de Valores de Referência de Qualidade (VRQ) para os solos do Estado.

Ainda em 2016, assim como a SEMA, a FEPAM apoiou ações relacionadas ao Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO), tendo a seguinte atuação:

- Licença de Depósitos de Agrotóxicos: 153 licenças emitidas.
- Licença de Embalagens Vazias: 5 licenças emitidas.
- Licença de Aviação Agrícola: 71 licenças emitidas.
- Cadastro de Agrotóxicos: 105 autorizações para o uso emitidas.

Ações para 2017:

Programa Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada
Gestão, Controle e Licenciamento Ambiental
Participação na elaboração de instrumentos de planejamento ambiental e implementação de planos, programas e projetos ambientais
Construção, Implantação e Manutenção do Sistema Integrado de Regularização Ambiental – SIRAM
Elaboração e Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE-RS
Elaboração, Implementação e Manutenção do Sistema de Gestão de Riscos
Gestão Ambiental – Atividade SEMA
Implementação/Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais
Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB) foi impactada pela reestruturação administrativa através de extinção, aprovada pela Lei nº 14.982, de 17 de janeiro de 2017, terá suas ações reavaliadas durante este exercício.

MINAS E ENERGIA

No PPA 2016-2019, a **Secretaria de Minas e Energia (SME)** implementa o programa Energia pelo Rio Grande e, em 2016, cabe destacar as seguintes realizações:

- **Elaboração do Plano Energético do Rio Grande do Sul 2016-2025** – O Plano projeta a demanda futura de energia e identifica gargalos a serem enfrentados para a garantia do abastecimento continuado e para a manutenção da qualidade da energia a ser ofertada ao longo da próxima década.
- **Viabilização de 49 empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia** – Esses empreendimentos, acompanhados pela SME, tiveram suas licenças emitidas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Desse total, 28 empreendimentos são de geração de energia eólica e pequenas centrais hidrelétricas, os demais são subestações de energia e linhas de transmissão. Parte desses empreendimentos tiveram suas obras concluídas, principalmente subestações, outros, embora possuam licença, aguardam a participação em leilões de energia e/ou o início das obras.
- **Energia Forte no Campo** – Elaboração de carta-consulta a ser encaminhada a agentes financiadores externos objetivando aporte financeiro para o financiamento do acesso à energia trifásica em propriedades rurais. Trabalho realizado pela SME em conjunto com a SEPLAN, SDR, EMATER e FEE.
- **Projeto-piloto para a ação Energia Forte no Campo** – Projeto de extensão de energia trifásica para propriedades rurais em cinco municípios: Nova Petrópolis, Caxias do Sul, São Francisco de Paula, Canela e São Marcos. Os projetos de engenharia estão em elaboração pela concessionária RGE, prevendo-se a conclusão das obras no 1º semestre de 2017.
- **Atlas Solarimétrico do RS** – Elaboração do Termo de Referência concluída. Iniciada a etapa de preparação para o lançamento do processo licitatório destinado à contratação do Atlas, cujo objetivo é estimular o estudo, a pesquisa e a delimitação do potencial gaúcho na exploração do energético, bem como identificar as regiões de maior incidência solar, estimulando novos investimentos, especialmente aqueles voltados à produção de células e painéis fotovoltaicos, além de incentivar a micro e minigeração distribuída.
- **Programa Estadual do Biometano** – Projeto de Lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa/RS, resultando na Lei Estadual nº 14.864. O Programa tem por escopo o incentivo à produção de Biometano no Estado, visando aumentar a participação do combustível de origem não fóssil na matriz energética gaúcha e atingir – em um período de 10 anos – o percentual de 10% do total de gás distribuído.

- Plano Estadual de Mineração – Iniciada a elaboração do Termo de Referência do Plano. Realização de reuniões em formatos de Subcomitês para as áreas de Agregados Construção Civil, Recursos Energéticos, Indústria Cerâmica, Insumos Agrícolas, Rochas Ornamentais, Águas Minerais, Pedras Preciosas e Minerais Metálicos.

A **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D** é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE e é concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica na região sul-sudeste do Estado. Sua área de concessão compreende as regiões Metropolitana, Sul, Litoral e Campanha Gaúcha. Atende 72 municípios e leva energia elétrica a mais de 4 milhões de pessoas. A CEEE-D participa do Programa Energia Elétrica Pelo Rio Grande, cabendo destacar as seguintes realizações:

No campo da subtransmissão:

- Expansão de 225 MVA (Megavolt-Ampere) da capacidade de subtransmissão instalada.
- Realização de obras e serviços de construção, conexão, reisolamento ou ainda recondutoramento em mais de 67 km em 11 Linhas de Subtransmissão beneficiando diretamente: LT Alvorada II; LT 69KV Integração Camaquã; LT Quinta x Pelotas 1; LT Albarus x Aeroporto; LT POA 12 X POA 5; LT POA 14 X POA 15; LT 69KV Restinga - Integração; LT POA 9 X POA 7; LT Atlântida 2 X Torres; LT Viamão 1 X Águas Claras; e LT 69 kV Atlântida 2 X Atlântida Sul.
- Realização de obras e serviços de construção ou ampliação de Subestações com instalação de novos transformadores para atender o crescimento da demanda por energia. Beneficiadas 10 subestações: SE Pelotas 1; SE Pelotas 4; SE Pelotas 5; POA 5; POA 15; POA 7; SE Aeroporto; SE Rincão; SE Rio Grande; e SE Águas Claras.

No campo da distribuição:

- Expansão de 108.167 kVA (Kilovolt-Ampere) da capacidade das redes de distribuição visando suportar o incremento de carga motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes e pela ligação de novos consumidores, buscando ainda melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema.
- Regularização de 1.062 unidades consumidoras beneficiando comunidades através da realização de obras e serviços de extensão de rede de baixa tensão com objetivo da regularização de ligações clandestinas e da inclusão social através da implementação do Programa Energia Legal.
- Execução de obras em redes de distribuição de Baixa e Média Tensão em cinco Regiões Funcionais: RF 1; RF 2; RF 4; RF 5; e RF 6. Melhorias nos níveis de

tensão, na confiabilidade do sistema e na qualidade do fornecimento de energia elétrica. Os benefícios incluíram novos alimentadores em redes rurais e urbanas.

A **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CEEE-GT** é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE. Atua na geração e na transmissão de energia. A Companhia participa do Programa Energia Elétrica Pelo Rio Grande executando ações no campo da Expansão da Geração, da Manutenção e Operação da Geração, da Expansão da Transmissão e ainda da Manutenção e Operação da Transmissão. Em 2016, cabe destacar os seguintes pontos:

- Expansão da Geração com investimentos na implantação do Complexo Eólico Povo Novo, parque eólico composto por três Sociedades de Propósito Específico: Central Geradora Eólica Povo Novo, Central Geradora Eólica Curupira e Central Geradora Eólica Fazenda Vera Cruz. Localizado no município de Rio Grande, o parque eólico, ao término de sua implantação, terá capacidade total instalada de 52,5 MW.
- Manutenção e Operação da Geração com investimentos em usinas da CEEE-GT com o objetivo de manter as instalações em produção com qualidade e confiabilidade, tendo sido alcançada uma taxa de disponibilização de energia da ordem de 95,27 %.
- Expansão da Transmissão em 220,50 MVA (Megavolt-Ampere).
- Obras de recapacitação, implantação de seccionamento de Linhas de Transmissão (LTs) e obras de instalação de fibra óptica que, ao final dos serviços, irão totalizar mais de 319 km de cabos do tipo OPGW beneficiaram diretamente 5 COREDEs envolvendo as seguintes Linhas de Transmissão: LT 138 kV Jacuí x Passo Real; LT 230 kV Itaúba x Passo Real; LT 230 kV Itaúba x Nova Santa Rita; LT 230 kV Cidade Industrial (Canoas) x Guaíba 2; e LT 230 kV Santa Cruz 1 x Charqueadas.
- Obras de ampliação das Subestações da CEEE-GT na área de Transmissão beneficiaram diretamente 16 Subestações em 15 Municípios: SE Bagé; SE Canoas 1; SE Eldorado do Sul; SE Guarita; SE Guaíba 2; SE Ijuí; SE Osório 2; SE Santa Marta; SE Quinta; SE Passo Real; SE Santa Rosa; SE Santo Ângelo; SE São Borja; SE Scharlau; e a SE Taquara.
- Manutenção e Operação da Transmissão com investimentos em obras e serviços nas diversas Subestações e Linhas de Transmissão do Sistema de Transmissão da CEEE-GT visando manter as instalações em operação dentro dos padrões estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), permitiram o alcance do índice de operacionalidade de 99,30 %.

A **Companhia Riograndense de Mineração (CRM)** é uma empresa de economia mista controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e tem como missão pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado. A CRM participa do Programa Carvão Mineral Pelo Rio Grande cabendo destacar os seguintes pontos da execução de suas ações neste programa:

- Produção de mais de 2,57 milhões de toneladas de carvão mineral CE 3.300 com poder calorífico de 3.300 kcal/kg na Mina de Candiota para abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A + B + C da CGTEE e outros mercados regionais de menor porte, principalmente na secagem de grãos.
- Produção de mais de 47,95 mil toneladas de carvão mineral CE 4.700 com poder calorífico de 4.700 kcal/kg na Mina do Leão para abastecimento do mercado do Estado de Santa Catarina e outros mercados regionais.

A **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)** é a empresa responsável pela comercialização e distribuição de gás natural canalizado no Estado. Criada em 1993, atua como sociedade de economia mista, tendo como acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a PETROBRAS GÁS S/A-GASPETRO. A SULGÁS investiu mais de R\$ 31,93 milhões, no ano de 2016, em ações que integraram o Programa Gás Pelo Rio Grande, cabendo destacar os seguintes pontos da execução das ações desse programa:

- Construção de 93 km de gasodutos – Com esse incremento, a companhia passou a dispor de mais de 1.040 km de redes implantadas. Investimentos necessários à ampliação da oferta de gás natural comprimido (GNC) e ao desenvolvimento do mercado de Biogás. Os incrementos de rede foram realizados em 3 COREDEs: Metropolitano-Delta do Jacuí com 76,088 km; Serra com 4,495 km; e Vale do Rio dos Sinos com 12,423 km.
- O volume de gás natural boliviano comercializado, no ano de 2016, atingiu a marca de mais 1,902 milhões de m³/dia, tendo sido abastecidos 35.125 clientes, em 16 COREDEs e 37 municípios sendo: 122 industriais, 700 comerciais, 83 postos de combustíveis, 34.200 residenciais, 2 cogerações, 17 gerações em horário de ponta e 1 termelétrico.
- Elaboração do Mapa do Biometano e Biomassa no RS – Estudo desenvolvido em parceria com a UNIVATES visando ao desenvolvimento do mercado de biometano no Estado.

Ações para 2017

Programa Energia pelo Rio Grande
Ampliação da Disponibilidade Energética
Energia Forte no Campo
Fontes Renováveis de Energia
Política Estadual de Conservação de Energia
Política para a Mineração
Programa Energia Elétrica pelo Rio Grande
Eficientização Energética
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição
Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – D
Expansão da Geração
Expansão da Transmissão
Manutenção e Operação da Geração
Manutenção e Operação da Transmissão
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – GT
Programa Carvão Mineral pelo Rio Grande
Expansão da Mineração do Carvão
Produção de Carvão CE 3.300 na Mina de Candiota
Produção de Carvão CE 4.700 na Mina do Leão
Programa Gás pelo Rio Grande
Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição
Desenvolvimento do Mercado de Biometano no Estado
Planejamento, Estudos e Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Distribuição de Gás Natural

TRANSPORTES

A **Secretaria dos Transportes (ST)** participa, no PPA 2016-2019, do Programa Planejamento Logístico – Pró-Transporte Multimodal. Cabe destacar os seguintes pontos da execução das ações desse programa:

- Plano Diretor do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros de Longo Curso (PDSTC-RS) – Elaboração da minuta de regulamentação dos serviços e modelagem técnica da configuração da estrutura das linhas integrantes dos 14 mercados do RS.
- Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT-RS) – Elaboração da modelagem para o planejamento em transportes e apresentação da rede de simulação multimodal do Plano Estadual de Logística de Transportes.

A ST, por meio de seu Departamento Aeroportuário (DAP), desenvolveu atividades junto aos aeroportos sob jurisdição estadual com destaque para os seguintes pontos:

- Manutenção dos aeroportos de Capão da Canoa, Passo Fundo e Santo Ângelo.
- Plano Básico de Zona de Proteção (PBZPA), do aeroporto de Capão da Canoa.
- Aquisição de câmeras de monitoramento, desemborrachamento da pista de pouso e decolagem, climatização do terminal de passageiros e execução da pintura de sinalização horizontal da pista de pouso e pátio de aeronaves do aeroporto de Passo Fundo visando maior conforto e segurança nas operações.
- Manutenção e adequação do terminal de passageiros e da seção contraincêndio, aquisição de rádios de comunicação, aquisição de *scanner* raio-x para bagagem de mão, restauro do pavimento da pista de pouso e decolagem e pátio de aeronaves, pintura de sinalização no pátio de aeronaves do aeroporto de Santo Ângelo.
- Aquisição de ferramentas e equipamentos de proteção individual e proteção respiratória para os bombeiros da seção contraincêndio para os aeroportos de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santo Ângelo.
- Execução de parcela do cercamento patrimonial do aeroporto de Passo Fundo e Capão da Canoa, visando à operação com segurança.
- Aquisição de longarinas para a sala de embarque do terminal de passageiros dos aeroportos de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santo Ângelo.
- Aquisição de Estação de Rádio para comunicação entre a administração do aeroporto, canal de inspeção, Seção Contra-Incêndio e a Estação Permissionária de Telecomunicações Aeronáuticas, para os aeroportos de Caxias do Sul e Santo Ângelo.

- Elaboração de relatório de Medição de Atrito e de Macrot textura da pista de pouso/decolagem dos aeroportos de Caxias do Sul e Passo Fundo.

O **Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)**, autarquia estadual vinculada à Secretaria dos Transportes (ST), é responsável pela gestão do transporte rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul. O Departamento participa do programa Planejamento Logístico – Pró-Transporte Multimodal. Cabe destacar os seguintes pontos da execução de suas ações dentro do programa:

- A Conservação e a Manutenção da malha rodoviária estadual foi realizada em uma extensão de mais 11.729 km de rodovias, pavimentadas e não pavimentadas, sendo que alguns trechos da malha foram por mais de uma vez objeto de intervenções destinadas a sua recuperação e manutenção.
- Através da Ação Construção de Acessos Municipais, foram pavimentados 45,63 km de acessos municipais beneficiando os seguintes municípios: Feliz; São José do Hortêncio; Pedras Altas; Porto Vera Cruz; Eugênio de Castro; Boa Vista do Cadeado; Capão Bonito do Sul; Coqueiros do Sul; e Muliterno. Além de obras de pavimentação asfáltica, foram realizados serviços diversos de drenagem, terraplenagem, obras-de-arte correntes, compactação de aterros, bueiros, sinalização e outros, beneficiando os seguintes municípios: Arroio do Padre; Boqueirão do Leão; Canudos do Vale; Caraá; Carlos Gomes; Maçambará; Sério; e Sertão Santana.
- Através da Ação Construção de Rodovias, no ano de 2016, foram construídos 38,24 km com o objetivo de expandir o sistema rodoviário estadual e aprimorar as condições de mobilidade e acesso em trechos das seguintes rodovias: VRS-826 no trecho Alto Feliz – Entroncamento com a ERS-122; RSC-163 no trecho que vai do entroncamento com a RSC-472 – Barra do Guarita e ainda a ERS-265 no trecho Boa Vista – Posto Branco.
- Através de convênios firmados entre o DAER e municípios, foi possível executar um total de mais de 24,90 km de obras viárias destinadas a estender ou qualificar a rede viária municipal ou segmentos de rodovia estadual diretamente ligada aos municípios possibilitando maior integração, mobilidade, escoamento de produção e maiores benefícios sociais em um total de 14 municípios. Os municípios beneficiados foram: Almirante Tamandaré do Sul, Brochier, Charrua, Cruzeiro do Sul, Entre-Ijuís, Marcelino Ramos, Nova Roma do sul, Rolante, Santiago, Santo Ângelo, São José do Sul, Tapejara, Vale do Sol e Venâncio Aires.
- A Rodovia ERS-509 recebeu obras e serviços de ampliação de capacidade no trecho Camobi-Santa Maria. Foram realizados serviços de pavimentação com utilização de Concreto Betuminoso a Quente (CBUQ) em uma extensão equivalente a 2,2 km de pista duplicada.

- A Rodovia ERS-118, no trecho que vai do entroncamento com a BRS-116, no município de Sapucaia do Sul, até o entroncamento com a BRS-290, no município de Gravataí, recebeu serviços de drenagem, terraplenagem e de base de brita graduada.
- A Rodovia ERS-118, no trecho que vai do entroncamento com a BRS-116, no município de Sapucaia do Sul, até o entroncamento com a BRS-290, no município de Gravataí, recebeu serviços de drenagem, terraplenagem e de base de brita graduada.
- Através da ação Restauração de Rodovias o DAER tem desenvolvido esforços destinados à recuperação da malha rodoviária do RS, o CREMA e o PROGRAMA RESTAURO são seus principais instrumentos de operação e através deles o Departamento tem mais de 420 km de trechos de rodovias em fase de obras, mais de 799 km com Ordens de Serviço (O.S.) emitidas autorizando o início dos trabalhos de restauração e manutenção, tendo ainda desenvolvido atividades técnicas destinadas a encaminhar a licitação de projetos de engenharia para mais de 376 km de rodovias a serem restauradas e mantidas. Estão lançadas as bases para que no curto prazo, mais de 1.595 km de rodovias possam ser integradas ao programa de restauração. As atividades destes três grupamentos estão a seguir detalhadas segundo três itens: CREMA OBRAS e PROGRAMA RESTAURO; CREMA PROJETOS e CREMA ORDENS DE SERVIÇO conforme adiante apresentadas:
- CREMA OBRAS e PROGRAMA RESTAURO - Recuperados mais de 423,8 km de rodovias. O DAER desenvolveu simultaneamente atividades junto ao CREMA SERRA, Lote I e Lote II, ao CREMA EREXIM e ao PROGRAMA RESTAURO. Foram executados, conforme o caso, reparos localizados, superficiais e profundos, recuperação dos dispositivos de drenagem, fresagem e recomposição da camada com CBUQ em trechos das seguintes rodovias:
 1. CREMA SERRA – Lote 1: RSC-470 e ERS-324.
 2. CREMA SERRA – Lote 2: RSC-453 e ERS 122.
 3. CREMA ERECHIM: ERS-343, ERS-467 e ERS-126.
 4. PROGRAMA RESTAURO: ERS-332, ERS-223, ERS-717, ERS-344, RSC-392, ERS-168, ERS-561, ERS-155, ERS-324, ERS-404, ERS-406, ERS-452, ERS-377; e RSC-481.
- CREMA PROJETOS – Através da Ação Restauração de Rodovias, foi encaminhada a contratação de Projetos de Engenharia destinados a orientar a contratação da restauração e da manutenção de novos trechos de lotes de rodovias em uma extensão total de mais de 376,75 km. Serão executados, conforme o caso, serviços preliminares de reparos localizados, reparos superficiais, subsuperficiais e profundos, recuperação dos dispositivos de drenagem, fresagem e recomposição da camada com CBUQ em trechos dos seguintes grupamentos de rodovias:

1. CREMA BENTO GONÇALVES: ERS-122; ERS-230; VRS-813; ERS-431; ERS-444; ERS-446; ERS-448; VRS-829; RSC-453; VRS-855; ERS-452; e VRS-826.
 2. CREMA ESTEIO – OSÓRIO: ERS-030; ERS-389; RSC-101; BRS-290; e ERS-020.
- CREMA ORDENS DE SERVIÇO – Ainda através da Ação Restauração de Rodovias, foram emitidas as Ordens de Serviço destinadas ao início de obras de restauração e manutenção de novos lotes de rodovias em uma extensão total de mais de 799,63 km. Serão executados, conforme o caso, serviços preliminares de reparos localizados, reparos superficiais, subsuperficiais e profundos, recuperação dos dispositivos de drenagem, fresagem e recomposição da camada com CBUQ em trechos dos seguintes grupamentos de rodovias:
 1. CREMA PASSO FUNDO – CRUZ ALTA: ERS-142; ERS-153; ERS-223; ERS-332; BRS-386; e ERS-142.
 2. CREMA PASSO FUNDO – PALMEIRA – Rodovias: ERS-406; ERS-324; ERS-463; ERS-129; ERS-153; ERS-404; e ERS-569.
 3. CREMA SANTA MARIA – CACHOEIRA – Rodovias: ERS-149; RSC-287; ERS-348; ERS-511; VRS-804; RSC-481; e ERS-400.
 - Através da Ação Planejamento e Gerenciamento da Malha Rodoviária, foi promovida a continuidade do processo de elaboração do Mapa Interativo da Malha Rodoviária Estadual seguindo o padrão de projetos de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Está em desenvolvimento a etapa de aquisição e validação de dados geoespaciais.

A **Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR)** é uma empresa pública, vinculada à Secretaria dos Transportes (ST), criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012), com o objetivo de administrar as estradas pedagiadas do Estado. A EGR participa do Programa Planejamento Logístico – Pró-Transporte Multimodal cabendo destacar os seguintes pontos:

- Conservação e manutenção em uma extensão total de 892,78 km de rodovias pedagiadas que se estendem por seis Regiões Funcionais e 12 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). A conservação e a manutenção da malha beneficiou diretamente 63 municípios. Os serviços realizados, conforme o caso, envolveram roçadas e capina, limpeza, remoções, sinalização, reposição de defensas e operação tapa buracos.
- RS-239 – Ampliação de capacidade da rodovia junto à Polícia Rodoviária. Foram realizados serviços e obras de duplicação em uma extensão de 0,3 Km.
- RS-239 – Ampliação de capacidade da rodovia no entroncamento com a ERS-020. Foram realizados serviços e obras de duplicação em uma extensão de 0,8 km.

- A EGR, através de empresa especializada, realizou a manutenção eletroeletrônica em todas as 14 praças de pedágio que integram a sua malha rodoviária, tendo realizado a operação e administração do sistema de arrecadação.
- A EGR disponibilizou, em todas as suas 14 praças de pedágio, serviço de atendimento de ambulâncias e, através de convênio com o DETRAN, disponibilizou, também, serviços de guincho aos usuários da malha rodoviária pedagiada.
- ERS-115 – Recuperação de rodovia entre o km 27 e o km 29. Executadas obras de recuperação objetivando a estabilização e a recomposição da rodovia que, através do município de Gramado, liga a Região Metropolitana à Serra Gaúcha.
- Restauração de rodovias pedagiadas em uma extensão total de 325 km de rodovias em seis Regiões Funcionais e 12 COREDEs. A Malha Rodoviária Pedagiada se estende por diversos trechos, e a conservação e a restauração realizada beneficiou diretamente 36 municípios.

A Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), autarquia estadual vinculada à Secretaria dos Transportes (ST), tem como sua principal atribuição administrar o Porto do Rio Grande (PRG), na qualidade de executor da concessão da União ao Estado. Constitui-se como autoridade portuária executiva, coordenando a exploração do PRG e fiscalizando as diversas entidades atuantes no Porto Organizado¹⁷. Desenvolve, ainda, o planejamento e a execução da política portuária mediante a elaboração de estudos e atividades de manutenção e conservação dos canais de acesso e da infraestrutura portuária. A SUPRG, por força da Lei 14.983, de 17 de janeiro de 2017, que extingue a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), recebeu bens, patrimônio, receitas, dotações orçamentárias, atribuições e competências da SPH, ampliando o escopo de sua participação no PPA 2016 2019 e no programa Planejamento Logístico – Pró-Transporte Multimodal, passando a atuar também sobre a malha hidroviária estadual e portos interiores. No tocante à implementação das ações contidas no Plano, cabe destacar, no ano de 2016, o que segue adiante:

- Até o mês de novembro o Porto do Rio Grande movimentou mais de 35,72 milhões de toneladas por segmento de carga, com destaque para o segmento de granéis sólidos, que alcançou, no mesmo período, a expressiva marca dos 21,95 milhões de toneladas.
- Até o mês de novembro o Porto do Rio Grande, no setor contêineres, movimentou mais de 648.399 TEUS.

¹⁷ Considera-se, na forma da legislação vigente, porto organizado aquele que – concedido ou explorado pela União – foi construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação e da armazenagem de mercadorias.

- Em 2016, a SUPRG promoveu a gestão do acesso aquaviário e a manutenção, controle e sinalização do canal, inclusive com a aquisição de quatro novas lanternas de sinalização náutica, visando à segurança da navegação.
- Modernização da infraestrutura de acostagem do Porto, com a reconstrução de mais 300 metros do cais do Porto Novo.
- Obras e serviços de aprofundamento, modernização e sinalização dos canais de acesso e bacias de evolução do Porto.
- Atividade permanente de monitoramento e controle de acesso no Porto Novo do Rio Grande.
- Manutenção permanente da operacionalidade da malha hidroviária, com sinalização náutica e dragagem, com remoção de mais de 172.000 metros cúbicos de sedimentos.
- Dragagem do canal de navegação da foz do Rio Caí no Terminal Nova Santa Rita em uma extensão de 1,8 mil metros e retirada de 70 mil metros cúbicos de sedimentos.
- Manutenção e operacionalidade dos sistemas de pesagem dos portos de Porto Alegre, Estrela e Pelotas.
- Implantação de *software* para o suporte do sistema de manutenção e equipamentos.
- Pavimentação e manutenção da pavimentação do Cais Navegantes.
- Recuperação do Guindaste nº 19, permitindo uma melhor logística para a realização das operações de carga e descarga de produtos.
- Recuperação de três parques de dragagem e renovação de dois parques de sinalização.

Ações para 2017:

Programa Planejamento Logístico - Pró-Transporte Multimodal
Implementação do Plano Estadual de Logística de Transportes PELT RS
Elaboração e implementação do Plano Diretor do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros de Longo Curso - PDSTC RS
Modernização, ampliação e manutenção do sistema aeroportuário do Estado
Ampliação de Capacidade de Rodovias
Conservação e manutenção de rodovias
Construção de acessos municipais com integração à malha rodoviária
Construção de rodovias
Convênios municipais para a execução de obras viárias
Operação do sistema rodoviário Estadual
Planejamento, desenvolvimento e gerenciamento da malha rodoviária do Estado
Restauração de pavimento
Educação para Segurança no Trânsito - EGR
Ampliação da Malha Rodoviária Pedagiada

Conservação e Manutenção de Rodovia Pedagiada
Manutenção de Praças de Pedágio
Operação e Administração do Sistema de Arrecadação das Rodovias Pedagiadas
Prestação de Serviços de Atendimento aos Usuários
Restauração de Rodovia Pedagiada
Expansão do Porto do Rio Grande
Gestão do Acesso Aquaviário
Modernização e adaptação da infraestrutura do Porto do Rio Grande
Segurança no Porto do Rio Grande
Instalação do Fórum Hidroportuário promovendo discussões temáticas sobre o modal
Manutenção e desenvolvimento operacional dos portos Interiores
Manutenção da navegabilidade da malha hidroviária

4.4. EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

A Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ) conta com duas empresas vinculadas, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS). Em 2016, tomaram posse 166 servidores efetivos na Secretaria.

Com relação ao Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, a SEFAZ-RS organiza suas ações no programa Sustentabilidade Fiscal Para o Desenvolvimento Econômico e Social, que tem como objetivo prover o Estado de recursos econômico-financeiros suficientes para o atendimento de sua função social. Em 2016 destacam-se os seguintes pontos na execução do programa¹:

- Ampliação em mais de 100% na receita arrecadada;
- Sistema CUSTOS/RS implantado em 10 órgãos da Administração Pública Estadual;
- 4.857 participantes da sociedade e outros órgãos públicos em eventos de cidadania e educação fiscal;
- Economia de R\$ 294.252.916,52 acumulados por meio do programa da qualidade do gasto.

Tendo sua gestão alinhada aos projetos do Governo do Estado, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) alocou recursos nos segmentos de micro, pequenos e médios empreendedores, no crédito imobiliário, no segmento agropecuário, necessidades de giro para pagamento do ICMS, linhas de crédito destinadas à exportação, promoção do desenvolvimento regional, apoio à modernização da infraestrutura social e apoio a programas de natureza voluntária.

No PPA, o Banco conta com dois programas, o programa BANRISUL de Crédito e Fomento e o programa BANRISUL de Controladas. O primeiro programa tem como objetivo suprir, por meio da intermediação financeira, as necessidades de recursos para o financiamento do consumo, da inclusão social e da sustentação das atividades produtivas do Estado, enquanto o segundo visa ampliar os serviços e atendimentos oferecidos, pela melhoria e qualificação dos espaços de armazenagem, do desenvolvimento de soluções de meios de pagamento, da alocação de recursos através de consórcios e atuação no mercado de capitais.

Nesse sentido, no que tange ao crédito e ao fomento, destacam-se os seguintes valores concedidos no ano de 2016¹⁸:

- Cartão BNDES: R\$ 112.610.450,05
- Financiamento à comercialização agropecuária: R\$ 515.359.064,20
- Financiamento ao custeio agropecuário: R\$ 668.654.863,37
- Financiamento ao desenvolvimento social: R\$ 41.302.603,72
- Financiamento ao investimento agropecuário: R\$ 256.804.926,07
- Financiamento ao Microcrédito: R\$ 24.214.844,42
- Financiamento para a Educação: R\$ 243.310.914,19
- Financiamento para a Saúde: R\$ 714.169.516,64
- Financiamento para capital de giro: R\$ 3.167.589.794,75
- Financiamento para construção e aquisição de casa própria: R\$ 544.495.702,15
- Financiamento para exportações: R\$ 527.456.531,32
- Financiamento para pagamento de ICMS: R\$ 165.501.234,03

Cabe destaque também, dentro das linhas de crédito e fomento, às ações do Banco relacionadas ao Plano de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO) onde apresentaram como realizações:

- 55 projetos atendidos com o objetivo de ampliar o acesso dos agricultores a sementes, mudas e propágulos crioulos e nativos, que beneficiaram 1.207 famílias do Estado do Rio Grande do Sul com variedades de sementes agroecológicas distribuídas gratuitamente;
- Treinamento de 300 funcionários, operadores de crédito rural, da rede de agências do Rio Grande do Sul;
- 11 operações contratadas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (**PRONAF**) Agroindústria;
- 10 operações contratadas com taxas especiais para produtores orgânicos e agroecológicos.

Em relação às empresas controladas, foram atingidos os seguintes resultados:

- R\$ 604.043.890,43 em cartas de consórcios vendidas;
- 207.730 novos estabelecimentos comerciais credenciados à rede Vero;
- Ampliação em 38.784 m³ do espaço disponibilizado para armazenagem em Armazéns Gerais e Entrepósitos Aduaneiros;

¹⁸ Valores atualizados até novembro de 2016.

- R\$ 2.945.919,49 com obtenção de receita de corretagem (títulos e valores mobiliários intermediados no mercado).

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) é uma empresa de economia mista, que iniciou suas atividades em 28 de dezembro de 1972 como órgão executor da política de informática do Estado. Tem como negócio a construção de soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para a Administração Pública e, como Missão, prover soluções em TIC para aumentar a eficiência e transparência da gestão pública, dar agilidade aos processos e melhorar os serviços prestados ao cidadão. A PROCERGS atua de forma transversal, por meio do desenvolvimento, manutenção e operação de sistemas de informação e da rede de telecomunicações em diversos processos de órgãos do Governo do Rio Grande do Sul.

Para o cumprimento de sua Missão, o programa do PPA Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Setor Público do RS tem como objetivo prover soluções em TIC para aumentar a eficiência e transparência do serviço público e aproximar Governo e Cidadão, sendo suas ações focadas em três eixos principais:

- Modernização do *Data Center*;
- Modernização da Rede de Telecomunicações (Infovia-RS);
- Implementação de soluções de Governo Digital para o Serviço Público.

Relativamente ao *Data Center*, foi realizada uma aquisição de armazenamento modular com ampliação de 446 *terabytes* de capacidade. Com relação à Infovia-RS foram realizados investimentos com o objetivo de qualificar principalmente a Infraestrutura Óptica do *Backbone*, as Portas de Rede para Distribuição e *Core Datacenter* e a Infraestrutura. Também, a partir dos princípios e Mapa Estratégico do Governo do Estado, a PROCERGS estrutura e trabalha para gerar soluções inovadoras e atender ao Estado em áreas como: saúde, educação, segurança, trânsito, fazenda, entre outros, além de atender às demandas internas dos órgãos com vistas a promover melhorias na execução das atividades e melhoria da produtividade. Nesse sentido, em 2016, foram realizadas 78.040 transações de serviços de TIC para o Setor Público.

Ações para 2017:

Programa BANRISUL de Controladas
Administração de Consórcio
Disponibilização dos Armazéns Gerais e Entrepasto Aduaneiro
Credenciamento à Vero de novos estabelecimentos comerciais
Obtenção de Receita de Corretagem
Programa BANRISUL de Crédito e Fomento
Cartão BNDES
Financiamento à Comercialização Agropecuária
Financiamento ao Custeio Agropecuário
Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social

Financiamento ao Investimento Agropecuário
Financiamento ao Microcrédito
Financiamento para a Educação
Financiamento para a Saúde
Financiamento para Capital de Giro
Financiamento para construção e aquisição de casa própria
Financiamento para Exportações
Financiamento para pagamento de ICMs
Programa Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Setor Público do RS
Ampliação e Modernização Infraestrutura (INS)
Data Center – Ampliação da Capacidade de Armazenamento
Data Center – Índice de Atualização do Parque de Servidores (PAS)
Info ViaRS - Modernização da Infraestrutura de Rede RS (RRS)
Prestação de Serviços de TIC para o Setor Público (TIC)
Programa Sustentabilidade Fiscal Para o Desenvolvimento Econômico e Social
Ampliação e qualificação da interação da SEFAZ com a sociedade e com os Órgãos Públicos
Aperfeiçoamento e inovação da gestão fazendária, buscando a excelência na prestação do serviço público
Implementação de medidas de capacitação continuada e de melhoria das relações humanas
Otimização das Receitas e Despesas públicas, com justiça fiscal, controle e transparência
Racionalização das Despesas públicas, com controle e transparência

CASA MILITAR

A Casa Militar, órgão integrante da Governadoria do Estado, tem como principais competências executar as atividades de segurança pessoal do Governador e do Vice-Governador, bem como de seus familiares; assessorar o Governador em assuntos relativos à Segurança Pública; executar a segurança e recepção de autoridades em visita oficial ao Estado; executar a segurança interna dos palácios governamentais; e exercer a coordenação, o planejamento e a execução das ações de Defesa Civil.

Dentre as principais realizações da Casa Militar, em 2016, cumpre destacar as seguintes:

- Atendimento à comunidade em casos de calamidade pública e/ou situações de emergência.
- Realização de operação de prevenção a acidentes com produtos perigosos.
- Nove Cursos de Capacitação de Gestores, nos quais foram atingidos os seguintes resultados:
 - ✓ 12/04/2016 – 1ª edição – Pelotas – 40 agentes de 21 municípios;
 - ✓ 19/07/2016 – 2ª edição – Santa Rosa – 120 agentes de 71 municípios;
 - ✓ 24/05/2016 – 3ª edição – Caxias do Sul – 40 agentes de 30 municípios;
 - ✓ 23/06/2016 – 4ª edição – Lajeado – 80 agentes de 40 municípios;
 - ✓ 01/07/2016 – 5ª edição – Tramandaí – 43 agentes de 28 municípios;
 - ✓ 05/07/2016 – 6ª Edição – Passo Fundo – 101 agentes de 51 municípios;
 - ✓ 19/07/2016 – 7ª Edição – Santa Maria – 66 agentes de 30 municípios;
 - ✓ 04/08/2016 – 8ª Edição – Santana do Livramento – 55 agentes de 22 municípios;
 - ✓ 18/08/2016 – 9ª Edição – Frederico Westphalen – 78 agentes de 46 municípios.
- Curso Gestores da Defesa Civil do Estado: três servidores da Defesa Civil do Estado realizaram o Curso de Capacitação para Usuários do Sistema

Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID: Módulos de Registro e de Reconhecimento – 3ª Edição. Carga Horária de 30 horas.

Ações para 2017:

Programa Defesa Civil
Aparelhamento da Defesa Civil do Estado
Atendimento à comunidade em casos de calamidade pública e/ou situações de emergência
Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários
Implementação do sistema de prevenção e atendimento em acidentes envolvendo cargas com produtos perigosos

COMUNICAÇÃO

A Secretaria de Comunicação (SECOM) assume no PPA 2016-2019 dois programas: Inovação e Modernização em Comunicação Social e Modernização, Ampliação e Qualificação da TVE e da Rádio FM Cultura. Em 2016, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos programas:

Inovação e Modernização em Comunicação Social

- Executadas 874 ações digitais. Realizados 11 anúncios *online* e 500 campanhas digitais.
- Realizado o diagnóstico sobre o projeto de *open data* (dados abertos).
- Realizados estudos sobre criação de aplicativos para plataformas digitais tendo como resultado 18 aplicativos: Animais peçonhentos – CIT; Guia do Turista – Destinos; Guia do Turista – Cidades RS; Nota Fiscal Gaúcha; Pilas, Guia do Turista – Eventos, EGR; Estradas em Tempo Real; App *Aedes aegypti*; App Maria da Penha; DETRAN; PROA; dentre outros.
- Realizada pesquisa de comportamento dos usuários das plataformas digitais do Estado.
- Modernização de 40 *sites* de órgãos do governo com foco em serviços *online*.
- Produção de 105 vídeos *web*.
- Transformação do *site* do Governo do Estado em agência de notícias.
- Elaborado diagnóstico e plano de ação de comunicação do Governo do Estado.
- Veiculadas 50 campanhas publicitárias.

Ações para 2017

Programa Inovação e Modernização em Comunicação Social
Ampliação da Comunicação Digital
Assessoramento e Orientação aos Eventos Institucionais do Estado
Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental
Estruturação Física e Tecnológica
Gestão da Publicidade Institucional do Estado
Transparência e Modernização da Publicidade

A Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão (FCP-RTV) foi impactada pela reestruturação administrativa através de extinção, aprovada pela Lei nº 14.982, de 17 de janeiro de 2017 e terá suas ações reavaliadas durante este exercício.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

A Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH) e suas vinculadas tem responsabilidade pela execução de oito programas no PPA 2016-2019: Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual; Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual; Década de Ação Pela Segurança no Trânsito; Serviços Técnicos e de Modernização de Trânsito; Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Público(a); Gestão de Previdência do(a) Servidor(a) Estadual; Excelência em Gestão Pública; e Otimização da Gestão dos Serviços de Artes Gráficas. Em 2016, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos programas:

Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual

- Em 2016, tomaram posse no executivo estadual 2.024 servidores efetivos (principalmente na Brigada Militar, Secretaria da Educação e Secretaria da Fazenda); e 2.108 temporários/emergenciais (principalmente na Secretaria da Educação e como Salva-Vidas).
- Oferecidos, a todos os Servidores do Estado, Seminários que abordam temas relacionados à Gestão Pública, com o objeto de sensibilizar para a necessidade de qualificação, por meio de parcerias com UERGS e FRDH.
- Palestras com foco na saúde do trabalhador apresentadas na SMARH, no IPERGS e na Polícia Civil – Programa de Valorização e Atenção à Saúde Física e Saúde do Trabalhador (PROSER).
- Realizadas palestras e atividades na Semana do Servidor Público com os temas Apresentação PROSER, Comunicação Não Violenta e Vivência de Biodança; no mês da Prevenção ao Suicídio, no auditório do Ministério Público Estadual, junto com outras entidades locais líderes no tema; e em dezembro, palestra organizada pelo PROSER em conjunto com a SEFAZ Vida, sobre Adoecimento e Saúde no Trabalho.
- 807 servidores do Estado inscritos na academia do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).
- Finalizados 29.068 processos de cadastramento de servidores ativos e realizados 9.451 processos de alteração de dados cadastrais. O cadastramento e as alterações cadastrais ocorreram através de ferramenta *web*, a partir de agosto de 2016.
- Implantada validação da efetividade e situação funcional dos servidores no sistema RHE, conforme Decreto nº 52.702/2015.
- Atualização dos Regimentos Internos e Relação Hierárquica no RHE de órgãos da Administração Direta (SEDUC, Polícia Civil – SSP, Brigada Militar – SSP, SJDH, PGE, STDS, SEPLAN e SECC), e Indireta (DETRAN, FAPERGS, FCP-RTV, FOSPA, FGTAS e METROPLAN), além da orientação, a estes, no que tange às estruturas e regimentos internos.

Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual

Atualização do Cadastro de Imóveis do Estado

- Atualizados 3.380 imóveis do Estado no Sistema de Gestão de Patrimônio Imobiliário do Estado.
- Atualizadas, de janeiro a agosto de 2016, 704 matrículas recebidas do inventário de imóveis do Estado.

Gestão Documental

- Realizadas assessorias técnicas aos órgãos do Poder Executivo Estadual sobre a utilização do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ-RS) e confeccionados 11 relatórios gerenciais das ações do SIARQ/RS.
- Publicações elaboradas pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs): Coletânea da II Edição do Projeto APERs: Presente, professor!; Livro do Programa de Educação Patrimonial (PEP) em Revista; Catálogo História das Mulheres & Relações Familiares e lançamento e divulgação do vídeo institucional do Arquivo Público do RS.
- Eventos realizados: Mostra de Pesquisa – Visitas guiadas ao conjunto arquitetônico; Exposição Porto Alegre Imaginada: conexões entre o APERs e a Cidade; Seminário de Políticas Públicas e Acervos Documentais.

Implementação de Gestão de Processos

- Implementação de gestão de processos em 13 processos de trabalho do Departamento de Administração do Patrimônio do Estado.

Modernização de Compras Governamentais

- O Sistema de Gestão de Compras do Estado (GCE) manteve o desenvolvimento dos módulos de requisições, compras, registro de preços e geração de relatórios através de ferramenta de *Business Intelligence* (BI). Foram efetivados mais dois termos aditivos, prorrogando a entrega, a homologação e a implantação do sistema para o primeiro trimestre de 2017

Reestruturação Física do Complexo do CAFF e seus Anexos

- Adequação do espaço físico do 1º Andar do CAFF com objetivo de atender ao Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) e melhoria do ambiente.
- Reforma dos prédios da SEDUC e da Escola de Educação Infantil do CAFF (ESEDI), em razão dos estragos decorrentes do temporal de 29/01/2016, e reforma do banheiro feminino do 1º Andar do CAFF.
- Recadastramento dos usuários do Estacionamento do CAFF e firmado termo de cooperação com a PROCERGS para modernização e automação da área de Estacionamento do CAFF.

- Contratação da CIENTEC para fins de elaboração de laudo estrutural no subsolo da SEDUC do complexo do CAFF.
- Implementados 60% do Plano de Prevenção de Combate a Incêndio (PPCI) do CAFF.
- Soluções sustentáveis no CAFF: Identificação de lixeiras para o recolhimento de resíduos sólidos de forma separada (orgânico e reciclável) implementado em 20% do complexo do CAFF e disponibilizado, no 1º andar do Centro Administrativo, um ponto de coleta de óleo de cozinha.

Década de Ação Pela Segurança no Trânsito

- Abordados 93.083 condutores de veículos em ações de fiscalização e educação da Operação Balada Segura, em especial o combate à alcoolemia no trânsito.
- Realizados e/ou apoiados 77 eventos de educação para segurança no trânsito.
- Realizadas 34 ações de comunicação – Educação para o Trânsito, Viagem Segura e Balada Segura.

Serviços Técnicos e de Modernização de Trânsito

- 272 Centros de Formação de Condutores com controle biométrico nos serviços de habilitação.
- 272 Centros de Formação de Condutores com filmagem de aulas e exames.
- 34 Centros de Registros de Veículos Automotores com virtualização de processo implementado.
- Realizados 100% dos serviços demandados pela população de emissão de Carteira Nacional de Habilitação e de emissão de Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo.
- Realizados 100% dos serviços de processamento de infrações e de remoção de veículos.

Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Público(a)

- Prestados 15.339.085 atendimentos de assistência à saúde aos servidores públicos e seus dependentes.

Gestão de Previdência do(a) Servidor(a) Estadual

- O Instituto de Previdência do Estado do RS (IPERGS) solicitou autorização ao Ministério da Previdência para não realizar o Censo Biométrico, visto que já realiza a prova de vida anual de todos os inativos e pensionistas. Os dados coletados quando da prova de vida estão sendo repassados ao Ministério da Previdência através do sistema SIPREV, tornando desnecessário o recenseamento. O IPERGS aguarda posicionamento do Ministério sobre o assunto.
- Pagas 205.592 pensões/aposentadorias.

Excelência em Gestão Pública

- Implementada plataforma de Educação a Distância (EAD), propiciando a ampliação da abrangência geográfica e do número de servidores e agentes que podem ser atendidos. Em 2016 foram ofertados 10 cursos nessa modalidade.
- Certificados 1.610 servidores em formação de até 20 horas/aula e 2.943 servidores em formação de 21 a 80 horas/aula.
- Realizados cinco concursos públicos.

Otimização da Gestão dos Serviços de Artes Gráficas

- Implementado novo organograma da Companhia.
- Firmado novo contrato com o DETRAN para a emissão de documentos veiculares, mantendo os serviços já prestados.

Ações para 2017:

Programa Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual
Política de Qualificação dos Servidores do Poder Executivo Estadual
Promoção à Saúde dos Servidores
Recadastramento de Servidores Ativos
Reestruturação Organizacional
Programa Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual
Aperfeiçoamento da Gestão da Frota de Veículos do Poder Executivo Estadual
Atualização do Cadastro de Imóveis do Estado
Avaliação e Disponibilização de Imóveis Sem Utilidade Pública para Alienação
Gestão Documental
Implementação da Rede Estadual de Monitoramento e Fiscalização de Bens Imóveis
Implementação de Gestão e Virtualização de Processos no Poder Executivo Estadual
Modernização do Sistema de Controle e Gestão do Patrimônio Móvel e Imóvel
Reestruturação Física do Complexo do CAFF e seus Anexos
Renovação Tecnológica da SMARH
Programa Década de Ação pela Segurança no Trânsito
Conscientização sobre os Perigos do Álcool no Trânsito – Balada Segura
Educação para segurança no trânsito
Implantação da Inspeção Veicular
Publicidade DETRAN
Programa Serviços Técnicos e de Modernização de Trânsito
Modernização dos Serviços de Trânsito
Serviços Técnicos de Trânsito
Programa Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Público(a)
Gestão de Ativo Imobiliário
Gestão dos Serviços de Saúde
Modernização do Sistema de TI e de Gerenciamento de dados do IPE-Saúde na capital e no interior

Programa Gestão de Previdência do(a) Servidor(a) Estadual
Censo Biométrico – IPEPREVI
Gestão de Aposentadorias e Pensões
Modernização do Sistema de Tecnologia da Informação e de Gerenciamento de Dados do IPEPREVI na Capital e no Interior

A Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos (FDRH) e a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG) foram impactadas pela reestruturação administrativa através de extinção, aprovada pelas Leis nº 14.979 e nº 14.982, ambas de 17 de janeiro de 2017, e terão suas ações reavaliadas durante este exercício.

PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

A Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, criada através da fusão da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional (SEPLAN), e da Secretaria-Geral de Governo (SGG), e suas vinculadas, integra a Governadoria do Estado do Rio Grande do Sul e abrange, no PPA 2016-2019, sete programas: Governo Eletrônico; Governo para Resultados; Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas; Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas; Planejamento para o Desenvolvimento Regional; Produção, Gestão e Análise de Dados Espaciais; e Regulação dos Serviços Delegados. Em 2016, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos programas:

Governo Eletrônico

- Assessoria à Central de Licitações (CELIC) para aquisição e contratação de ativos de TIC.
- Política de implantação do processo eletrônico elaborada – O PROA (Processos Administrativos E-gov) já está implantado em 100% dos órgãos do Poder Executivo do Estado. Mensalmente, mais de 85% dos novos processos são abertos via PROA. A ferramenta ganhou o prêmio e-gov Poder Público no SECOP 2016.
- Solução Cellfix implantada em órgãos do Poder Executivo Estadual.

Governo para Resultados

- Monitoramento e avaliação de resultados de 57 Projetos Prioritários e de 64 Acordos de Resultados pactuados com as Secretarias Estaduais e suas vinculadas.
- Acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e contratos de repasse em que o Estado do Rio Grande do Sul é conveniente. Em novembro de 2016, 447 convênios/contratos de repasse estavam sendo monitorados, com um montante de, aproximadamente, R\$ 4,9 bilhões. Especificamente, do montante contratado, 58,8% referem-se ao Eixo Infraestrutura e Ambiente (199 convênios); 20,6% Eixo Econômico (92 Convênios); 14,7% Eixo Social (147 convênios); e 5,9% Eixo Governança e Gestão (8 convênios).
- Acompanhamento e monitoramento da execução de convênios, termos de fomento e termos de colaboração em que o Estado do Rio Grande do Sul é concedente. No final de 2016, havia 1.807 convênios/termos com transferência de recursos vigentes, com valor aproximado de R\$ 1,2 bi, e desses, 1.528 possuem informações gerenciais atualizadas pelos órgãos concedentes. Desse modo, o percentual avaliado por meio do Acordo de Resultados chegou a 85%.

Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas

- Desenvolvimento de Índice de Necessidade de Creches para todos os municípios gaúchos.
- Diagnóstico dos créditos judicializados, Projeto Recupera+R\$, em parceria com a PGE.
- Criação de indicadores antecedentes de curto, médio e longo prazos para a economia agregada e outros 13 segmentos selecionados do RS, em parceria com o BANRISUL.
- Relatório sobre celulose de mercado.
- Entrega de sete formulários de avaliação dos produtos do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE).
- Lançamento dos aplicativos CrimeVis (Mapeamento de crimes no Estado do RS) e PopVis-RS (Portal Demográfico da FEE).
- Realizados 17 informes da PED-RMPA.

Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas

- Elaborado estudo contendo recomendações sobre a organização regional do Estado.
- Expedidos 119 termos de anuência prévia para projetos de parcelamento do solo.
- Mapeamento e compatibilização dos planos diretores municipais da aglomeração do litoral norte.
- Plano Estratégico de Rio Grande em andamento.
- Elaborado o Plano Preliminar de Ação para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), da Região Metropolitana de Porto Alegre.
- Concluído o Plano Hidroviário Metropolitano do RS com as Diretrizes para o transporte hidroviário de passageiros na RMPA.
- Estudos de alternativas e projetos para minimização do efeito das cheias na Bacia do Rio dos Sinos e na Bacia do Rio Gravataí.
- Estudos de concepção e anteprojetos de engenharia para proteção contra cheias do Rio Gravataí e afluentes em Alvorada e Porto Alegre.
- Estudos e projeto conceitual de proteção contra cheias do Delta do Jacuí e Eldorado do Sul.
- Novo sistema do Programa Passe Livre Estudantil implantado pela PROCERGS.
- Execução de obras de pavimentação nos municípios de Nova Palma (1.291m); São Francisco de Paula (1.410m); Tabaí (800m); Taquari (1.621m); e Terra de Areia (665m).

Planejamento para o Desenvolvimento Regional

- Atualizados dados do IDESE, PIB e a versão em inglês do Atlas Socioeconômico do Estado do RS.
- Publicados os Perfis Socioeconômicos dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs).
- Realizada avaliação de impacto do Programa de Extensão Produtiva da AGDI.
- Realizados procedimentos licitatórios para as áreas de restauração e manutenção de rodovias, regularização ambiental, Parcerias Público-Privadas (PPPs), PROREDES-BIRD e implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE-RS).
- Cartas-consulta para captação de financiamento externo em preparação.
- Financiamento junto ao BNDES para sustentabilidade de assentamentos da reforma agrária do RS e para o Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa.
- Consulta popular: valor disponibilizado para a Consulta em 2016 de R\$ 50 milhões. A votação da Consulta Popular ocorreu de 05 a 07 de julho de 2016, totalmente por meio digital, totalizando 405.541 votantes.
- Estruturada a unidade de Concessões e Parcerias Público-Privadas e definidos quatro projetos para comporem a Carteira: Zoológico de Sapucaia do Sul e três projetos de rodovia.
- Em 10/06/2016, foi publicada a Lei nº 14.875, que autoriza o Poder Executivo a conceder serviços de exploração das rodovias e infraestrutura de transporte terrestre e estabelece os principais elementos que nortearão os futuros contratos com as concessionárias.
- Apoio e coordenação da elaboração de Planejamento Estratégico e Plano de Ação de conselhos e órgãos setoriais, bem como de planos setoriais.
- Realizado estudo com o objetivo de mapear a situação atual das regionalizações setoriais e verificar as repercussões da compatibilização dessas regionalizações com as Regiões Funcionais de Planejamento (RFs).
- Elaboração e envio da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa.
- Acompanhamento da execução dos programas previstos no Plano Plurianual do Estado RS.
- Lançamento do Projeto Futuro RS (agenda de propostas sobre temas relevantes para o desenvolvimento do Estado no horizonte de 2040).
- Carteira de projetos estratégicos planejada e monitorada.
- Capacitação de órgãos do Executivo para implantação de Escritório de Projetos Locais.
- Disponibilizada solução digital que permite a inserção de demandas dos órgãos estaduais passíveis de serem incluídos no Orçamento Geral da União (OGU).

- Elaboração de um conjunto de projetos e estudos/propostas (07 Projetos Prioritários, 18 Projetos e 23 Estudos/Propostas) que necessitam de complementação de recursos ou novos financiamentos para sua realização.
- Celebração de convênio junto ao Fórum dos COREDEs com o objetivo de atualizar os Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDEs.
- Elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

Produção, Gestão e Análise de Dados Espaciais

- Gerenciamento, editoração e publicação de uma edição especial e duas edições regulares do Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul (nº26, nº27 e nº28), em 2016.
- Gerenciamento dos Limites Municipais.
- Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE-RS), em execução.
- Reformulação do Tudo Fácil – Rede de Serviços ao Cidadão.

Regulação dos Serviços Delegados

- Firmados novos convênios, para regulação dos serviços de saneamento.
- Realizadas onze audiências públicas.
- Realizado o cadastramento dos Usuários Voluntários.
- Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração abrangendo as áreas reguladas pela AGERGS.
- Fiscalização da qualidade do serviço em empresas de Transportes.
- Fiscalizações da qualidade de serviço na área de Saneamento nos municípios.
- Fiscalização da qualidade de serviço nas Estações Rodoviárias dos Municípios.

Ações para 2017:

Programa Governo Eletrônico
Coordenação das Políticas de TIC
Programa Governo para Resultados
Articulação, monitoramento e avaliação das ações estratégicas de Governo
Coordenação e monitoramento de convênios firmados entre Estado, União, municípios e organizações da sociedade civil
Programa Planejamento para o Desenvolvimento Regional
Análise de Viabilidade Econômica de Projetos
Análises Socioeconômicas para o Planejamento
Avaliação de Programas e Políticas Públicas
Captação de Recursos
Consulta Popular e Outras Consultas à População
Escritório de PPPs
Planejamento Governamental e Regional
Planejamento, Monitoramento e Apoio ao Gerenciamento de Programas e Projetos Prioritários
Qualificação do Orçamento Estadual

Programa Produção, Gestão e Análise de Dados Espaciais
Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul
Gerenciamento dos Limites Municipais
Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE/RS)
Tudo Fácil – Rede de Serviços ao Cidadão
Programa Regulação dos Serviços Delegados
Atuação da AGERGS para a delegação de Serviços Públicos
Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios
Fomento à Participação Social
Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS
Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS
Reforma da Sede Própria AGERGS

Através das Leis nº 14.981 e nº 14.982, ambas de 17 de janeiro de 2017, a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Investimento (AGDI) – passa a denominar-se Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP), Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) – em extinção – e Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) – em extinção, terão suas ações reavaliadas durante este exercício.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), integrante da Governadoria do Estado, tem, no PPA 2016-2019, o programa Representação Judicial, Conciliação e Consultoria ao Estado.

Dentre as principais ações realizadas em 2016, podem ser destacadas:

- A Procuradoria, até meados de dezembro de 2016, realizou a cobrança da Dívida Ativa em um montante superior a R\$ 320 milhões.
- Só no primeiro semestre de 2016, a Câmara de Conciliação de Precatórios da Procuradoria-Geral do Estado do RS pagou quase R\$ 30 milhões aos credores. A Câmara de Conciliação de Precatórios é um dos projetos prioritários da PGE no Acordo de Resultados tem por objetivo propor a negociação administrativa de precatórios com redutor de 40%, dar mais agilidade ao pagamento e atender a um número maior de credores.
- O trabalho da PGE-RS na Justiça gaúcha resultou em uma economia de mais de R\$ 500 milhões aos cofres públicos em ações sobre a data-limite para as condenações nas ações judiciais de reajustes da Lei nº 10.395/95 sobre a parcela autônoma incorporada ao vencimento básico em 2002. Em julgamento no final do mês de junho, os integrantes da Turma de Uniformização do Tribunal de Justiça do Estado acolheram a tese defendida pela PGE.
- A PGE apresentou o relatório final do mapeamento e proposição de ações e medidas para a solução de conflitos – 1ª e 2ª macroetapas do projeto prioritário da PGE-RS Resolve + Saúde. O Projeto Resolve + Saúde, que faz parte do Acordo de Resultados, busca entender as causas da judicialização na área da saúde, bem como auxiliar no enfrentamento do problema. As propostas buscam atingir as quebras de estoque e a implantação de um fluxo que viabilize a substituição, ainda na esfera administrativa, de medicamentos indeferidos por outros disponíveis no SUS. Segundo a PGE, espera-se que mais pacientes sejam atendidos com o mesmo montante de recursos.
- A PGE-RS conseguiu, junto à Justiça gaúcha, a indisponibilidade de bens dos sócios de três empresas do ramo do vestuário e de calçados da Região Metropolitana de Porto Alegre, do contador e dos administradores. Após investigação da Receita Estadual, foi reconhecida a formação de grupo econômico pelas empresas, que somam cerca de R\$ 3,5 milhões em débitos de ICMS.
- A PGE-RS foi indicada para atuar como Coordenadora Adjunta da Ação 3 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), juntamente com a Advocacia-Geral da União (AGU). A Ação 3 estabelece diretrizes para atuação coordenada da Advocacia Pública e das estatais com o Ministério Público, os órgãos de controle interno e externo e a

Polícia, com vistas à prevenção e ao combate à corrupção. A PGE-RS também será colaboradora das Ações 1 e 9.

- A PGE-RS firmou acordo com empresa automobilística, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça, em 22 de novembro de 2016, no valor de R\$ 216 milhões. O processo judicial, que iniciou em 2000, originou-se da discussão entre o Estado e a empresa acerca do contrato de instalação de complexo industrial, em Guaíba. Em março de 2015, o Tribunal de Justiça do Estado julgou procedente, em parte, a ação, condenando a montadora a pagar indenização ao Estado.
- A PGE-RS obteve vitória no Supremo Tribunal Federal em matéria que discutia a incidência, ou não, de ICMS sobre a tarifa de assinatura básica mensal cobrada do usuário pelas prestadoras de serviços de telefonia, independentemente da franquia de minutos concedida ou não ao usuário, representando uma repercussão estimada em mais de R\$ 800 milhões para os cofres do Estado entre 2011 e 2015.
- O projeto Pagamento Espontâneo, uma evolução da execução invertida, alcançou uma economia estimada em honorários advocatícios de R\$ 8,8 milhões em 2016. O valor economizado supera o total do ano inteiro de 2015, que foi de R\$ 7 milhões. O projeto, além de representar redução de gastos, otimiza ainda mais os recursos humanos, materiais e de tempo dos setores envolvidos, sendo que o Ente Público apresenta o cálculo para pagamento antes de qualquer iniciativa do credor.
- A PGE obteve vitória em Execução de Sentença, gerando economia de mais R\$ 1 milhão aos cofres públicos. A parte postulava diferenças devidas em razão da determinação judicial de pagamento de pensão integral. Em sua defesa na execução, a PGE alegou que, para fins de correção monetária e juros, devem ser aplicados os critérios das Leis n.ºs 11.960/09 e 12.703/12.
- A PGE-RS obteve vitória em discussão judicial sobre a incidência de ICMS no fornecimento de energia elétrica, com repercussão no montante de quase R\$ 2 bilhões. Em três julgamentos, o Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, acolheu os argumentos da PGE, que demonstrou a legalidade e a constitucionalidade do procedimento adotado pelo Estado, definindo que a base de cálculos do ICMS incidente sobre a operação de fornecimento de energia elétrica para o consumidor cativo (forma mais comum de aquisição de energia) é o valor da tarifa. A vitória da tese da PGE evitou a perda de quase R\$ 2 bilhões na arrecadação anual do RS.
- A Procuradoria arrecadou mais de R\$ 13 milhões em processo de falência de grupo empresarial paranaense do comércio varejista do País. Com a arrecadação foram quitados integralmente todas as dívidas existentes para com o Fisco gaúcho.

- A PGE-RS obteve decisão inédita junto ao Tribunal de Justiça do Estado em ação de execução fiscal envolvendo indústria do setor de alimentos, significando o ingresso de mais de R\$ 45 milhões aos cofres públicos.
- A Procuradoria vem obtendo vitórias na defesa de suas teses em mais de três mil ações judiciais referentes ao magistério, o que representa uma economia para os cofres públicos superior a R\$ 20 milhões. São ações individuais ajuizadas por professores, as quais envolvem pretensões de aplicação do piso nacional do magistério para corrigir o valor da parcela autônoma percebida pelos professores até a edição da Lei 13.957/2012, que determinou a incorporação da referida parcela ao vencimento básico.
- A PGE publicou, no Diário Oficial do Estado, em 04/03/16, a Resolução nº 102/2016, que regulamenta a utilização do seguro-garantia judicial para débitos inscritos em dívida ativa. Além da carta-fiança e da penhora dos bens, a partir da Resolução, o seguro-garantia passa a ser mais um instrumento para assegurar o pagamento de valores devidos nos processos de execução fiscal.
- A atuação da PGE-RS, na busca de soluções para reduzir o passivo de milhares de demandas judiciais que envolvem os reajustes do vale-refeição e da etapa-alimentação, culminou com o pagamento da diferença retroativa a 1º de abril de 2015 e a implantação do novo valor do benefício na folha de pagamento de janeiro de 2016. O reajuste foi definido pela Lei nº 14.815/15. Na sequência, foi publicado o Decreto nº 52.900, de 3 de fevereiro de 2016, reajustando o valor da etapa-alimentação (diárias de alimentação), vinculado às correções do vale-refeição, nas mesmas datas e nos mesmos índices.
- A PGE realizou mutirão para analisar mais de mil processos judiciais na área da saúde, no dia 29 de março. O resultado foi a desistência de recursos em 1.115 dos 1.250 processos que estavam aguardando decisão dos Tribunais Superiores sobre o tema em matéria de saúde, possibilitando que a discussão se encerre em favor das partes e da boa prestação do serviço jurisdicional.
- A PGE, no 1º quadrimestre de 2016, gerou uma economia ao erário, decorrente da análise de processos judiciais, de R\$ 136.489.238,82. Apenas no mês de abril/2016, a economia estimada aos cofres públicos foi superior a R\$ 42 milhões.
- A PGE-RS impediu prejuízo de R\$ 270 milhões aos cofres públicos em matéria envolvendo ICMS, em julgamento ocorrido no Tribunal de Justiça do Estado. Uma das maiores empresas do país de produtos alimentícios, com sede em Pelotas, requeria a devolução do ICMS pago nas operações relativas à circulação de mercadorias endereçadas a outro estabelecimento seu, situado em outra unidade da Federação, e o reconhecimento do direito de promover tais operações sem a incidência do ICMS.

- Atendendo orientação da PGE-RS, a Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ) realizou o repasse do reajuste da parcela completiva ao piso nacional do magistério na folha de pagamento de janeiro de 2016. O reajuste vem ao encontro do índice fixado pelo Ministério da Educação, que anunciou o implemento de 11,36% no piso nacional do magistério, cujo valor passou para R\$ 2.135,64 a partir de janeiro de 2016.
- A vitória da PGE em ação judicial movida por duas empresas do Município de Flores da Cunha envolvendo a cobrança de todas as rubricas que compõem a fatura de energia elétrica na base de cálculo do ICMS alcançou uma repercussão econômica geral de mais de um R\$ 1 bilhão por ano.
- A PGE lançou, em 17 de maio, o projeto Recupera + R\$, que, além de fazer parte do Acordo de Resultados, irá qualificar a recuperação de créditos do Estado, tendo como meta incrementar em 25% a média de eficiência de recuperação do estoque judicial da dívida ativa do RS. O projeto buscará identificar valores e origens dos créditos e avaliar o estoque por tipo de carteira, região, setor econômico e atividade da Classificação Nacional de Atividades Econômicas; delinear o perfil dos devedores; criar um modelo de inteligência ao aperfeiçoar os mecanismos de informação e nortear estrategicamente a atuação de todas as áreas envolvidas por meio de uma Política de Cobrança.
- A Procuradoria obteve a extinção de ação de execução contra a Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG). O Município de Rio Grande cobrava o valor aproximado de R\$ 60 milhões da Superintendência, referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
- Em janeiro de 2016 foi assinado termo de convênio com o Poder Judiciário e a Secretaria da Fazenda, que irá agilizar a tramitação dos processos judiciais envolvendo RPVs. Pelo convênio, a PGE, a SEFAZ e o Poder Judiciário irão compartilhar o sistema Plataforma PRE e FPE, módulo Precatórios, trazendo agilidade e racionalidade ao trabalho. A disponibilização do acesso à base de dados processuais informatizada engloba desde a elaboração do cálculo judicial até a expedição do Alvará, todas as etapas realizadas eletronicamente. O sistema será expandido para todo o Estado.
- A PGE garantiu o ingresso de R\$ 70 milhões aos cofres públicos em acordo com indústria do ramo de fabricação de aparelhos e equipamentos de ar-condicionado. Após ampla discussão judicial sobre a cobrança de ICMS, a PGE obteve sucesso em negociação com a empresa, garantindo o recolhimento do valor devido em abril de 2016.
- A atuação da PGE-RS obteve êxito perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ). O caso envolve ação ordinária pela qual empresa industrial e comercial pretendia a anulação de acordo entabulado com o Estado no bojo de outra demanda (declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária). O acordo

previa a forma de adimplemento dos débitos de ICMS da contribuinte, com isenção de multa e juros. Cumulativamente ao pedido de anulação do acordo, a empresa postulava também a restituição de valores que superam o montante atualizado de R\$ 140 milhões.

- A PGE assinou dois convênios com o Poder Judiciário, em 31/08/2016, visando à racionalização e celeridade nas ações nas matérias de saúde e de cobrança da dívida ativa. O convênio na área da saúde foi firmado também com a Secretaria Estadual da Saúde (SES) e irá estabelecer fluxos organizativos em relação a ações judiciais, agilização do cumprimento das decisões judiciais, qualificação da demanda judicial e estabelecimento de rotinas que viabilizem a celeridade com troca de informações entre os órgãos.

Ações para 2017

Programa Representação Judicial, Conciliação e Consultoria ao Estado
Câmaras de Conciliação e Mediação
Manutenção da Representação Judicial, da Conciliação, do Processo Administrativo Disciplinar, da Consultoria à Administração Pública e do Incremento da Cobrança Judicial da Dívida Ativa
Modernização Institucional
Publicidade Institucional e de Orientação para a Prevenção e Composição de Litígios e Pagamentos dos Tributos em Cobrança Judicial



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

